



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
 DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS  
 LINGÜÍSTICOS

Rosana Carvalho Brito

**Pelas mãos de Comissários do Santo Ofício na Bahia setecentista:**  
 edição semidiplomática e estudo do artigo definido diante de pronome  
 possessivo pré-nominal

**VOLUME I**

Feira de Santana, Bahia

2024

o mais reverente Subdito  
 João de Brito Guimarães

Rosana Carvalho Brito

**Pelas mãos de Comissários do Santo Ofício na Bahia setecentista:**  
edição semidiplomática e estudo do artigo definido diante de pronome  
possessivo pré-nominal

**VOLUME I**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro.

Coorientador: Prof. Dr. Aroldo Leal de Andrade.

Feira de Santana, Bahia  
2024

**Ficha catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado**

Brito, Rosana Carvalho

B877p Pelas mãos de Comissários do Santo Ofício na Bahia setecentista: edição semidiplomática e estudo do artigo definido diante de pronome possessivo pré-nominal./ Rosana Carvalho Brito .- 2024.  
2v. (630f.): il.

Orientadora: Zenaide de Oliveira Novais Carneiro  
Coorientador: Aroldo Leal de Andrade

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Feira de Santana,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2024.

1.Português brasileiro – Sócio-história. 2.Corpora históricos.  
3.Sintagma possessivo. 4.Artigo definido. I.Carneiro, Zenaide de  
Oliveira Novais, orient. II.Andrade, Aroldo Leal de, coorient.  
III.Universidade Estadual de Feira de Santana. IV.Título.

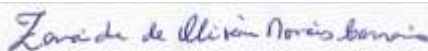
CDU: 806.90-5

Rosana Carvalho Brito

**Pelas mãos de Comissários do Santo Ofício na Bahia setecentista:**  
edição semidiplomática e estudo do artigo definido diante de pronome  
possessivo pré-nominal

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

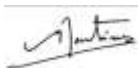
**Banca examinadora:**



**Profa. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro – Orientadora**  
*Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas*  
*Professora Plena na Universidade Estadual de Feira de Santana*



**Prof. Dr. Aroldo Leal de Andrade – Coorientador**  
*Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas*  
*Professor Adjunto na Universidade Federal de Minas Gerais*



**Profa. Dra. Ana Maria Martins**  
*Professora Catedrática da Universidade de Lisboa*



**Profa. Dra. Grayce Mayre Bonfim Souza**  
*Doutora em História Social pela Universidade Federal da Bahia*  
*Professora Titular na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*



**Profa. Dra. Alicia Duhá Lose**  
*Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia*  
*Professora Associada na Universidade Federal da Bahia*



**Profa. Dra. Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda**  
*Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia*  
*Professora Plena na Universidade Estadual de Feira de Santana*

A Vovô Zequinha (*in memoriam*), pelo valor  
que dava ao Estudo e por sempre querer saber  
o que eu andava fazendo pelos caminhos de  
Feira de Santana.

## AGRADECIMENTOS

A Deus antes de tudo!

Aos meus orientadores, Profa. Dra. Zenaide Carneiro e Prof. Dr. Aroldo de Andrade, pelos ensinamentos. Sem dúvidas, duas das mentes mais brilhantes com as quais pude interagir em minha jornada acadêmica.

À coordenação do PPGEL, especialmente ao professor Patrício Barreiros, por todas as providências; e aos professores do Programa, pelo conhecimento compartilhado.

À Profa. Dra. Huda Santiago, pela leitura cuidadosa, pelo incentivo, por me acolher nos momentos de angústia, por ter sempre os melhores conselhos e pela amizade generosa.

Aos professores doutores Adilson Silva, Alicia Lose, Leonardo Marcotulio e Phablo Fachin, por ouvirem e auxiliarem nas minhas dúvidas de transcrição e edição. À banca examinadora, pela leitura cuidadosa quando do exame de qualificação para aprimoramento da versão final deste trabalho. À Profa. Dra. Charlotte Galves, por mesmo impossibilitada de compor a banca avaliadora, ter lido o meu texto antes mesmo da qualificação do trabalho. À Profa. Dra. Mariana Fagundes pelas contribuições à minha formação.

À minha família, principalmente, à minha mãe, às minhas irmãs e aos meus sobrinhos, pelas lições de amor.

Aos amigos por reduzirem o peso (que não foi pequeno) desse período, especialmente, Alexandre, Elane, Iaciara, Laura, Maia e Marcia.

A toda a equipe do Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Jacuípe Professor Luiz Carlos Araújo. Aos meus alunos (minhas “prozinhas”), a melhor parte de ser pró, por diariamente me fazerem gostar mais da docência.

A todos que colaboram para que os textos do passado cheguem até nós.

E à CAPES, pelo financiamento da pesquisa no último ano do curso.

## RESUMO

O objetivo desta tese é contribuir para a agenda de constituição de *corpora* diacrônicos para estudo da história do português brasileiro, por meio de criterioso trabalho de natureza paleográfico-filológica, e realizar o estudo dos padrões de realização/omissão do artigo definido no sintagma possessivo, em textos brasileiros do século 18. A pesquisa situa-se no campo da Linguística Histórica, abrangendo as áreas de constituição de *corpora* diacrônicos – com a realização da edição semidiplomática de 93 manuscritos produzidos entre 1700 e 1791, por 11 Comissários do Santo Ofício, que nasceram e atuaram na Bahia –, de história social linguística, situando a amostra constituída na dinâmica de formação sócio-histórica das variedades do português brasileiro (PB), e de análise linguística, com a investigação da variação presença/ausência do artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal. A edição desenvolvida é do tipo conservador, foi pautada na segunda versão das normas de transcrição de manuscritos desenvolvidas pela equipe do Projeto Para História do Português Brasileiro (PHPB) e nas normas de edição utilizadas pela equipe do *Memória & Arte* (Lose, 2019) e tem como objetivo principal contribuir com novos dados para o estudo da história do português brasileiro colonial setecentista. A identificação sócio-biográfica dos *scriptores* – homens brancos, letrados e que adquiriram o português através de processos de transmissão linguística regular (Lucchesi; Baxter, 2009), tendo como *input* disponível para a aquisição dados mais próximos das variedades europeias do português – permite localizar a amostra constituída na vertente de formação das normas prestigiadas do PB. Assume-se, a partir da discussão proposta por Mattos e Silva (2004), que a variedade linguística refletida nos documentos editados sugere os contornos iniciais do que autora denomina de português culto brasileiro, que em sua proposta, começa a se definir na segunda metade do século 18, mas em lugar da expressão corrente variedade culta, a opção nesta tese é pelo uso da expressão **variedade de clérigos brancos letrados da Bahia setecentista**, em referência à variedade do português que se apresenta nos textos editados. A análise linguística tem caráter descritivo, segue os pressupostos de Linguística Histórica Sócio-Histórica (Mattos e Silva, 2008) e utiliza métodos quantitativos para processamento dos dados. Nessa investigação, especial atenção é dada ao condicionamento semântico dos usos do artigo diante de pronome possessivo nos dados examinados. Os resultados mostram que a realização do artigo definido no sintagma possessivo está relacionada, dentre outros aspectos, à definitude do possuidor. Assume-se que a noção semântica de definitude é melhor compreendida em termos de saliência dos referentes discursivos (von Heusinger, 2013). E para mensurar a saliência nos textos, adota-se o instrumental analítico na Teoria do Centramento (Walker; Iida; Cote, 1994; Grosz; Joshi; Weinstein, 1995).

**Palavras-chave:** Sócio-história do português brasileiro; *corpora* históricos; sintagma possessivo; artigo definido.

## ABSTRACT

The objective of this thesis is to contribute to the agenda of constituting diachronic *corpora* for the study of the history of Brazilian Portuguese, through careful work of a paleographic-philological nature, and to study the patterns of realization/omission of the definite article in the possessive phrase, in Brazilian texts from the 18th century. The research is carried out in the field located in the field of Historical Linguistics covering the areas of constituting diachronic *corpora* – with the realization of the semi-diplomatic edition of 93 manuscripts produced between 1700 and 1791, by 11 Commissioners of the Holy Office, who were born and worked in Bahia –, of linguistic social history, situating the sample constituted in the dynamics of socio-historical formation of the varieties of Brazilian Portuguese (BP), and of linguistic analysis, with the investigation of the variation presence/absence of the definite article before the pre-nominal possessive pronoun. The edition developed here is of a conservative type, it was based on the second version of the manuscript transcription standards developed by the Projeto Para História do Português Brasileiro (PHPB) team and the editing standards used by the Memória & Arte team (Lose, 2019) and its main objective is to contribute to new data and study of the history of eighteenth-century colonial Brazilian Portuguese. The socio-biographical identification of the *scriptores* – white, literate men who acquired The Portuguese language through the processes of regular linguistic transmission (Lucchesi; Baxter, 2009), having as available *input* for acquisition data closer to the European varieties of Portuguese – allows us to locate the sample constituted in the aspect of the prestigious standards of BP. It is assumed, based on the discussion proposed by Mattos and Silva (2004), that the linguistic variety reflected in the edited documents suggests the initial contours of what the author calls cultured Brazilian Portuguese, which in her proposal begins to define itself in the second half from the 18th century. However, instead of the current expression cultured variety, the option in this thesis is to use the expression variety of literate white clergymen from 18th century Bahia, in reference to the variety of Portuguese, which is presented in the edited texts. The Linguistic analysis is descriptive in nature, follows the assumptions of Socio-Historical Linguistics (Mattos and Silva, 2008) and uses quantitative methods for data processing. In this investigation, special attention is given to the semantic conditioning of the uses of the article in relation to possessive pronouns in the data examined. The results show that the realization of the definite article in the possessive phrase is related, among other aspects, to the definiteness of the possessor. It is assumed that the semantic notion of definiteness is best understood in terms of the salience of discursive referents (von Heusinger, 2013). And to measure salience in texts, the analytical instrument of Centering Theory is adopted (Walker; Iida; Cote, 1994; Grosz; Joshi; Weinstein, 1995).

**Keywords:** Socio-history of Brazilian Portuguese; historical *corpora*; possessive phrase; definite article.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 –	Síntese da periodização da história sociolinguística do Brasil	30
Figura 2.2 –	O <i>corpus</i> da tese na periodização sociolinguística do Brasil (por data de escrita)	31
Figura 2.3 –	O <i>corpus</i> da tese na periodização sociolinguística do Brasil (por data de nascimento)	31
Figura 4.1 –	Dados da demografia histórica no Brasil (percentuais)	54
Figura 5.1 –	Percentual de ocorrências do determinante em DP possessivos	89
Figura 5.2 –	Presença do artigo definido no sintagma possessivo em jornais baianos	93
Figura 6.1 –	Taxa de realização do artigo definido diante de pronome possessivo pré-nominal nos <i>corpora</i>	101
Figura 6.2 –	Presença do artigo definido e presença de preposição (diacronia)	104
Figura 6.3 –	Presença do artigo definido e animacidade do núcleo do sintagma possessivo (diacronia)	106
Figura 6.4 –	Presença do artigo definido e estatuto informacional (diacronia)	109
Figura 6.5 –	Presença do artigo definido e modificação do sintagma possessivo (diacronia)	113
Figura 6.6 –	Presença do artigo definido e pessoa do discurso (diacronia)	118
Figura 6.7 –	Presença do artigo definido por tipo documental (diacronia)	124
Figura 6.8 –	Distribuição dos dados analisados por data de escrita dos documentos	127
Figura 6.9 –	Presença de artigo definido por data de escrita dos documentos	128
Figura 6.10 –	Presença do artigo definido e data de escrita (diacronia)	129
Figura 6.11 –	Presença e ausência do artigo definido por data de nascimento dos Comissários	131
Figura 6.12 –	Os <i>corpora</i> da tese na periodização sociolinguística do Brasil (por data de nascimento)	132

## LISTA DE QUADROS

Quadro 4.1 –	Espécies documentais identificadas no <i>corpus</i> , segundo o glossário de Bellotto (2008)	62
Quadro 4.2 –	Glossário elementar dos tipos documentais identificados no <i>corpus</i>	63
Quadro 4.3 –	Espécie e tipo documental dos manuscritos do <i>corpus</i>	65
Quadro 4.4 –	Distribuição dos documentos por cronologia de escrita	69
Quadro 4.5 –	A finalidade dos manuscritos da coleção editada	70
Quadro 4.6 –	Perfil sócio-biográfico dos <i>scriptores</i>	72
Quadro 4.7 –	Cronologia de escrita dos manuscritos do <i>Corpus II</i>	74
Quadro 4.8 –	Espécie e tipo documental dos manuscritos do <i>Corpus II</i>	76
Quadro 4.9 –	Informações sócio-biográficas dos <i>scriptores</i> do <i>Corpus II</i>	76
Quadro 5.1 –	Paradigma dos pronomes possessivos no português arcaico	87
Quadro 6.1 –	Datação cronológica dos manuscritos dos <i>Corpora I e II</i>	125
Quadro 6.2 –	<i>Scriptores</i> com data de nascimento estabelecida por inferência	130
Quadro 6.3 –	Relação de Comissários por período de nascimento	131

### QUADROS DO ANEXO 2

Quadro 1 –	Ficha de identificação do Comissário Afonso da Franca Adorno	351
Quadro 2 –	Ficha de identificação do Comissário Amaro Pereira Payva	351
Quadro 3 –	Ficha de identificação do Comissário Antonio Pirez Gião	352
Quadro 4 –	Ficha de identificação do Comissário Francisco Martins Pereira	352
Quadro 5 –	Ficha de identificação do Comissário Francisco Pinheyro Barreto	353
Quadro 6 –	Ficha de identificação do Comissário Gonçalo de Sousa Falcão	353
Quadro 7 –	Ficha de identificação do Comissário Ignacio Pinto de Almeyda	354
Quadro 8 –	Ficha de identificação do Comissário Ignacio de Souza Brandão	354
Quadro 9 –	Ficha de identificação do Comissário João Calmon	355
Quadro 10 –	Ficha de identificação do Comissário José Alves da Fonseca	355
Quadro 11 –	Ficha de identificação do Comissário José da Sylva Freire	356
Quadro 12 –	Ficha de identificação do Comissário José Ignacio de Passos Ribeiro	356
Quadro 13 –	Ficha de identificação do Comissário José Nunes Cabral Castelo Branco	357

Quadro 14 –	Ficha de identificação do Comissário Manoel Anselmo de Almeida Sande	357
Quadro 15 –	Ficha de identificação do Comissário Rodrigo Gayoso de Sam José	358

## LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1 –	Correspondências expedidas pelo tribunal do Santo Ofício de Lisboa para a Bahia (1692-1771)	58
Tabela 4.2 –	Quantitativo dos documentos produzidos por 11 Comissários baianos (1700-1791)	59
Tabela 6.1 –	Presença do artigo definido e possibilidade de contração da preposição	104
Tabela 6.2 –	Presença do artigo definido e animacidade do núcleo do sintagma possessivo	106
Tabela 6.3 –	Presença do artigo definido e estatuto informacional	108
Tabela 6.4 –	Presença do artigo definido em constituintes com e sem modificadores	109
Tabela 6.5 –	Presença do artigo definido e modificação do sintagma possessivo	112
Tabela 6.6 –	Presença do artigo definido e pessoa do discurso	114
Tabela 6.7 –	Presença do artigo definido por tipologia documental	119
Tabela 6.8 –	Presença do artigo definido e data de escrita	127
Tabela 6.9 –	Presença do artigo definido por data de nascimento dos <i>scriptores</i>	131
Tabela 6.10 –	Presença do artigo definido por <i>scriptor</i>	133
Tabela 7.1 –	Uso do artigo definido diante de pronome possessivo no <i>corpus</i> editado e a saliência discursiva	146

## LISTA DE CONVENÇÕES, SIGLAS E ABREVIATURAS

Ø	Zero
AG	Genitivo adjetivo
CE-DOHS	<i>Corpus</i> Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão
Cf.	Conferir
C <sub>b</sub>	Centro retrospectivo
C <sub>f</sub>	Centro prospectivo
C <sub>p</sub>	Centro preferido
DGARQ	Direção Geral de Arquivos
DP	Sintagma determinante
GD	Genitivo determinante
LH	Linguística Histórica
PB	Português brasileiro
PC	Português clássico
PE	Português europeu
PHPB	Para a História do Português Brasileiro
REN	Redes Energéticas Nacionais
SN	Sintagma Nominal

# SUMÁRIO

## VOLUME I

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
	<b>PARTE I – A PROPOSTA DA TESE E AS HIPÓTESES DE PESQUISA</b>	<b>25</b>
<b>2</b>	<b>A PROPOSTA DA TESE</b>	<b>26</b>
2.1	“PELAS MÃOS DE COMISSÁRIOS DO SANTO OFÍCIO NA BAHIA SETECENTISTA”: O <i>CORPUS</i> DO ESTUDO E A SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	27
2.1.1	<b>O <i>corpus</i> do estudo na periodização da história sociolinguística do Brasil</b>	<b>29</b>
2.2	EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DE MANUSCRITOS DE CLÉRIGOS BAIANOS: REPRESENTATIVIDADE E SIGNIFICÂNCIA DA AMOSTRA CONSTITUÍDA	33
2.3	O CAMPO GRAMATICAL: “ESTUDO DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE PRONOME POSSESSIVO PRÉ-NOMINAL”	36
2.4	SÍNTESE	38
	<b>PARTE II – OS ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E O <i>CORPUS</i> PARA ESTUDO DO FENÔMENO GRAMATICAL</b>	<b>39</b>
<b>3</b>	<b>ASPECTOS TEÓRICOS</b>	<b>40</b>
3.1	CAMPO FILOLÓGICO	40
3.1.1	<b>A abordagem filológica nos estudos em Linguística Histórica</b>	<b>40</b>
3.1.2	<b>A edição Semidiplomática</b>	<b>41</b>
3.2	CAMPO LINGUÍSTICO	42
3.2.1	<b>A Linguística Histórica</b>	<b>42</b>
3.2.2	<b>A Teoria da Saliência da Definitude</b>	<b>43</b>
3.2.3	<b>A Teoria do Centramento</b>	<b>45</b>
3.3	SÍNTESE	52
<b>4</b>	<b>O <i>CORPUS</i> DA PESQUISA: MANUSCRITOS PRODUZIDOS POR COMISSÁRIOS BAIANOS NO SÉCULO 18</b>	<b>53</b>
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA	54
4.1.1	<b>O <i>corpus</i> da pesquisa visto a partir da sócio-história do português brasileiro</b>	<b>54</b>

4.1.2	<b>Sobre as atividades do Santo Ofício na Bahia e a documentação resultante</b>	56
4.2	SOBRE OS DOCUMENTOS	61
4.2.1	<b>Informações arquivísticas</b>	61
4.2.2	<b>Tipologia dos documentos</b>	62
4.2.3	<b>Sobre a datação tópica e cronológica e a finalidade dos manuscritos</b>	68
4.3	SOBRE OS <i>SCRIPTORES</i>	71
4.4	<i>CORPUS</i> II: OS DOCUMENTOS INQUISITORIAIS EDITADOS POR SANTOS (A SAIR)	74
4.5	SÍNTESE	76
 <b>PARTE III – O FENÔMENO GRAMATICAL: DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, DESCRIÇÃO DOS DADOS E UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO SEMÂNTICA</b>		78
 <b>5 O FENÔMENO GRAMATICAL EM ESTUDO</b>		79
5.1	PROPOSTAS TIPOLÓGICAS SOBRE A COMBINAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO COM PRONOME POSSESSIVO	79
5.2	A REALIZAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO ANTES DE PRONOME POSSESSIVO PRÉ-NOMINAL NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS EUROPEU: ESTUDOS PRECEDENTES	85
5.3	A REALIZAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO ANTES DE PRONOME POSSESSIVO PRÉ-NOMINAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ESTUDOS PRECEDENTES	91
5.4	SÍNTESE	94
 <b>6 USOS DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE PRONOME POSSESSIVO PRÉ-NOMINAL NOS MANUSCRITOS ANALISADOS: DESCRIÇÃO</b>		95
6.1	O LEVANTAMENTO E A CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS	95
6.2	SOBRE A ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA	99
6.3	CONTEXTOS ESTATISTICAMENTE RELEVANTES PARA A REALIZAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO ANTES DE PRONOME POSSESSIVO PRÉ-NOMINAL	100
6.3.1	<b>aspectos relacionados à estrutura linguística</b>	102
6.3.1.1	<i>Presença de artigo definido no sintagma possessivo e possibilidade de contração da preposição</i>	102
6.3.1.2	<i>Presença de artigo definido no sintagma possessivo e animacidade do elemento possuído</i>	105
6.3.1.3	<i>Presença de artigo definido no sintagma possessivo e estatuto informacional</i>	107

6.3.1.4	<i>Presença de artigo definido no sintagma possessivo e presença de modificadores</i>	109
6.3.1.5	<i>Presença de artigo definido no sintagma possessivo e pessoa do discurso</i>	113
<b>6.3.2</b>	<b>Aspectos relacionados aos documentos</b>	118
6.3.2.1	<i>Presença de artigo definido no sintagma possessivo por tipologia documental</i>	118
6.3.2.2	<i>Presença de artigo definido no sintagma possessivo por data de escrita do manuscrito</i>	125
<b>6.3.3</b>	<b>Aspectos relacionados aos <i>scriptores</i></b>	129
6.3.3.1	<i>Presença do artigo definido por data de nascimento dos <i>scriptores</i></i>	129
6.3.3.2	<i>Presença do artigo definido por <i>scriptor</i></i>	132
6.4	ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS	135
6.5	SÍNTESE	137
<b>7</b>	<b>O ARTIGO DEFINIDO ANTES DE PRONOME POSSESSIVO PRÉ-NOMINAL E A SALIÊNCIA DISCURSIVA</b>	139
7.1	A SALIÊNCIA DISCURSIVA COMO UMA ABORDAGEM MAIS GERAL PARA A DEFINITUDE	139
7.2	A CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS EM RELAÇÃO À TEORIA DO CENTRAMENTO	140
7.3	A REALIZAÇÃO OU OMISSÃO DO ARTIGO DEFINIDO ANTES DE PRONOME POSSESSIVO PRÉ-NOMINAL E A SALIÊNCIA DISCURSIVA: RESULTADOS	145
7.4	SÍNTESE	150
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	151
	<b>REFERÊNCIAS</b>	155
	<b>APÊNDICES</b>	163
	APÊNDICE A – OS SINTAGMAS POSSESSIVOS ANALISADOS DESTACADOS NOS MANUSCRITOS ( <i>CORPUS I</i> )	163
	APÊNDICE B – CONSTITUINTES ANALISADOS ACOMPANHADOS DOS FAC-SÍMILES ( <i>CORPUS I</i> )	221
	APÊNDICE C – OS SINTAGMAS POSSESSIVOS ANALISADOS DESTACADOS NOS MANUSCRITOS ( <i>CORPUS II</i> )	245
	APÊNDICE D – CONSTITUINTES ANALISADOS ACOMPANHADOS DOS FAC-SÍMILES ( <i>CORPUS II</i> )	295



APÊNDICE E – SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (ANÁLISE DA DEFINITUDE/SALIÊNCIA)	325
---	-----

<b>ANEXOS</b>	350
ANEXO 1 – TERMO DE ANUÊNCIA PARA USO DO <i>CORPUS</i> II	350
ANEXO 2 – FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS COMISSÁRIOS ( <i>CORPUS</i> II)	351

## VOLUME II

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	369
<b>2</b>	<b>CRITÉRIOS DE EDIÇÃO DOS MANUSCRITOS</b>	370
<b>3</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO PARA DESENVOLVIMENTO DA EDIÇÃO</b>	375
3.1	O TRABALHO DE PROSPECÇÃO	375
3.2	O TRABALHO DE IDENTIFICAÇÃO DOS <i>SCRIPTORES</i> E DOS DOCUMENTOS	376
3.3	O TRABALHO DE TRANSCRIÇÃO E EDIÇÃO	377
<b>4</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO EXTRÍNSECA DOS DOCUMENTOS EDITADOS</b>	380
<b>5</b>	<b>ÍNDICE ANALÍTICO</b>	387
<b>6</b>	<b>EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DE DOCUMENTOS DA INQUISIÇÃO PORTUGUESA NA BAHIA</b>	396
6.1	DOCUMENTOS DO COMISSÁRIO ANTÃO DE FARIA MONTEIRO	397
<b>6.1.1</b>	<b>A caracterização da escrita</b>	397
6.1.1.1	<i>Comparação do traçado das assinaturas e da mensagem nos manuscritos do Comissário Antão de Faria Monteiro</i>	402
<b>6.1.2</b>	<b>Quadro <i>scriptográfico</i></b>	403
<b>6.1.3</b>	<b>A edição</b>	406
6.2	DOCUMENTOS DO COMISSÁRIO ANTÔNIO DA COSTA DE ANDRADA	410
<b>6.2.1</b>	<b>A caracterização da escrita</b>	410

6.2.1.1	<i>Comparação do traçado das assinaturas e da mensagem nos manuscritos do Comissário Antônio da Costa de Andrada</i>	415
6.2.2	<b>Quadro scriptográfico</b>	416
6.2.3	<b>A edição</b>	419
6.3	DOCUMENTOS DO COMISSÁRIO ANTÔNIO RODRIGUES LIMA	437
6.3.1	<b>A caracterização da escrita</b>	437
6.3.1.1	<i>Comparação do traçado das assinaturas e da mensagem nos manuscritos do Comissário Antônio Rodrigues Lima</i>	440
6.3.2	<b>Quadro scriptográfico</b>	441
6.3.3	<b>A edição</b>	444
6.4	DOCUMENTOS DO COMISSÁRIO BERNARDO GERMANO DE ALMEIDA	468
6.4.1	<b>A caracterização da escrita</b>	468
6.4.1.1	<i>Comparação do traçado das assinaturas e da mensagem nos manuscritos do Comissário Bernardo Germano de Almeida</i>	472
6.4.2	<b>Quadro scriptográfico</b>	474
6.4.3	<b>A edição</b>	477
6.5	DOCUMENTO DO COMISSÁRIO BERNARDO PINHEIRO BARRETTO	494
6.5.1	<b>A caracterização da escrita</b>	494
6.5.1.1	<i>Comparação do traçado da assinatura e da mensagem no manuscrito do Comissário Bernardo Pinheiro Barretto</i>	496
6.5.2	<b>Quadro scriptográfico</b>	497
6.5.3	<b>A edição</b>	499
6.6	DOCUMENTO DO COMISSÁRIO FRANCISCO COELHO DE CARVALHO	501
6.6.1	<b>A caracterização da escrita</b>	501
6.6.1.1	<i>Comparação do traçado da assinatura e da mensagem no manuscrito do Comissário Francisco Coelho de Carvalho</i>	502
6.6.2	<b>Quadro scriptográfico</b>	503
6.6.3	<b>A edição</b>	505
6.7	DOCUMENTO DO COMISSÁRIO JOÃO LOBATO DE SANTANA	506
6.7.1	<b>A caracterização da escrita</b>	506
6.7.1.1	<i>Comparação do traçado da assinatura e da mensagem no manuscrito do Comissário João Lobato de Santana</i>	507
6.7.2	<b>Quadro scriptográfico</b>	508
6.7.3	<b>A edição</b>	510
6.8	DOCUMENTOS DO COMISSÁRIO JOÃO DE OLIVEIRA GUIMARÃES	511

<b>6.8.1</b>	<b>A caracterização da escrita</b>	511
6.8.1.1	<i>Comparação do traçado das assinaturas e da mensagem nos manuscritos do Comissário João de Oliveira Guimarães</i>	515
<b>6.8.2</b>	<b>Quadro scriptográfico</b>	516
<b>6.8.3</b>	<b>A edição</b>	520
6.9	DOCUMENTOS DO COMISSÁRIO JOÃO RODRIGUES DE FIGUEIREDO	542
<b>6.9.1</b>	<b>A caracterização da escrita</b>	542
6.9.1.1	<i>Comparação do traçado das assinaturas e da mensagem nos manuscritos do Comissário João Rodrigues de Figueiredo</i>	546
<b>6.9.2</b>	<b>Quadro scriptográfico</b>	548
<b>6.9.3</b>	<b>A edição</b>	550
6.10	DOCUMENTO DO COMISSÁRIO MANOEL VELLOZO PAEZ	564
<b>6.10.1</b>	<b>A caracterização da escrita</b>	564
6.10.1.1	<i>Comparação do traçado das assinaturas e da mensagem nos manuscritos do Comissário Manoel Vellozo Paez</i>	569
<b>6.10.2</b>	<b>Quadro scriptográfico</b>	570
<b>6.10.3</b>	<b>A edição</b>	573
6.11	DOCUMENTO DO COMISSÁRIO PEDRO LOURENÇO DE VILLAS BOAS	622
<b>6.11.1</b>	<b>A caracterização da escrita</b>	622
6.11.1.1	<i>Comparação do traçado das assinaturas e da mensagem nos manuscritos do Comissário Pedro Lourenço de Villas Boas</i>	623
<b>6.11.2</b>	<b>Quadro scriptográfico</b>	624
<b>6.11.3</b>	<b>A edição</b>	626
<b>7</b>	<b>SÍNTESE DO VOLUME II</b>	627
	<b>REFERÊNCIAS</b>	628

## 1 INTRODUÇÃO

Com esta tese<sup>1</sup> – desenvolvida no âmbito da linha de pesquisa “Variação e mudança linguística no português”, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana –, colabora-se para os estudos sobre a reconstituição sócio-histórica do português brasileiro, a partir da edição e disponibilização de um acervo documental do século 18 e de sua caracterização sócio-histórica e da análise linguística da realização dos artigos definidos diante de pronomes possessivos pré-nominais.

O estudo é de natureza descritiva, insere-se no quadro teórico da Linguística Histórica Sócio-Histórica (Mattos e Silva, 2008) e desenvolve três campos da agenda de trabalho do projeto nacional Para a História do Português Brasileiro<sup>2</sup> – PHPB –, a saber: a reconstrução da história social linguística do país; a constituição de *corpora* diacrônicos, e o estudo gramatical com base nos materiais constituídos.

Relativamente ao primeiro campo, em consonância com os trabalhos de Mattos e Silva (2004) e Lucchesi (2001, 2012, 2015), esta pesquisa assume que as variedades do português brasileiro (de agora em diante, PB) se desenvolveram a partir de duas vertentes, a saber:

1. a de constituição das normas prestigiadas (também referidas como cultas), oriundas das variedades utilizadas pelos portugueses e seus descendentes nascidos no Brasil colônia, adquiridas por processos de transmissão linguística regular e mais semelhantes ao português europeu (doravante, PE);
2. e a de desenvolvimento das normas estigmatizadas (comumente denominadas de populares), que têm como antecedente histórico o português geral brasileiro, variedade adquirida como segunda língua, através de processos de transmissão geracional irregular, por indígenas, africanos e afrodescendentes (Mattos e Silva, 2004).

---

<sup>1</sup> Esta tese integra a rede de pesquisas desenvolvidas no âmbito de dois projetos: 1) o projeto “guarda-chuva” *CE-DOHS: um corpus para uma caracterização linguístico-gramatical do português brasileiro – fase colonial e fase pós-colonial*, coordenado pelas professoras doutoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda (<http://www5.uefs.br/cedohs/view/home.html>), e 2) o Projeto *Para a história linguística do Brasil Colônia: gramáticas, sócio-história, Paleografia e Filologia*, da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL), coordenado pelas professoras doutoras Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, Alícia Duhá Lose e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro (<https://mundoalfal.org/sites/default/files/proyectos/Proj25.htm>). Ambos os projetos estão vinculados ao Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP), da Universidade Estadual de Feira de Santana (<https://nelp.uefs.br/>).

<sup>2</sup> Castilho (2021) informa que, atualmente, são seis os campos de atuação do PHPB: 1. organização de *corpora* diacrônicos; 2. história social e mudança linguística; 3. mudança gramatical; 4. tradições discursivas (constituição e mudança dos gêneros discursivos) e diacronia dos processos constitutivos do texto; 5. semântica diacrônica, e 6. história do léxico. Os três campos contemplados nesta tese foram os primeiros propostos pela equipe do PHPB e já estavam apresentados em Castilho (1998).

Nessa discussão, tendo alcançado a caracterização sócio-biográfica dos *scriptores*, esta pesquisa situa o *corpus* constituído na dinâmica de formação das normas prestigiadas do PB, disponibilizando uma documentação para estudo da variedade utilizada por clérigos baianos letrados na Bahia setecentista. E nesse ponto, localiza-se o principal contributo deste trabalho para os estudos sobre a formação histórica das variedades do PB.

No que concerne à constituição de *corpora* diacrônicos, realizou-se a edição semidiplomática de 93 documentos, escritos entre 1700 e 1791, por 11 religiosos que nasceram e atuaram na Bahia como Comissários do Tribunal Inquisitorial de Lisboa e produziram essa documentação no desenvolvimento de suas funções inquisitoriais. Dado o rigor envolvido na admissão de um agente do Santo Ofício, através da consulta aos processos de habilitação desses oficiais, alcançou-se um controle satisfatório de dados sobre sua nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, escolaridade, genealogia e funções eclesiásticas. Constituiu-se, dessa forma, um *corpus* criteriosamente editado, com informações suficientes para caracterização dos documentos e dos *scriptores* e inédito, uma vez que não se localizaram edições ou publicações dos manuscritos editados nesta tese<sup>3</sup>.

A edição realizada e todos os elementos a ela relacionados<sup>4</sup> são apresentados no Volume II desta tese e serão disponibilizados também no site do Projeto *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão – CE-DOHS*<sup>5</sup>, coordenado pelas Professoras Doutoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda –, ao qual esta pesquisa se associa. Na Plataforma de *corpora* do Projeto CE-DOHS, a amostra constituída integrará o *Conjunto 2*, uma série de documentos para a história linguística do Brasil colônia, que comporta, dentre outros materiais, manuscritos produzidos entre 1640 e 1808 por diferentes populações nascidas no Brasil, a partir de 1590.

O estudo gramatical é contemplado através da análise descritiva da marcação variável do artigo definido em sintagmas nominais possessivos, como ilustrado nos exemplos abaixo:

---

<sup>3</sup> Conferiram-se, por exemplo, os documentos inquisitoriais editados e disponibilizados pela equipe do Projeto *Post Scriptum* (<http://teitok.clul.ul.pt/postscriptum/>) e não se localizaram os manuscritos dos Comissários baianos.

<sup>4</sup> A sair, também, como livro impresso (Brito; Carneiro; Lose; Lacerda, no prelo), pela Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS Editora), no volume IV da série *Documentos para a História Linguística do Brasil Colônia*, coordenada pelas professoras doutoras Zenaide Carneiro, Mariana Lacerda e Alícia Lose.

<sup>5</sup> Para mais informações sobre o CE-DOHS, ver, dentre outros trabalhos, Lacerda, Carneiro e Santiago (2016); Carneiro e Lacerda (2019); Santiago, Lacerda, Brito e Carneiro (2021), e Cardoso, Carneiro e Lacerda (2021) e/ou acessar o site do projeto (<http://www5.uefs.br/cedohs/view/home.html>).

- (1.1) Nesta occaziaõ remetto os papeis que paravaõ| [na **minha** maõ]; menos tres diligencias judiciaes (M\_29);
- (1.2) E de seu Avô| materno Francês, me lembra sendo eu rapás nesta| cidade e freguezia da Sé de *que* sou natural, com setenta| e dous annos *que* tenho de idade, que diziaõ ser primo de| Ioseph Manên Francês cazado com Francisca de Es|pinoza, vizinhos [de Ø **meos** pays] (M\_70).

No PB, as duas construções são bem formadas e podem ser observadas, inclusive, em dados recentes (Brito, 2019). Por outro lado, em PE moderno, somente a sentença (1.1) é gramatical. Por isso, esse fenômeno é apontado como um dos aspectos que diferenciam o PB do PE, uma vez que esse último realiza categoricamente o artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal (Castro, 2006b; Floripi, 2008).

Da variedade europeia do português, há estudos expressivos em perspectiva diacrônica sobre a realização do artigo definido diante de pronome possessivo, desenvolvidos a partir de *corpora* robustos (Silva, 1982; Costa, 2002; Floripi, 2008; 2014; Rinke, 2010; Magalhães, 2011; Macedo-Costa, 2016). Com dados do PB, os estudos diacrônicos ou de sincronias passadas são escassos. Em *corpora* do século 19, citam-se aqui os trabalhos de Schei (2009) e Macedo-Costa (2016), e do século 18, o de Floripi (2014). Justifica-se, assim, o desenvolvimento desta tese por analisar o uso do artigo definido antes de pronome possessivo em uma fase pouco explorada da história de formação do PB.

Tendo em vista os campos de pesquisa citados, o objetivo geral desta tese é contribuir para a agenda de constituição de *corpora* diacrônicos para estudo da história do português brasileiro, com a edição semidiplomática de 93 documentos inquisitoriais, e realizar o estudo dos padrões de realização/omissão do artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal, em 177 textos escritos por religiosos baianos letrados, nascidos entre a segunda metade do século 17 e a primeira metade do século 18. Essa documentação integra dois *corpora*. O primeiro é constituído pelos 93 manuscritos editados como um dos produtos desta tese, disponíveis no Volume II deste estudo. O segundo, que foi editado a partir dos mesmos critérios, é constituído por 84 documentos, também produzidos por Comissários baianos no exercício de suas atividades inquisitoriais, e foi preparado e disponibilizado por Elane Santos e Santos (a sair)<sup>6</sup>, em sua tese doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana.

---

<sup>6</sup> Ver, no Anexo 1, termo de anuência emitido por essa pesquisadora.

Para atingir o objetivo geral, foram considerados estes objetivos específicos: (i) realizar a edição semidiplomática de 93 manuscritos oriundos das atividades do Santo Ofício na Bahia setecentista e reunir dados para caracterização dos *scriptores* e dos documentos; (ii) situar, pelas vias da sócio-história linguística, no amplo panorama de constituição das variedades do português brasileiro no século 18, a amostra constituída, e (iii) descrever os usos do artigo definido no sintagma nominal possessivo na variedade do português utilizada na Bahia setecentista por *scriptores* baianos letrados.

As hipóteses de trabalho, que serão mais desenvolvidas na seção 2 desta tese, também estão articuladas aos três campos da agenda de trabalho do PHPB, contemplados nesta pesquisa.

No que concerne à história social linguística, assume-se que o *corpus* da pesquisa se insere na vertente de formação das variedades que, no Brasil colonial, se desenvolveram em maior proximidade aos modelos do português europeu. A hipótese é, pois, que os manuscritos editados sugerem os contornos iniciais de uma variedade prestigiada do PB, que consoante Mattos e Silva (2004), começa a ser gestada a partir da segunda metade do século 18.

Relativamente à constituição de *corpora* diacrônicos, seguindo as discussões e propostas das equipes do PHPB, a hipótese é que o *corpus* editado e disponibilizado nesta tese é, nos termos de Barbosa (2006), representativo e significativo da **variedade de clérigos brancos letrados da Bahia setecentista**.

Para o fenômeno em estudo, a hipótese é que a variação identificada nos textos entre a presença e a ausência do artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal pode ser explicada a partir da noção semântica de definitude, compreendida em termos de saliência discursiva (von Heusinger, 2013) e que pode ser dimensionada nos textos com o suporte da Teoria do Centramento (Walker; Iida; Cote, 1994; Grosz; Joshi; Weinstein, 1995).

O trabalho está organizado em dois grandes volumes. **Volume I** é voltado para o fenômeno gramatical em estudo e está dividido em três partes. A **Parte I**, *A proposta da tese e as hipóteses de pesquisa*, abrange a **seção 2**, *A proposta da tese*, em que são desenvolvidas as hipóteses de trabalho do estudo.

A **Parte II**, *Os aspectos teórico-metodológicos e o corpus para estudo do fenômeno gramatical*, compreende duas seções. Na **seção 3**, *Aspectos teóricos*, são apresentados os pressupostos teóricos adotados no trabalho, organizando-os em dois blocos: (i) o campo filológico, em que se abordam a relação entre a Linguística Histórica e a Filologia e o tipo de edição realizado neste trabalho; e (ii) o campo linguístico, no qual comentam-se a grande área da Linguística Histórica, situando o estudo na proposta da Linguística Histórica Sócio-Histórica (Mattos e Silva, 2008), e a Teoria da Saliência da Definitude (von Heusinger, 2013)

e a Teoria do Centramento (Walker; Iida; Cote, 1994; Grosz; Joshi; Weinstein, 1995), como suportes à interpretação semântica dos dados.

Na **seção 4**, *O corpus da pesquisa: manuscritos produzidos por Comissários baianos no século 18*, apresentam-se a amostra editada e o *corpus* complementar. Faz-se uma contextualização sócio-histórica do material e caracterizam-se os textos, destacando informações arquivísticas e da tipologia documental e observando a dimensão temporal e espacial da amostra e sua finalidade no contexto em que circulou. Elabora-se, ainda, uma descrição do perfil sócio-biográfico dos *scriptores* e sumarizam-se dados do *Corpus II* do estudo, uma amostra afim ao *corpus* constituído nesta tese e que também foi consultada para o levantamento dos dados analisados.

A **Parte III**, *O fenômeno gramatical: definição, classificação, descrição dos dados e uma proposta de interpretação semântica*, é constituída por três seções. Na **seção 5**, *O fenômeno gramatical em estudo*, discutem-se aspectos relacionados ao tema da pesquisa. Abordam-se propostas tipológicas acerca da combinação do artigo definido com pronome possessivo nas línguas e resultados de pesquisas precedentes sobre o tema na história do PE e em dados do PB.

Na **seção 6**, *Usos do artigo definido diante de pronome possessivo pré-nominal nos manuscritos analisados: descrição*, expõem-se as etapas de tratamentos dos dados (levantamento e classificação das ocorrências e caminhos para as análises quantitativa e qualitativa) e descrevem-se os contextos identificados como estatisticamente relevantes para a realização do artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal nos dados analisados.

Na **seção 7**, *O artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal e a saliência discursiva*, delineia-se uma proposta de interpretação semântica para os dados à luz da Teoria da Saliência da Definitude (von Heusinger, 2013), com o suporte da Teoria do Centramento (Walker; Iida; Cote, 1994; Grosz; Joshi; Weinstein, 1995).

O Volume I termina com as **Considerações finais**, que trazem uma síntese dos resultados da pesquisa, destacando as hipóteses do trabalho, seguidas das **Referências**, dos **Apêndices** e dos **Anexos**.

O **Volume II** é dedicado à edição semidiplomática desenvolvida e abrange seis seções. Na **seção 1**, *Apresentação*, faz-se uma contextualização geral dos manuscritos editados e dos *scriptores*. Os critérios de edição são expostos na **seção 2**, *Critérios de edição dos manuscritos*. Na **seção 3**, *Percurso metodológico para desenvolvimento da edição*, apresentam-se as etapas de elaboração da edição e de caracterização dos documentos e dos *scriptores*. Na **seção 4**, *Caracterização extrínseca dos documentos editados*, elabora-se uma descrição dos aspectos



materiais da amostra constituída. O índice analítico é exposto na **seção 5**, *Índice analítico*. A edição semidiplomática dos documentos, com os fac-símiles, as fichas de identificação sócio-biográfica dos *scriptores*, a caracterização da escrita de cada um e seu respectivo alfabeto *scriptográfico* estão na **seção 6**, *Edição semidiplomática de documentos da Inquisição portuguesa na Bahia*.

viz, a qual procedio d'aminha pouca experiencia, e zclo d'an gta  
 Sta Feé.  
 Represento a R. S. em como **PARTE I** buros nesta terra entre a poret  
 ria, como tao aqunq ajun sam. em casa q' par... mandone  
 Lay lancaq ag) d'amao elle Lunduq, ou calunduy da sua, terras, e refa  
 ...

**PARTE I**  
**A PROPOSTA DA TESE E AS HIPÓTESES DE PESQUISA**

## 2 A PROPOSTA DA TESE

A pesquisa assume os pressupostos teóricos da Linguística Histórica Sócio-Histórica<sup>7</sup> (Mattos e Silva, 2008) e desenvolve três campos da agenda de trabalho do Projeto Para a Histórica do Português Brasileiro (PHPB), resumidos aqui da seguinte forma:

**Campo 1** – a reconstrução da história social linguística do país, focalizando um grupo, os Comissários do Santo Ofício na Bahia setecentista;

**Campo 2** – a constituição de *corpora* diacrônicos, com a edição semidiplomática de 93 manuscritos de clérigos baianos;

**Campo 3** – análise gramatical, com o estudo do uso do artigo definido diante de pronome possessivo pré-nominal.

Seguindo esses três campos, as questões abaixo guiam a proposta desta tese:

1. Como o *corpus* constituído se situa na dinâmica da formação sócio-histórica das variedades do PB?
2. O *corpus* constituído reúne características suficientes para ser representativo de uma variedade do PB?
3. A realização ou omissão do artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal nos *corpora* consultados está relacionada à definitude do referente do pronome possessivo?

Cada questão se associa a uma das hipóteses assumidas no estudo. Para fins de organização textual, cada campo será explorado em uma subseção específica, embora, como será possível notar, eles estejam estritamente ligados.

---

<sup>7</sup> O referencial teórico do trabalho é apresentado na seção 3 deste volume.

## 2.1 “PELAS MÃOS DE COMISSÁRIOS DO SANTO OFÍCIO NA BAHIA SETECENTISTA”: O *CORPUS* DO ESTUDO E A SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Há uma vasta literatura que discute sobre a configuração das variedades do PB hoje ser resultado de um cenário intenso de contato entre línguas no Brasil colônia (Mattos e Silva, 2004; Lucchesi, 2001, 2009, 2012, 2015). Mattos e Silva (2004) identifica três atores principais nesse contexto, que segundo a autora, foi de multilinguismo generalizado<sup>8</sup>:

- a. o português europeu na sua dialeção diatópica, diastrática, que teria ao longo do período colonial um contingente de 30% da população brasileira; seria esse português europeu base histórica do português culto brasileiro que começaria a elaborar-se a partir da segunda metade do século XVIII;
- b. as línguas gerais indígenas, que, plurais e dialetalizadas, poderiam até confundir-se com o português geral brasileiro nas áreas geográficas delimitáveis em que se difundiram;
- c. o português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular brasileiro que, adquirido na oralidade e em situações de aquisição imperfeita, é difundido pelo geral do Brasil sobretudo pela maciça presença africana e dos afro-descendentes que perfizeram uma média de mais de 60% da população por todo o período colonial. (Mattos e Silva, 2004, p. 90)

As observações de Mattos e Silva (2004) aludem ao caráter polarizado que a língua portuguesa adquiriu no Brasil. Na linha do que tem sido discutido, especialmente, por Lucchesi (2001, 2012, 2015)<sup>9</sup>, os estudos sobre a formação sócio-histórica do PB que consideram a influência decisiva do contato entre línguas têm demonstrado que, de um lado, mais próximas das variedades do PE que chegaram à Colônia com as diferentes levas de portugueses, desenvolveram-se as normas linguísticas prestigiadas, ditas cultas; de outro, sob influência do português geral brasileiro (Mattos e Silva, 2004), as normas que não detêm prestígio social, ditas populares.

Para situar o *corpus* deste estudo – documentos produzidos por Comissários do Santo Ofício na Bahia – nessa configuração sociolinguística, é preciso, antes, identificar os *scriptores*.

<sup>8</sup> Na subseção 4.1.1, alguns tópicos da formação sócio-histórica do PB são mais desenvolvidos, a fim de situar o *corpus* deste estudo no panorama de formação das variedades do PB.

<sup>9</sup> Serafim da Silva Neto, em 1951, já apontava para a realidade bipartida do PB, afirmando que, desde os primórdios da colonização, o Brasil é marcado pela dualidade entre a língua dos brancos e a língua da plebe (indígenas, africanos e seus descendentes) (Silva Neto, 1963 [1951]). Contudo, foi o sociolinguista Dante Lucchesi que sistematizou a concepção de polarização da língua portuguesa no Brasil, apresentando aspectos históricos e fontes linguísticas empíricas que revelam que o PB abrange duas vertentes: a de formação das variedades prestigiadas e a de formação das variedades estigmatizadas (Lucchesi, 2001, 2012, 2015).

Nesse percurso, a consulta aos processos de habilitação – que reuniam toda a documentação produzida no processo de admissão de um agente inquisitorial – foi basilar.

Dado o rigor com que o Santo Ofício selecionava os agentes inquisitoriais – o que está bem sugerido não apenas no *corpus* desta tese, mas em toda a bibliografia sobre as atividades dos Tribunais da Inquisição e, de modo especial, nos Regimentos do Santo Ofício da Inquisição Portuguesa<sup>10</sup> –, as informações coletadas nos processos de habilitação asseguram que os Comissários, responsáveis pela produção da documentação editada nesta tese, eram: clérigos (condição básica para exercício de uma comissaria); brancos (o Santo Ofício tinha grande preocupação com a “pureza de sangue” dos oficiais, coibindo veementemente a habilitação de quem tinha, por exemplo, descendência indígena, africana ou judia); familiarizados com a escrita (a escrita estava no centro das atividades inquisitoriais, tanto para comunicação dos agentes coloniais entre si quanto para o traslado informativo entre esses e os Inquisidores em Lisboa; além do que muitos dos Comissários tinham formação em cânones), e detentores de posses (era preciso ser financeiramente abastado para custear uma candidatura e habilitação para algum cargo na hierarquia do Santo Ofício).

Com isso, nos dados da demografia histórica do Brasil colonial, fornecidos por Mussa (1991)<sup>11</sup>, os Comissários integram o grupo dos brancos brasileiros, que representaram 5% da população, no século 17, e 10% no século 18. Compondo a pequena elite colonial, branca e letrada, eles adquiriram o português via processos de transmissão linguística regular, tendo como *input* disponível para a aquisição dados mais próximos do português europeu. Em consequência, a língua refletida nos seus manuscritos situa-se na vertente de formação das variedades prestigiadas do PB.

Assumindo com Mattos e Silva (2004) que a variedade que a autora denominou de português culto brasileiro começa a ser gestada na segunda metade do século 18, relativamente à história sociolinguística do PB, a hipótese é que **o *corpus* editado, mais especificamente os manuscritos dos Comissários nascidos na primeira metade do século 18, reflete os contornos iniciais do que viria a configurar as variedades prestigiadas do PB.** E é exatamente nesse aspecto que reside um das maiores contribuições do *corpus* constituído nesta tese para a pesquisa sobre a formação do PB.

---

<sup>10</sup> Os quatro Regimentos que vigoraram na Inquisição Portuguesa podem ser acessados em: [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsZU02a0ZWZUVZSWs/view?resourcekey=0-1PZnQ4XA7DIMidNIKhXkNg](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsZU02a0ZWZUVZSWs/view?resourcekey=0-1PZnQ4XA7DIMidNIKhXkNg). Para uma síntese interpretativa desses Regimentos, ver Siqueira (1996).

<sup>11</sup> Os dados fornecidos por Mussa (1991) podem ser complementados com as informações do site *IBGE: 500 anos* (<https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento.html>), que apresenta um panorama da ocupação do território brasileiro. Mas, para o que se quer demonstrar nesta subseção, os dados desse autor são suficientes.

Por fim, ressalta-se que a separação entre *corpora* que representariam a vertente de formação das variedades prestigiadas ou a vertente de constituição das variedades estigmatizadas do PB não é tarefa simples. Barbosa (2006, p. 763), oportunamente, questiona “[...] como saber o que se compreendia, ou simplesmente se praticava, como informal nas sincronias passadas, se só contamos com a subjetividade de nossa própria avaliação de leitores contemporâneos [...]?”. O autor comenta que “[...] o grau de erudição que habilita o rótulo culto a redatores do passado às vezes é a raiz do que nos causa a impressão de formalidade. Para enfrentar esse desafio, faz-se necessário estabelecer – e descrever – um referencial de norma culta para cada sincronia passada que investigamos”.

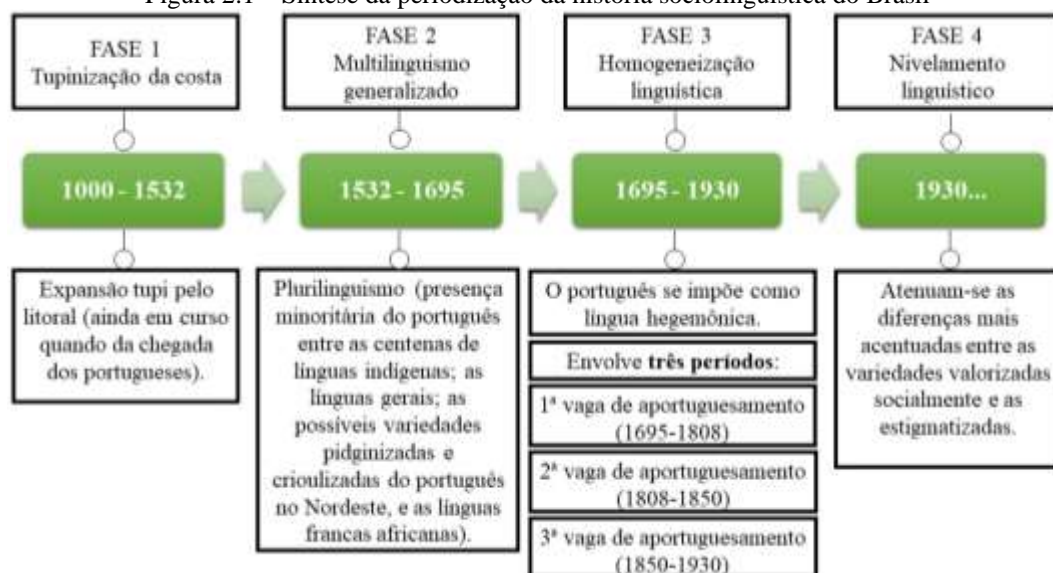
Em atenção aos apontamentos de Barbosa (2006), pondera-se que a compreensão de *scriptor* culto varia conforme a época e entende-se que ainda não se dispõe de um “referencial de norma culta” para a Bahia do século 18. Portanto, a opção, nesta tese, em lugar da expressão corrente *variedade culta*, é pelo uso da expressão **variedade de clérigos brancos letrados da Bahia setecentista** em referência à variedade do português que se apresenta nos textos editados.

A fim de melhor situar o *corpus* no contexto da formação histórica do PB, a seguir busca-se localizá-lo na periodização da história sociolinguística do Brasil desenvolvida por Lucchesi (2017).

### 2.1.1 O *corpus* do estudo na periodização da história sociolinguística do Brasil

Para localizar o *corpus* da tese na periodização da história sociolinguística do Brasil, adota-se a proposta de periodização de Lucchesi (2017), por sua abrangência e criticidade ao considerar não apenas o português, mas o conjunto mais amplo das línguas que historicamente estiveram em contato no Brasil, além de tomar “[...] como marcos processos sociais que virtualmente desencadearam mudanças nos padrões coletivos de comportamento linguístico da população brasileira do que resultaram mudanças nas gramáticas mentais dos falantes.” (Lucchesi, 2017, p. 350). A abordagem do autor está sintetizada na ilustração a seguir:

Figura 2.1 – Síntese da periodização da história sociolinguística do Brasil



Fonte: elaborado a partir de Lucchesi (2017).

Como sumarizado no esquema, a história sociolinguística do Brasil envolveu um período de expansão de línguas indígenas, ainda em curso quando da chegada dos portugueses. A partir daí, com o início do empreendimento colonizador, através da exploração de mão de obra indígena e africana, passa-se a um estágio de intenso contato entre línguas, culminando no multilinguismo generalizado, que predominou até o final do século 17. Posteriormente, mudanças no cenário político e econômico da Colônia ampliaram a presença de portugueses no Brasil e, conseqüentemente, o acesso à língua portuguesa. Destaca-se, porém, que essa expansão foi marcada por uma clivagem. De um lado, mais próximas dos modelos do PE, desenvolveram-se as variedades utilizadas pela pequena elite colonial; de outro, as variedades dos africanos, afrodescendentes e indígenas integrados, adquiridas via transmissão linguística irregular, que estão na base de formação das variedades estigmatizadas do português e foram as mais difundidas pelo país, já que seus falantes representaram cerca de dois terços da população do século 17 à primeira metade do século 19. Na fase atual da história sociolinguística do Brasil, iniciada na década de 1930, fenômenos como a industrialização e a urbanização atenuaram as marcas mais latentes da polarização das variedades do português no país, mas não as eliminaram totalmente.

Os manuscritos editados nesta pesquisa foram escritos entre 1700 e 1791. Dessa forma, ao se considerar a data de escrita, o *corpus* da tese reflete uma variedade utilizada na terceira fase da história sociolinguística do Brasil, marcada por um profundo processo de homogeneização linguística, em que o português foi se impondo como primeira língua para a

maioria da população. Nesse período, o *corpus* da pesquisa está situado na primeira vaga de aportuguesamento, conforme ilustração seguinte:



Fonte: elaborado a partir de Lucchesi (2017).

Observando a data de nascimento dos *scriptores*, a localização do *corpus* é representada na ilustração a seguir, com a indicação dos Comissários que nasceram em cada fase:



Fonte: elaborado a partir de Lucchesi (2017).

Ao considerar a data de nascimento dos *scriptores*, o *corpus* da pesquisa abrange momentos diferentes da história sociolinguística do Brasil.

Os *scriptores* Antão F. Monteiro, Antônio R. Lima, Bernardo P. Barreto, João O. Guimarães e João R. Figueiredo nasceram e adquiriram o português em um período em que ele



era a língua materna de uma parcela reduzida da população – um terço da população, segundo dados da demografia histórica fornecidos por Mussa (1991) – e era utilizada na Colônia ao lado das centenas de línguas dos outros dois terços da sociedade: as línguas africanas, indígenas e gerais indígenas e, ainda, as variedades pidginizadas e crioulistas do português que teriam se desenvolvido, sobretudo, nas sociedades açucareiras do Nordeste, destacando-se aí o Recôncavo baiano e a zona do massapê pernambucano (Lucchesi, 2017). Porém, não se pode desconsiderar que, como os *scriptores* citados nasceram na segunda metade do século 17, é possível que o plurilinguismo que vigorava até então estivesse começando a se dispersar.

A partir do século 18, o multilinguismo generalizado, característico dos dois primeiros séculos de colonização, foi cedendo espaço para um multilinguismo mais localizado (Mattos e Silva, 2004), com a redução das populações indígena e africana e os grupos indígenas que escaparam da violência do colonizador confinados “às regiões mais recônditas do país, nomeadamente na Amazônia e no Centro-Oeste” (Lucchesi, 2017, p. 366). Ao mesmo tempo, aumentava a população de brancos europeus e brasileiros, em decorrência do que Lucchesi (2017) denomina vagas de aportuguesamento. Foi nesse contexto que nasceram os *scriptores* Antônio C. Andrada, Bernardo G. Almeida, Francisco C. Carvalho, João L. Santana, Manoel V. Paez e Pedro L. Villas Boas, mais especificamente durante a primeira vaga de aportuguesamento, quando a presença de portugueses na Colônia cresce, especialmente, em virtude do ciclo econômico do ouro, ao longo do século 18.

Tendo acesso a diferentes variedades do português, em consequência da configuração linguística de cada período, **os Comissários nascidos em uma e outra fase da periodização sociolinguística do Brasil podem ter adquirido variedades, ao menos, parcialmente diferentes.** De fato, os dados descritos na seção 6 mostram que os *scriptores* que nasceram enquanto vigorava o multilinguismo generalizado exibem um padrão com marcação reduzida do artigo definido diante de pronome possessivo em relação aos *scriptores* que nasceram na fase de *homogeneização linguística*<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Como informado na Introdução, para análise dos dados, além do *corpus* editado nesta tese, consultou-se o material constituído por Elane Santos e Santos. Na periodização de Lucchesi (2017), tanto em relação à data de escrita quanto em relação à data de nascimento, a amostra de Santos (a sair) situa-se nas mesmas fases que os manuscritos editados nesta pesquisa.

## 2.2 EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DE MANUSCRITOS DE CLÉRIGOS BAIANOS: REPRESENTATIVIDADE E SIGNIFICÂNCIA DA AMOSTRA CONSTITUÍDA

Não é tarefa simples reunir materiais apropriadas para o estudo da língua do passado. Para que isso seja possível, o pesquisador deverá adotar técnicas e atentar para detalhes que consigam, na impossibilidade de constituir o *corpus* ideal, ao menos, aproximar-se dele. A discussão feita nesta subseção ilustra isso.

Nessa direção, relativamente às fontes para estudo do PB, um ponto de partida basilar é ter em conta, como lembra Mattos e Silva (2002), que as vias de acesso aos modelos da língua dos grupos dominantes não serão as mesmas que permitem uma aproximação à língua das populações que compõem a base da pirâmide social. A autora explica que

A reconstrução histórico-diacrônica do passado da face culta do português brasileiro poderá ser recuperada pela via tradicional desse tipo de trabalho para as línguas que estão representadas pela escrita, ou seja, pelo escrutínio das fontes documentais remanescentes, ou seja, com base em um *corpus* diacrônico seriado, constituído de documentos de tipos os mais diversificados possíveis, que serão a forma de aproximação possível para captar as variações lingüísticas conviventes e, conseqüentemente, prováveis mudanças em curso, que o exame da documentação do passado para o presente poderá indicar. (Mattos e Silva, 2002, p. 451)

Por outro lado, tendo se desenvolvido majoritariamente pela oralidade, as variedades estigmatizadas do PB não contam com testemunhos escritos na mesma proporção que as variedades dos grupos com maior acesso à instrução formal. Para as primeiras, o linguista é forçado a pensar em vias alternativas de acesso. Mattos e Silva (2002, p. 457) denomina de arqueológico o processo de reconstrução das normas não prestigiadas do PB; um método em que “[...] de evidências dispersas, calçadas pelas teorias sobre o contacto lingüístico e pela história social do Brasil, se possa chegar a formulações convincentes”.

Outro ponto a ser devidamente balizado para o estudo lingüístico em perspectiva histórica é que, para servir à análise lingüística, os *corpora* devem ser constituídos com essa finalidade (Mattos e Silva, 2008). E, além do rigor metodológico exigido para a criteriosa edição, deve-se fornecer dados para controle sócio-biográfico da mão que escreve.

Nessa direção, no âmbito das discussões do PHPB, Barbosa (2006, p. 762) aponta a possibilidade de os materiais constituídos para fins de análise lingüística se tornarem significativos, porque

1) sabe-se serem verdadeiramente autógrafos; 2) sabe-se a naturalidade de todos seus autores; 3) sabe-se de que tradição discursiva (oficial, religiosa, etc.) são oriundos, e conta-se com a descrição de seus principais ritos e fórmulas; 3) foi-se capaz de contrapor homens a mulheres; 4) conta-se com grande volume de fólhos distribuídos por longo período, o que permite estudo diacrônico com vários pontos de comparação; 5) conta-se com grande massa de textos editados sob os mesmos critérios e reunidos de diferentes locais do Brasil; 6) pode-se contrapor impressos e manuscritos; 7) conta-se com tipologia cada vez mais variada; começa-se a controlar elementos discursivos fundamentais para a *provocação* de uma escrita mais cotidiana. (Barbosa, 2006, p. 762)

O pesquisador acrescenta que alguns materiais “[...] são mais que *significativos*, são *representativos*, pois além de um dos méritos citados, apresentam a qualidade de escrita de um grupo sócio-cultural de determinada época – seja escrita cotidiana ou especial” (Barbosa, 2006, p. 762). Para ter representatividade, o *corpus* então não deverá ser constituído de forma fragmentária. Do contrário, servirá como testemunho aleatório, talvez, para uma sondagem inicial, mas não poderia ser tomado como testemunho expressivo do passado de uma variedade linguística (Mattos e Silva, 2002).

Partindo dos postulados supracitados e com o objetivo de colaborar para a caracterização da vertente de formação das variedades prestigiadas do PB, realizou-se o trabalho de prospecção, transcrição e edição do *corpus* desta pesquisa. A documentação selecionada – manuscritos oriundos das atividades da Inquisição Portuguesa na Bahia – reúne as características exigidas para a preparação e controle de um *corpus* para a pesquisa linguística em perspectiva histórica, como sumarizado nos tópicos seguintes:

1. foi editada com o intuito maior de fornecer dados para os estudos linguísticos: optou-se pela edição do tipo semidiplomático para preservar o quanto possível as características linguísticas dos documentos. Para tanto, inspirou-se na segunda versão das normas para o desenvolvimento de edições semidiplomáticas do PHPB e nos critérios de edição propostos pela equipe do *Memória & Arte*<sup>13</sup> (Lose, 2019);
2. localizaram-se dados confiáveis e suficientes para caracterização dos *scriptores* e dos documentos: como a seleção de um agente inquisitorial era um processo extremamente criterioso, vasta documentação era elaborada através das diligências para a identificação precisa dos habilitandos, sobretudo, para investigação da pureza de sangue. Com isso, a consulta aos documentos dos processos de habilitação dos Comissários possibilita a caracterização adequada desses oficiais e dos textos que produziram<sup>14</sup>;

<sup>13</sup> Sobre os critérios de edição e as etapas de preparação do *corpus*, ver, respectivamente, seções 2 e 3 do Volume II desta tese.

<sup>14</sup> A apresentação completa dos documentos e dos *scriptores* é feita na seção 4 deste volume.

3. é constituída por textos autógrafos: uma série de fatores demonstram que os Comissários são autores intelectuais e materiais dos manuscritos:
- a. as informações contidas nos Regimentos de 1640 e 1774 do *Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal*: no Título em que trata dos Comissários, esses Regimentos informam que nem sempre o Comissário tinha um Escrivão permanente e que esse atuava, basicamente, nas diligências, transcrevendo os interrogatórios das testemunhas. Isso é sugestivo de que, fora das situações das diligências, eram os próprios Comissários que escreviam os documentos. Os Regimentos preveem, ainda, que o parecer sobre a pureza de sangue fosse emitido exclusivamente pelas mãos do Comissário. A comparação *scriptográfica* entre os pareceres de pureza de sangue e os manuscritos que abordam outros assuntos revela que a mão que escreve é a mesma, sendo, assim, mais um indício de que os Comissários baianos escreviam de próprio punho;
  - b. a ausência de menção a um Escrivão de Comissário nos documentos localizados: nos manuscritos editados, não há qualquer menção à atuação de um Escrivão fixo para um Comissário. Além disso, durante a prospecção dos documentos, não se localizaram processos de habilitação para o cargo de Escrivão de Comissário na Bahia;
  - c. a comparação entre o traçado das assinaturas e do corpo do texto: sobretudo nos casos em que há muitos documentos de um mesmo *scriptor*, foi possível identificar com segurança a correspondência entre o traçado das assinaturas e da mensagem do manuscrito<sup>15</sup>. Isso, somado à identificação de elementos caracterizadores das assinaturas, como a presença de laçada, é a mais forte evidência de que os Comissários baianos não são apenas os autores intelectuais dos manuscritos editados, mas também seus autores materiais<sup>16</sup>.
4. reconhece-se a tradição discursiva em que os documentos foram gestados: sendo produzida no âmbito das atividades de um Tribunal Inquisitorial, a documentação tem caráter diplomático, ao mesmo tempo em que é de cunho religioso, dado que o Santo

---

<sup>15</sup> Na seção 6 do Volume II, apresenta-se, junto com a caracterização paleográfica de cada Comissário, a comparação entre o traçado da assinatura e do corpo do texto dos manuscritos editados.

<sup>16</sup> Os aspectos que confirmam a autoria dos textos também foram constatados por Elane Santos e Santos, no *corpus* que ela disponibiliza.

Ofício foi uma Instituição da Igreja Católica. Ademais, os documentos editados foram produzidos por clérigos, já que ser eclesiástico era uma das condições para a atuação como Comissário do Santo Ofício. Também para o reconhecimento da tradição discursiva dos documentos, o grande volume de textos resultantes das atividades dos Tribunais Inquisitoriais foi bastante útil. Os Regimentos e os manuscritos produzidos pelos agentes inquisitoriais informam sobre toda a organização do Santo Ofício, abordando como os oficiais eram selecionados, como eles reportariam aos Inquisidores as suas ações, quais atividades eram da alçada dessa instituição etc.<sup>17</sup>;

5. há um volume razoável de manuscritos, com uma tipologia documental diversa: o *corpus* constituído é composto por 93 documentos, que totalizam 104 fólios e desenvolvem 9 tipos documentais: 56 *cartas de remessa*; 17 *depoimentos reportados de denúncia*; 12 *cartas de informe*; três *informes para habilitação*; um *depoimento reportado de confissão*; um *mandado de reconhecimento*; um *mandado de notificação*; um *certificado de consulta de livros*, e um *atestado de desempenho de função*<sup>18</sup>.

Por todos os aspectos arrolados, relativamente ao *corpus* deste estudo, a hipótese é que **se trata de uma coleção documental, nos termos de Mattos e Silva (2002) e Barbosa (2006), significativa e representativa da variedade do português utilizada na Bahia setecentista por clérigos baianos brancos e letrados.**

### 2.3 O CAMPO GRAMATICAL: “ESTUDO DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE PRONOME POSSESSIVO PRÉ-NOMINAL”

No campo gramatical, a pesquisa consiste no estudo descritivo dos padrões de realização do artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal. Dentre os fatores que condicionam esse fenômeno, especial atenção é dada à definitude do referente do pronome possessivo.

A consulta à bibliografia relevante sobre o fenômeno em estudo – Silva (1982); Costa (2002); Schei (2009); Mattos e Silva (2010); Rinke (2010); Floripi (2008; 2014); Magalhães (2011) – revela que tanto na variedade brasileira quanto na europeia há forte correlação entre a presença do artigo definido no sintagma possessivo e a animacidade do nome núcleo desse

---

<sup>17</sup> Na subseção 4.1.2, desenvolve-se uma breve discussão para situar os documentos editados no âmbito das atividades do Santo Ofício na Bahia.

<sup>18</sup> As espécies e os tipos documentais identificados no *corpus* são melhor apresentados na subseção 4.2.2.

sintagma, com nomes com referente animado humano inibindo a realização do artigo. Em PE, que atualmente marca categoricamente o artigo diante de pronome possessivo pré-nominal, esse foi o contexto mais resistente à implementação do artigo (Rinke, 2010). E em textos brasileiros produzidos ao longo do século 20, Brito (2019) constata que nomes relacionais permanecem bloqueando a presença do artigo definido no sintagma possessivo. Brito, Lacerda e Carneiro (2022) explicam esse comportamento em dados do PB com base na escala semântica de animacidade proposta por Lyons (1999)<sup>19</sup>. Segundo as autoras, sendo altamente salientes à percepção humana, os nomes com referente humano são mais livres para dispensar a presença do artigo definido para garantir a leitura definida do sintagma. Essa tendência também foi constatada nos textos do século 18 consultados nesta tese. Por isso, observa-se mais cuidadosamente o condicionamento semântico da variação.

A atuação do grupo *animacidade* é bastante sugestiva de que os usos do artigo definido antes de pronome possessivo são sensíveis à definitude. Esse grupo, entretanto, observa a definitude do nome núcleo do sintagma possessivo (o elemento possuído). Contudo, a maior ou menor definitude de um referente discursivo também pode ser mensurada contextualmente, analisando as suas menções no discurso precedente. É preciso, então, observar o referente do pronome possessivo, o possuidor, já que é esse o elemento referido no contexto anterior ao constituinte possessivo. Foi esse o percurso de análise explorado para compreensão da variação identificada no *corpus*.

Assume-se, portanto, a hipótese de que **a realização do artigo no sintagma possessivo está relacionada à definitude do possuidor**<sup>20</sup> e que a noção semântica de definitude é melhor compreendida em termos de saliência dos referentes discursivos (von Heusinger, 2013). E para mensurar a saliência nos textos, adotou-se o instrumental analítico na Teoria do Centramento (Walker; Iida; Cote, 1994; Grosz; Joshi; Weinstein, 1995).

---

<sup>19</sup> Lyons (1999) nota que alguns fenômenos linguísticos que apresentam diferenciações relacionadas à animacidade apontam para uma hierarquia de animacidade na qual as posições mais comuns seriam estas:

1. pronomes de primeira e segunda pessoa;
2. pronomes de terceira pessoa;
3. nomes próprios;
4. nomes comuns com referência humana;
5. nomes não humanos animados;
6. substantivos inanimados.

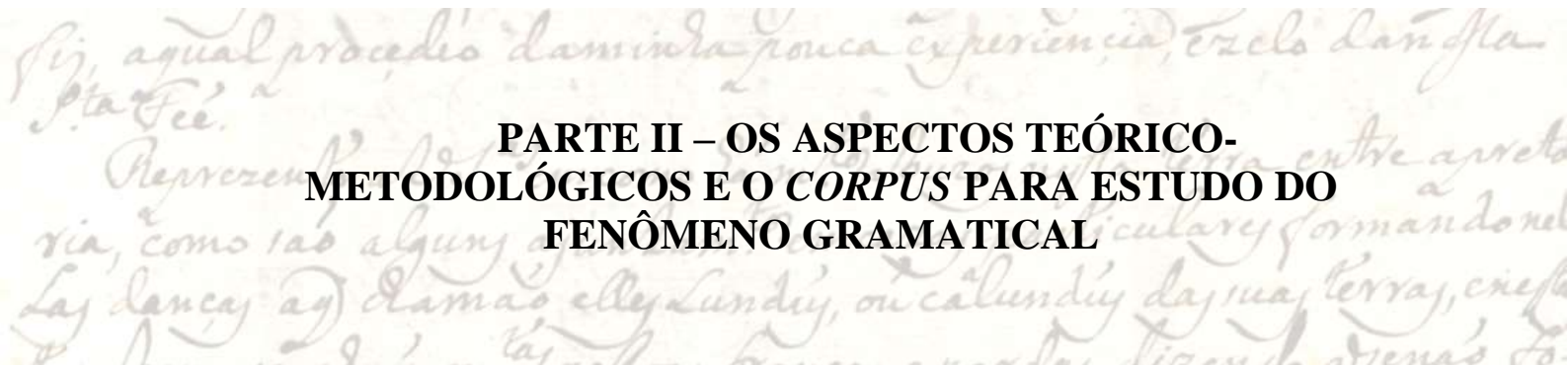
<sup>20</sup> Essa hipótese é explorada na seção 7 deste volume.

## 2.4 SÍNTESE

Dada a forma como os *scriptores* se situam na sociedade da época, o grupo social do qual são oriundos e a forma de aquisição de língua que desenvolveram, há razões suficientes para situar o *corpus* desta pesquisa no leque das variedades prestigiadas do português, utilizadas na Bahia setecentista. O rigor filológico e as informações reunidas para caracterização dos manuscritos e dos *scriptores* tornam a amostra constituída representativa e significativa para estudo da **variedade de clérigos brancos letrados da Bahia setecentista**.

A disponibilização de um *corpus* criteriosamente editado e devidamente situado, pelas vias da sócio-história linguística, na vertente de formação das normas prestigiadas do PB, e a reunião de informações suficientes para a adequada caracterização dos documentos e dos *scriptores* são o maior contributo deste trabalho para a pesquisa linguística sobre o PB.

O estudo também avança no campo gramatical, ao propor uma interpretação semântica dos dados, à luz da teoria da Teoria da Saliência da Definitude (von Heusinger, 2013) e da Teoria do Centramento (Walker; Iida; Cote, 1994; Grosz; Joshi; Weinstein, 1995), orientações teóricas ainda não exploradas nas análises sobre o uso do artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal em dados do PB.



**PARTE II – OS ASPECTOS TEÓRICO-  
METODOLÓGICOS E O CORPUS PARA ESTUDO DO  
FENÔMENO GRAMATICAL**



### 3 ASPECTOS TEÓRICOS

Nesta seção, apresentam-se os pressupostos teóricos do trabalho, organizando-os em dois campos: o filológico, tratando-se, resumidamente, da relação entre a Linguística Histórica e a Filologia e comentando sobre o tipo de edição desenvolvido nesta pesquisa; e o linguístico, no qual se abordam aspectos da grande área da Linguística Histórica, da Teoria da Saliência da Definitude e da Teoria do Centramento.

#### 3.1 CAMPO FILOLÓGICO

##### 3.1.1 A abordagem filológica nos estudos em Linguística Histórica

A relação entre a Linguística Histórica e a Filologia tem sido destaca por muitos autores. Mattos e Silva (2008, p. 14) ressalta que “[...] não se pode fazer linguística histórica ou diacrônica sem a documentação remanescente do passado.” A máxima da autora diz respeito, inclusive, aos trabalhos de orientação gerativista que se propõem a interpretar processos pretéritos de mudança linguística. Maia (2012, p. 537), ao comentar alguns fatores que contribuíram para a superação da dicotomia entre a Filologia e a Linguística, explica que

Mais íntima, ainda, é a relação entre Filologia e Linguística Histórica, que, para obter conhecimentos sobre a língua de épocas anteriores e para explicar processos históricos de mudança, carece de dados registados nos textos escritos: para a investigação em perspectiva diacrônica, é absolutamente necessária uma consistente infra-estrutura filológica e uma sólida preparação por parte do investigador que lhe permita uma interpretação dos textos escritos que constituem o seu *corpus* de análise [...].

A autora observa, assim, que a Filologia “[...] possui um conjunto de recursos interpretativos e explicativos que a Linguística Histórica não pode e não deve desprezar.” (Maia, 2012, p. 539). É a partir do labor filológico, portanto, que os textos são reconstituídos e editados.

Uma vez que se destacou a relação inquestionável entre Linguística Histórica e a Filologia, faz-se necessário, também, apresentar a compreensão que se tem de trabalho filológico<sup>21</sup>. Concorde-se, pois, com Lose (2017, p. 80), quando a filóloga pontua que “O texto é o objeto da filologia e o seu objetivo é preparar, com base em critérios mais ou menos

---

<sup>21</sup> Não há aqui a pretensão de adentrar a ampla discussão sobre o conceito de Filologia, mas apenas de explicitar a compreensão assumida nesta tese.

conservadores, a depender do público-alvo, uma edição confiável que poderá ser usada como base para que outros profissionais acessem o conteúdo dos textos ali presentes.” A estudiosa faz, ainda, a pertinente distinção entre transcrição e edição:

Pelo primeiro, entende-se a leitura do texto original e sua transposição em caracteres tipográficos/informáticos para leitura própria ou para leitura de outrem. Pelo segundo, no entanto, há que se compreender um trabalho completo e complexo que deve levar em consideração um leitor, um público, uma forma de acesso. (Lose, 2017, p. 79)

A transcrição é, assim, uma etapa inicial em que se decodificam os caracteres presentes no texto, ao passo que “[...] editar um texto significa estabelecer ou fixar uma forma específica de divulgá-lo” (Cabraia, 2012, 299).

Sobre a edição a ser realizada, Mattos e Silva (2008) adverte que

[...] não se pode nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico-diacrônica: a edição tem de ser feita com *rigor filológico* e com o objetivo claro de servir a estudos linguísticos; há edições úteis ao historiador ou ao estudioso da literatura ou ao chamado grande público, mas que, contudo, não devem ser usadas para estudos de história linguística. (Mattos e Silva, 2008, p. 15)

O tipo de edição, portanto, é orientado pelo objetivo da pesquisa e pelo público a que se destina. A seguir, aborda-se sobre o tipo de edição realizado nesta tese.

### 3.1.2 A edição Semidiplomática

Como a proposta desta tese é elaborar uma edição que forneça dados confiáveis para análises linguísticas em diferentes níveis (grafo-fônico, mórfico e sintático), optou-se pela realização de uma edição conservadora, do tipo semidiplomático, acompanhada do fac-símile do documento<sup>22</sup>. Segundo Lose e Telles (2017, p. 289), a opção pela edição conservadora “[...] parece ser mais do que justificada quando se considera que a *scripta* do documento tanto pode mostrar os erros óbvios (ou *lapsus calami*) [...] como, o que é mais importante, as variantes textuais decorrentes do desempenho do que escreve, do responsável pela *scripta*.”

Marcotulio e Lopes (2018) explicam que as edições do tipo semidiplomático têm um grau moderado de interferência, basicamente o desenvolvimento das abreviaturas, já que o objetivo é “Preservar o texto, tornando-o mais acessível.”. Quanto ao público-alvo desse tipo de edição,

---

<sup>22</sup> A apresentação do fac-símile oferece a cópia mais próxima possível do original ao mesmo tempo em que colabora para a fiabilidade da transcrição, por permitir a comparação entre a imagem do documento e a leitura feita pelo editor.

os autores citam “Pesquisadores de determinado estágio da língua que se interessam, sobretudo, por aspectos linguísticos e não tenham tantos conhecimentos sobre as convenções de escrita específicas de uma época.” (Marcotulio; Lopes, 2018, p. 40).

O desenvolvimento das abreviaturas não são as únicas intervenções possíveis em uma edição semidiplomática. Lose (2017) cita, por exemplo, a preservação ou não da disposição da mancha escrita do original, o estabelecimento ou não das fronteiras entre as palavras e a uniformização ou não do uso de maiúsculas e minúsculas como decisões que o editor pode tomar ao elaborar uma edição semidiplomática. Marcotulio e Lopes (2018) citam, também, atualizações na pontuação e na acentuação como intervenções possíveis nesse tipo de edição.

Na edição apresentada no Volume II desta tese, as intervenções realizadas, além do desenvolvimento das abreviaturas, abrangem o estabelecimento das fronteiras de palavras.

## 3.2 CAMPO LINGUÍSTICO

### 3.2.1 A Linguística Histórica

A pesquisa se insere no vasto campo de investigação da Linguística Histórica (LH), compreendida aqui nos moldes de Mattos e Silva (2008). Por essa perspectiva, a LH abrange duas grandes vertentes: a *lato sensu* (que abrange as investigações desenvolvidas a partir de *corpora* datados e localizados) e a *stricto sensu* (que se ocupa dos processos de mudança linguística). A LH *stricto sensu* compreende duas orientações de trabalho:

- a LH sócio-histórica, que concilia fatores de natureza estrutural e social na interpretação dos fenômenos linguísticos;
- e a LH diacrônica associal, que se interessa pelos condicionamentos estruturais desses fenômenos.

A presente investigação tem caráter descritivo e é desenvolvida na linha da LH sócio-histórica, uma vez que, além dos aspectos da estrutura linguística, considera fatores do contexto social que influenciam no comportamento do fenômeno linguístico estudado: a realização do artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal.

### 3.2.2 A teoria da saliência da definitude

Tentativas de compreensão da categoria semântica da definitude têm sido esboçadas através de diferentes conceitos (familiaridade, unicidade, inclusividade, identificabilidade etc.)<sup>23</sup>. Nesta tese, adota-se a Teoria da Saliência (*Salience Theory*), de von Heusinger (2013), bastante produtiva por conciliar características da teoria da unicidade e da teoria da familiaridade com um novo conceito de definitude e assumir a noção pragmática de saliência como princípio subjacente a esse conceito.

A Teoria da Saliência recorre a informações contextuais para representação de expressões definidas. A ideia é que a cada contexto está associada uma ordenação entre os elementos de subconjuntos do domínio discursivo (uma hierarquia de saliência desses elementos). Desse modo, um sintagma nominal (SN) é definido não apenas pela associação que estabelece com um referente discursivo já introduzido, mas principalmente pela relação com o referente do mesmo tipo mais saliente até então.

O exemplo a seguir, que von Heusinger (2013) extraiu de Lewis (1979), é ilustrativo de como a posição do elemento na escala de saliência pode ser alterada ao longo do discurso. Imagine-se uma situação em que, em uma sala, há duas pessoas e um gato, Bruce, que está correndo agitado e é o único gato no espaço. Uma das pessoas fala para a outra:

(3.1) The cat is in the carton. The cat will never meet our other cat, because our other cat lives in New Zealand. Our New Zealand cat lives with the Cresswells. And there he'll stay, because Miriam would be sad if the cat went away<sup>24</sup>.

Quando se entende que um SN definido se refere ao elemento mais saliente de um determinado conjunto, observa-se a seguinte disposição para o discurso em (3.1): a primeira frase introduz um gato no discurso, Bruce, que é o gato mais saliente nas duas primeiras orações. O segundo período, além de remeter a Bruce, introduz um segundo gato, Albert, que tem aí uma classificação mais baixa e, por isso, é preciso se referir a ele, no segundo período e na primeira frase do período três, através de expressões inequívocas (“our other cat” e “Our New Zealand cat”). No último período, fala-se apenas de Albert, que ganha o primeiro posto na escala de saliência.

<sup>23</sup> Ver Lyons (1999) para uma discussão ampla desses conceitos.

<sup>24</sup> O gato está dentro da caixa. O gato nunca encontrará nosso outro gato, porque nosso outro gato vive na Nova Zelândia. Nosso gato da Nova Zelândia vive com os Cresswells. E aí ele fica, porque Miriam ficaria triste se o gato fosse longe. [tradução nossa].

Na proposta de von Heusinger (2013), a Teoria da Saliência é uma abordagem mais geral da definitude e sua formalização oferece uma abordagem unificada dos principais usos de SNs definidos (uso situacional, uso anafórico e uso relacional<sup>25</sup>). O autor mostra que a reconstrução da saliência em uma teoria formal pode ser realizada através de funções de escolha. Uma função de escolha é definida como a operação de atribuir a um conjunto não vazio um de seus elementos.

Sobre o uso situacional, von Heusinger (2013) observa que o contexto situacional determina a escolha do objeto. Descrições definidas como as ilustradas abaixo dependem crucialmente de informações contextuais que são codificadas no índice contextual (*i*):

(3.2) o sol  $f_i(\text{sol})$

(3.3) a universidade  $f_i(\text{universidade})$

(3.4) a mesa  $f_i(\text{mesa})$ <sup>26</sup>

É possível, ainda, inserir um argumento no índice contextual e fixar a função de escolha. Considerando, por exemplo, que a representação em (3.5) tenha sido proferida na cozinha de uma casa, tem-se o seguinte:

(3.5)  $f_{\text{cozinha}}(\text{mesa})$

Esse termo se refere ao objeto que é uma mesa e que é selecionado como o mais saliente, através de uma função de escolha denominada *cozinha*.

Ao se adaptar a representação de SNs definidos como funções de escolha aos usos anafóricos, o índice contextual passa a depender unicamente da informação linguística, que pode tornar um objeto mais saliente de diferentes formas. Uma delas é a referência a um objeto através de um SN definido ou indefinido. O SN indefinido introduz um objeto e o SN definido remete a um objeto já mencionado no discurso, mas os dois podem se tornar o objeto mais saliente. Na representação de SNs indefinidos, usam-se funções de escolha local, que são funções recém-introduzidas que se ligam a um agente saliente local ou a alguma configuração

---

<sup>25</sup> No uso anafórico, o SN definido faz referência a um objeto explicitamente introduzido pelo contexto linguístico; no uso relacional, o SN definido se refere a um objeto por sua relação com outro objeto inserido no discurso; já no uso situacional, o SN é definido por acionar informações extralinguísticas para sua adequada interpretação.

<sup>26</sup> Para compreender essas representações, considere-se o seguinte: um SN definido, como ‘O x’, representado como função de escolha dependente do contexto tem a formalização  $f_i(x)$ , que se refere ao x mais saliente no contexto *i*.

estrutural, mas não ultrapassam o nível textual. Para representação de SNs definidos, por outro lado, usam-se funções de escolha globais, que dependem do conhecimento partilhado entre os interlocutores.

Acerca do uso relacional, von Heusinger (2013) observa que um termo de função de escolha pode expressar dependências complexas por incorporação. Definidos sem modificações adicionais têm amplo escopo, pois dependem do contexto, que provavelmente é mais amplo do que a sentença em que o SN definido é realizado. Em “Todo homem viu o cachorro”, por exemplo, o SN definido tem um escopo mais amplo que a expressão quantificadora “todo homem”. No entanto, se uma sentença relativa, como “que latiu para ele”, for inserida no SN definido, o escopo desse SN será limitado.

A adoção da Teoria da Saliência da Definitude nesta pesquisa justifica-se pela hipótese assumida de que a variação na realização do artigo definido no sintagma possessivo está relacionada à possibilidade de leitura definida do referente do pronome possessivo, sendo a definitude entendida em termos de saliência discursiva. Entretanto, para mensurar a saliência nos textos, a noção de funções de escolhas assumida pela Teoria da Saliência não foi suficiente. Já o conceito de *centro*, conforme proposto pela Teoria do Centramento, mostrou-se uma abordagem adequada para dimensionar a definitude dos referentes discursivos de um enunciado, como discutido sumariamente na subseção seguinte.

### 3.2.3 A Teoria do Centramento

Assumindo a hipótese de que a realização do artigo definido no sintagma possessivo pode ser explicada em termos de saliência discursiva, recorre-se à Teoria do Centramento como um suporte para mensurar a saliência nos textos, partindo da compreensão de que essa teoria também é uma teoria da saliência, já que tenta prever quais entidades serão mais proeminentes em um dado momento (Poesio *et al.*, 2004).

A Teoria do Centramento – *Centering Theory* (Grosz; Joshi; Weinstein, 1995) – relaciona o foco de atenção, a escolha da expressão referencial e a coerência percebida dos enunciados, para explicar como a coerência é estabelecida no discurso<sup>27</sup>, compreendendo-a como uma condição para que uma sequência de enunciados seja um discurso. As variações nos

---

<sup>27</sup> Cada segmento discursivo é dotado de duas dimensões da coerência: coerência local – que é estabelecida entre enunciados do segmento – e coerência global – que é a coerência entre outros segmentos do discurso. Grosz, Joshi e Weinstein (1995) ocupam-se apenas da coerência local e sua relação com o estado de atenção em nível local.

tipos de expressões de referência e nas formas sintáticas implicam em diferentes demandas de inferência por parte do ouvinte ou leitor, e essas alterações na carga de inferência motivam diferenças na coerência do texto. O modelo de estado de atenção discutido por Grosz, Joshi e Weinstein (1995) busca explicar exatamente esse aspecto, tendo em conta que, segundo os autores, o pressuposto mais fundamental da Teoria do Centramento é que “[...] to the extent a discourse adheres to centering constraints, its coherence will increase and the inference load placed upon the hearer will decrease<sup>28</sup>.” (Grosz; Joshi; Weinstein, 1995, p. 210).

Grosz, Joshi e Weinstein (1995) usam a expressão *inference load placed upon the hearer* (*carga de inferência colocada sobre o ouvinte*) para se referir aos recursos necessários para extrair informações de um discurso em razão das escolhas particulares de expressões linguísticas usadas. Presume-se que um reflexo psicológico dessa carga de inferência é uma diferença na coerência percebida entre discursos que expressam o mesmo conteúdo proposicional usando formas linguísticas distintas. O ouvinte tem um papel importante nesse processo:

One of the tasks a hearer must perform in processing a discourse is to identify the referents of noun phrases in the discourse. It is commonly accepted, and is a hypothesis under which our work on centering proceeds, that a hearer's determination of noun phrase reference involves some process of inference. Hence a particular claim of centering theory is that the resource demands of this inference process are affected by the form of expression of the noun phrase.<sup>29</sup> (Grosz; Joshi; Weinstein, 1995, p. 208).

A literatura na área não é consensual em relação à definição de conceitos fundamentais da Teoria do Centramento, como as noções de *centro*, *enunciado* e *segmento discursivo*. Para a discussão proposta nesta tese, consultaram-se trabalhos inaugurais dessa teoria (Grosz; Joshi; Weinstein, 1995; Walker; Iida; Cote, 1994) e uma discussão mais recente (Wuyun, 2020), para explicitar como cada noção é aqui assumida, sem descuidar da proposta básica da teoria, acima especificada.

No âmbito da Teoria do Centramento, o termo *centro* (*center*) é usado em referência aos elementos que servem de ligação entre enunciados de um segmento discursivo. Grosz, Joshi e Weinstein (1995, p. 208) advertem que é um enunciado e não uma frase isolada que possui

---

<sup>28</sup> “[...] na medida em que um discurso adere a restrições de centralização, sua coerência aumentará e a carga de inferência colocada sobre o ouvinte diminuirá.” [tradução nossa].

<sup>29</sup> “Uma das tarefas que um ouvinte deve executar no processamento de um discurso é identificar os referentes de sintagmas nominais. É comumente aceito, e é uma hipótese sob a qual nosso trabalho sobre centramento procede, que a determinação de um ouvinte da referência do sintagma nominal envolve algum processo de inferência. Daí uma reivindicação particular da teoria do centramento é que as demandas de recursos desse processo de inferência são afetadas pela forma de expressão do sintagma nominal.” [tradução nossa].

*centros* e que esses são construções discursivas – de modo que a mesma frase, pronunciada em diferentes situações discursivas, pode ter *centros* diferentes – e objetos semânticos, e não palavras, frases ou formas sintáticas. Wuyun (2020) acrescenta que *pro*, por funcionar como ligação entre enunciados anteriores e posteriores, deve ser tratado como *centro* e que não apenas sintagmas nominais completos, mas também pronomes possessivos, podem ser *centros* em alguns enunciados.

A cada enunciado de um segmento discursivo é atribuído um conjunto de centros prospectivos (*forward-looking centers*, doravante  $C_f$ ), que abrange as entidades discursivas evocadas no enunciado. E, à exceção do enunciado inicial de uma sequência discursiva, a cada enunciado é atribuído um único<sup>30</sup> centro retrospectivo (*backward-looking center*, doravante  $C_b$ ), que corresponde à entidade discursiva mais central. O  $C_b$  de um enunciado se relaciona com um dos  $C_f$  do enunciado que lhe antecede. Por outro lado, os  $C_f$  de um enunciado dependem apenas das expressões que o constituem, não tendo relação com as características do enunciado precedente. Além disso, os  $C_f$  são ordenados<sup>31</sup> de modo a refletir a proeminência no enunciado. Assim, “The more highly ranked an element of  $C_f(U_n)$ , the more likely it is to be  $C_b(U_{n+1})$ . The most highly ranked element of  $C_f(U_n)$  that is realized in  $U_{n+1}$  is the  $C_b(U_n)$ ” (Grosz; Joshi; Weinstein, 1995, p. 209). Como exemplo, considerem-se os enunciados seguintes, adaptados de Grosz, Joshi e Weinstein (1995, p. 217):

- (3.6) a. John tem tido muitos problemas para organizar suas férias.  
 b. Ele não consegue encontrar ninguém para assumir suas responsabilidades. (ele = John)  $C_b = \text{John}$ ;  $C_f = \{\text{John}\}$   
 c. Ele ligou para Mike ontem para elaborar um plano. (ele = John)  $C_b = \text{John}$ ;  $C_f = \{\text{John}, \text{Mike}\}$   
 d. Mike o aborreceu muito recentemente.  $C_b = \text{John}$ ;  $C_f = \{\text{Mike}, \text{John}\}$

<sup>30</sup> Para evidenciar a existência de um único  $C_b$  em cada enunciado que não seja o enunciado inicial, Grosz, Joshi e Weinstein (1995, p. 211-212), comparando uma série de exemplos em que seria possível supor que mais de um elemento seria  $C_b$ , mostram que há uma diminuição da aceitabilidade dos enunciados analisados quando o  $C_b$  é substituído (quando se alternam os possíveis candidatos a  $C_b$ ), corroborando a versão de que só é possível haver um  $C_b$ . Essa versão é contestada por Wuyun (2020). Segundo a autora, alguns segmentos discursivos do chinês indicam que pode haver mais de um  $C_b$  dentro de um enunciado, o que a pesquisadora denomina de “ramificação  $C_b$ ” (ver Wuyun (2020, p. 23-28) para mais detalhes). Nos dados analisados nesta tese, não se identificaram enunciados com mais de um foco de atenção, ratificando, assim, a versão de Grosz, Joshi e Weinstein (1995).

<sup>31</sup> Dentro de um conjunto parcialmente ordenado.

<sup>32</sup> “Quanto mais bem classificado um elemento de  $C_f(U_n)$ , mais provável é que ele seja  $C_b(U_{n+1})$ . O elemento mais bem classificado de  $C_f(U_n)$  que é realizado em  $U_{n+1}$  é o  $C_b(U_{n+1})$ .” [tradução nossa].



e. Ele ligou para John às 5 da manhã na sexta-feira da semana passada. (ele = Mike)  $C_b$   
= Mike;  $C_f = \{\text{Mike, John}\}$ <sup>33</sup>

Por ser o enunciado inicial do segmento discursivo, (3.6a) não tem  $C_b$ . John é o  $C_b$  de (3.6b) e o único  $C_f$ . Em (3.6c), John permanece como  $C_b$  e é o elemento mais ranqueado do conjunto de  $C_f$  – seu centro preferido (*preferred center*, doravante  $C_p$ ) –, o que lhe confere o *status* de  $C_b$  quando ele é realizado no enunciado seguinte. Em (3.6d), Mike é o elemento mais proeminente do conjunto de  $C_f$  e será o  $C_b$  em (3.6e).

Grosz, Joshi e Weinstein (1995) apontam a função gramatical como um dos principais determinantes para o ranqueamento dos  $C_f$ , com a sequência SUJEITO > OBJETO > OUTROS. Wuyun (2020) cita uma subdivisão na categoria “objeto”. A autora informa que alguns trabalhos clássicos da Teoria do Centramento também consideram a categoria gramatical a chave para determinar o ranqueamento dos  $C_f$ , com a seguinte ordenação: SUJEITO > OBJETO DIRETO > OBJETO INDIRETO > OUTROS. Assim, estar na posição de sujeito, por si só, aumenta a probabilidade de uma entidade ser o  $C_f$  mais bem ranqueado de um enunciado e o provável  $C_b$  do enunciado seguinte. Os exemplos a seguir, extraídos de Grosz, Joshi e Weinstein (1995, p. 212-213), ilustram isso:

- (3.7) a. Susan é uma boa amiga.  
b. Ela dá às pessoas os presentes mais maravilhosos.  
c. Ela acabou de dar a Betsy uma garrafa de vinho maravilhosa.  
d. Ela disse-lhe que era muito raro. (Susan disse a Betsy)  
e. Ela sabe muito sobre vinho. (Susan sabe...)
- (3.8) a. Susan é uma boa amiga.  
b. Ela dá às pessoas os presentes mais maravilhosos.  
c. Ela acabou de dar a Betsy uma garrafa de vinho maravilhosa.  
d. Ela disse-lhe que era muito raro. (Susan disse a Betsy)  
e. Colecionar vinhos dá a ela uma experiência divertida de compartilhar. (Experiência de Susan)

---

<sup>33</sup> Nesse exemplo, manteve-se a classificação dos centros proposta pelos autores. Eles não consideram as realizações em orações subordinadas, nem elementos que não possuem referência fixa, como quantificadores. Com isso, alguns referentes ficaram de fora do conjunto de centros. No caso de uma análise de *corpus*, como a que se realiza nesta tese, pode-se incluir, por exemplo, as realizações em orações subordinadas, que é uma outra possibilidade de análise usando outro parâmetro.

Nas duas sequências, “Susan” é o  $C_b$  do enunciado (c). O referente do pronome sujeito em (d), tanto em (3.7) quanto em (3.8), pode ser “Susan” ou “Betsy”. Entretanto, parece existir uma forte preferência por “Susan”, que ocupa a posição de sujeito em (c). Se a pronominalização fosse o único fator responsável pelo ranqueamento de  $C_f$ , seria possível que Susan ou Betsy fossem o  $C_f$  mais bem ranqueado nos enunciados (e). Contudo, a leitura preferida do pronome “ela” nesses dados é “Susan”, que ocupa a posição de sujeito nos enunciados (d). Nota-se que essa preferência independe da posição sintática nos enunciados (e). A primazia por “Susan” nos enunciados (d) e (e) mostra, assim, que é possível estabelecer uma preferência pela posição de sujeito.

É preciso que se especifiquem também as noções de *enunciado* e *segmento discursivo* para uma compreensão satisfatória da Teoria do Centramento. Relativamente à primeira, Poesio *et al.* (2004), comparando diferentes formas de instanciar os parâmetros de centralização, a partir da análise de textos do inglês, concluem que identificar enunciados como sentenças, ao invés de orações finitas, leva a resultados muito mais consistente com a preferência por discursos mais coerentes, embora reconheçam que são necessárias investigações empíricas e teóricas adicionais para maiores conclusões. Na proposta dos autores, sentenças são todas as unidades de texto que terminam com um ponto, um ponto de interrogação ou um ponto de exclamação. Como nos manuscritos consultados para o estudo gramatical desenvolvido nesta tese não há uso regular ou sistemático dos sinais de pontuação, a opção foi por conceber enunciado como orações finitas matrizes, mas sem desconsiderar os centros que são realizados em orações não finitas e subordinadas. Tomar todas as orações finitas como enunciados ou computar apenas os centros realizados em orações matrizes representou um número elevado de violação das regras de centramento (apresentadas adiante)<sup>34</sup>.

A noção de *segmento discursivo* também não é uniforme dentro da teoria. Walker (1989), usando heurísticas, propôs uma definição que é bem aceita entre os estudos na área, a saber: considerar cada parágrafo como um segmento de discurso separado, exceto quando o primeiro enunciado contiver um pronome na posição de sujeito ou um pronome cujos traços de concordância não são correspondidos por nenhum outro  $C_f$  desse enunciado. Por compreender que essa definição capta satisfatoriamente a relação entre os enunciados para identificação adequada dos centros e de seus tipos de transição, ela é assumida nesta pesquisa.

---

<sup>34</sup> Na seção 7, apresentam-se as decisões metodológicas para aplicação da Teoria do Centramento aos dados desta pesquisa.

Tendo apresentado os conceitos basilares, passa-se a apresentar as regras e restrições especificadas pela Teoria do Centramento<sup>35</sup>. No geral, os trabalhos citam três restrições de centros (Grosz; Joshi; Weinstein, 1995; Walker; Iida; Cote, 1994):

#### Restrições de centro

Para cada enunciado  $U_i$  em um segmento de discurso  $U_i...U_n$ :

1. Existe precisamente um centro retrospectivo  $C_b$ , exceto para o enunciado inicial;
2. Cada elemento da lista de centros prospectivos,  $C_f(U_i)$ , deve ser realizado em  $U_i$ ;
3. O centro retrospectivo,  $C_b(U_i)$ , é o elemento de classificação mais alta de  $C_f(U_{i-1})$  que é realizado em  $U_i$ .

Essas restrições já foram, de certa forma, referidas quando se apresentou o conceito de *centro*, mas são retomadas aqui para fins de sistematização da proposta da teoria. A restrição 1 afirma que cada enunciado, à exceção do primeiro enunciado de um segmento discursivo, diz respeito a uma entidade discursiva central, o  $C_b$ . A segunda restrição depende do entendimento que se tem de *realização*. Assume-se aqui o que propõem Grosz, Joshi e Weinstein (1995): um enunciado  $U$  realiza um centro  $C$  se  $C$  é um elemento da situação descrita por  $U$ , ou  $C$  é a interpretação semântica de alguma subparte de  $U$ . A última restrição estipula que o ranqueamento dos elementos do conjunto  $C_f(U_{n-1})$  determina o  $C_b$  de  $U_n$ .

Duas regras ancoram a Teoria do Centramento:

- **Regra 1:** Se qualquer elemento de  $C_f(U_n)$  é realizado por um pronome em  $U_{n+1}$ , então o  $C_b(U_{n+1})$  também deve ser realizado por um pronome.

A regra 1 tem a ver com a função de referência pronominal (a realização do  $C_b$  como pronome sinaliza para o ouvinte que o falante continua falando sobre a mesma coisa). Sua aplicabilidade é ilustrada, por exemplo, nos enunciados em (3.7) e (3.8). A ideia é que não se exclui o uso de pronomes para elementos de  $C_f(U_n)$  que sejam realizados em  $U_{n+1}$  desde que o  $C_b(U_{n+1})$  também seja realizado como pronome. Essa regra independe da posição gramatical do  $C_b$  e do tipo de transição de centro, que será explicado a seguir.

A regra 2 diz respeito à transição de centros. Grosz, Joshi e Weinstein (1995) definem três tipos de relação de transição entre pares de enunciado:

---

<sup>35</sup> Consoante Walker, Iida e Cote (1994, p. 198), as restrições devem ser mantidas estritamente, enquanto as regras às vezes podem ser violadas. Essa compreensão, todavia, não é unânime entre os estudos da área.

- Continuação de centro:  $C_b(U_n) = C_b(U_{n-1})$ ; o  $C_b$  de um enunciado  $U_n$  é igual ao  $C_b$  do enunciado imediatamente anterior ( $U_{n-1}$ ) e é, também, o  $C_f$  mais bem classificado de  $U_n$ , sendo, por conseguinte, o provável  $C_b$  de  $U_{n+1}$ ;
- Retenção de centro:  $C_b(U_n) = C_b(U_{n-1})$ ; o  $C_b$  de um enunciado  $U_n$  é igual ao  $C_b$  do enunciado imediatamente anterior ( $U_{n-1}$ ), mas não é o  $C_f$  mais bem classificado de  $U_n$ , nem o elemento mais provável para  $C_b$  de  $U_{n+1}$ ;
- Mudança de centro:  $C_b(U_n) \neq C_b(U_{n-1})$ ; o  $C_b$  de um enunciado  $U_n$  é diferente do  $C_b$  do enunciado imediatamente anterior ( $U_{n-1}$ ).

Outros trabalhos da Teoria do Centramento preveem uma classificação mais detalhada dos tipos de transição de centros, assumindo uma subdivisão entre mudanças bruscas e suaves (Walker; Iida; Cote, 1994; Wuyun, 2020):

- Mudança suave: o  $C_b$  de um enunciado  $U_n$  é diferente do  $C_b$  do enunciado imediatamente anterior ( $U_{n-1}$ ), mas é o centro preferido de  $U_n$ ;
- Mudança brusca: o  $C_b$  de um enunciado  $U_n$  é diferente do  $C_b$  do enunciado imediatamente anterior ( $U_{n-1}$ ) e do centro preferido de  $U_n$ .

Considerando que o enunciado inicial de uma sequência discursiva não tem  $C_b$ , a transição entre um enunciado inicial ( $U_1$ ) e um enunciado subsequente ( $U_2$ ) – que necessariamente possui  $C_b$  – é denominada de *estabelecimento*, segundo a terminologia de Kameyama<sup>36</sup> (1986 *apud* Poesio *et al.*, 2004).

A ordenação do  $C_f$ , como se nota, é o principal determinante do tipo de transição entre enunciados adjacentes. Em consequência, as previsões da teoria são determinadas em boa medida pela classificação dos elementos no conjunto de centros prospectivos (Walker; Iida; Cote, 1994).

A partir das possibilidades de transição citadas, a regra 2 estabelece o seguinte:

---

<sup>36</sup> Walker, Iida e Cote (1994), entretanto, defendem que a transição do tipo estabelecimento seja classificada como *continuação de centro*, entendendo que mesmo o primeiro enunciado de um segmento tem um  $C_b$ , mas esse inicialmente está subespecificado e será determinado apenas quando o segundo enunciado for processado. Poesio *et al.* (2004) notam que os esquemas de classificação para transição de centros não incluem classes para o inverso de *estabelecimento de centro*, que, segundo os autores, poderiam ser denominadas de *transição zero* (Zeroing) – um enunciado com um  $C_b$  seguido por um enunciado sem um  $C_b$  – e transição nula (*null*), para enunciado sem  $C_b$  seguindo outro enunciado sem  $C_b$ . Transições do tipo *zero* e *nula* não foram observadas nesta tese.

- **Regra 2:** Sequências de continuação do centro, como  $\text{Cont}(U_n, U_{n+1})$  e  $\text{Cont}(U_{n+1}, U_{n+2})$ , são preferidas às sequências de retenção,  $\text{Ret}(U_n, U_{n+1})$  e  $\text{Ret}(U_{n+1}, U_{n+2})$ . Da mesma forma que se deve preferir um par de retenções a um par de mudanças do centro.

A regra 2 reflete a preferência por transições de centro mais brandas como uma base para a coerência local. Incluindo aí a subdivisão entre mudanças suaves e bruscas, tem-se, também, que as mudanças suaves são preferidas às bruscas.

Segundo Grosz, Joshi e Weinstein (1995), a ordenação dos  $C_f$  juntamente com as regras de centramento constituem a estrutura básica da gestão de centros e podem explicar variações na coerência local do texto. Embora o objetivo desta tese não seja desenvolver um estudo da coerência textual e dos processos de referenciação propriamente ditos, adota-se a Teoria do Centramento, pois assume-se que os tipos de centros definidos por essa teoria fornecem um instrumental apropriado para mensurar a saliência das unidades discursivas em cada contexto. Esse procedimento é relevante, já que umas das hipóteses desta tese é que a saliência discursiva é um fator condicionante da variação entre a presença e a ausência do artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal.

### 3.3 SÍNTESE

Assume-se, nesta pesquisa, a relação indissociável entre Linguística Histórica e Filologia, por se entender que os materiais necessários ao trabalho da primeira, sobretudo quando se propõe a observar dados linguísticos do passado, são satisfatoriamente estabelecidos a partir de uma infraestrutura filológica (Maia, 2012). Foi nessa direção que se desenvolveu a edição semidiplomática dos 93 documentos inquisitoriais apresentados no Volume II.

O trabalho desenvolvido situa-se no campo da Linguística Histórica Sócio-Histórica (Mattos e Silva, 2008), propondo-se a analisar um fenômeno variável do PB. Para observar se há relação entre o uso do artigo definido diante de pronome possessivo pré-nominal e a saliência do referente desse pronome, recorre-se, também, à Teoria da Saliência da Definitude (von Heusinger, 2013), e para mensurar a saliência nos textos, à Teoria do Centramento (Walker; Iida; Cote, 1994; Grosz; Joshi; Weinstein, 1995).

#### 4 O *CORPUS* DA PESQUISA: MANUSCRITOS PRODUZIDOS POR COMISSÁRIOS BAIANOS NO SÉCULO 18

Os dados analisados nesta pesquisa foram extraídos de duas coleções documentais afins. A primeira (doravante *Corpus* I) foi editada pela autora desta tese e é apresentada no Volume II deste estudo. Já a segunda (doravante *Corpus* II) foi editada por Elane Santos e Santos<sup>37</sup> em sua pesquisa de doutorado, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana. Ambas as coleções são compostas por documentos escritos por clérigos nascidos na Bahia que atuaram como Comissários de Santo Ofício nesse estado. Foi no exercício de suas atividades inquisitoriais que eles produziram os manuscritos em questão. Sendo complementares, os *corpora* I e II fornecem um material representativo e significativo para estudo da variedade do português utilizada por indivíduos brancos e letrados na Bahia setecentista.

O objetivo desta seção é apresentar os *corpora* da pesquisa. Nesse processo, maior enfoque será dado ao *Corpus* I, por ser um dos produtos desta tese. Para tanto, fazem-se, de início (subseção 4.1), alguns apontamentos sobre aspectos sócio-históricos relativos à coleção documental, situando a amostra na dinâmica de formação do Português Brasileiro (PB) e nas atividades do Santo Ofício na Bahia. Em um segundo momento (subseção 4.2), elencam-se informações gerais sobre os documentos, citando o arquivo em que os originais dos manuscritos editados estão custodiados e comentando, sucintamente, sobre a tipologia documental, as datas tópica e cronológica e a finalidade dos textos. Na sequência (subseção 4.3), apresenta-se o quadro do perfil sócio-biográfico dos *scriptores* responsáveis pela coleção documental em questão.

Sendo *corpora* afins, a caracterização sócio-histórica e as informações arquivísticas apresentadas em relação ao *Corpus* I servem também à contextualização do *Corpus* II. Com isso, para conhecimento dessa amostra, acrescentam-se, na subseção 4.4, apenas dados referentes ao perfil sócio-biográfico dos seus *scriptores*, à datação tópica e cronológica dos manuscritos e à classificação dos tipos documentais.

---

<sup>37</sup> O Termo de anuência para uso do *Corpus* II é apresentado no Anexo 1.

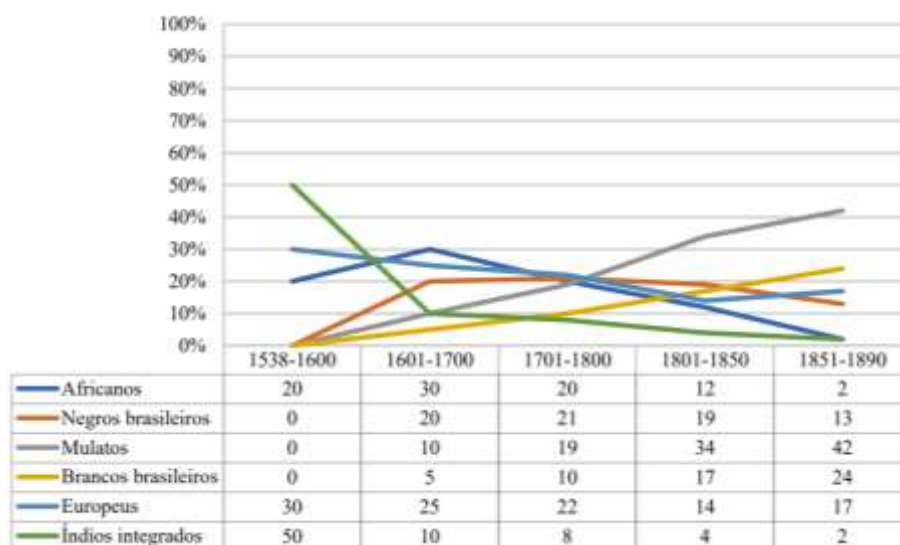
## 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

Nesta subseção, são citados aspectos para uma contextualização sócio-histórica do *corpus* editado nesta tese. Inicialmente, busca-se situar os manuscritos no panorama linguístico brasileiro no século 18 e, em seguida, nas atividades do Santo Ofício na Bahia.

### 4.1.1 O *corpus* da pesquisa visto a partir da sócio-história do português brasileiro

Para compreensão inicial da dinâmica de formação das variedades do PB, é preciso entender, mesmo que em linhas gerais, o desenho demográfico do Brasil colonial, o que é ilustrado no gráfico a seguir, a partir dos dados de Mussa (1991)<sup>38</sup>:

Figura 4.1 – Dados da demografia histórica no Brasil (percentuais)



Fonte: adaptado de Mussa (1991) por Lemos (2023).

Dois aspectos se sobressaem da observação desses dados. Primeiro: ao longo do período colonial, a maior parcela dos indivíduos que interagiram em terras brasileiras não tinha o português como primeira língua – e foram esses grupos os principais responsáveis pela difusão do português na Colônia. Segundo: enquanto o número de europeus, africanos e indígenas integrados decaiu, cresce o número de brancos brasileiros e mulatos.

<sup>38</sup> Para um panorama da ocupação do território brasileiro pelos diferentes grupos, ver o site *IBGE: 500 anos* (<https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento.html>). Em relação à população de africanos no Brasil colonial, as informações fornecidas pelo Projeto *Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico* (<https://www.slavevoyages.org/>), que além de apresentar o número de pessoas sequestradas no continente africano, informa sobre as suas origens e realocações, também são elucidativas. Para os objetivos desta subseção, os dados fornecidos por Mussa (1991) são suficientes para ilustrar a distribuição demográfica aproximativa do Brasil colonial e inferir os reflexos linguísticos disso, como tem sido amplamente feito nos estudos sobre sócio-história do PB, na linha do que propôs Mattos e Silva (2004).

Considerando a diversidade de línguas indígenas e africanas, a língua do colonizador – que, como ressaltado por Mattos e Silva (2004), também era variável – e, ainda, as variedades do português adquiridas no Brasil, sobretudo via processos de *transmissão linguística irregular*<sup>39</sup>, depreende-se que a paisagem linguística inicial do Brasil foi caracterizada por um multilinguismo generalizado que, posteriormente e em decorrência de uma série de fatores<sup>40</sup>, teria cedido espaço para um multilinguismo mais localizado (Mattos e Silva, 2004). Mattos e Silva (2004) identifica três atores fundamentais no contexto multilíngue do Brasil colônia:

- a. o português europeu na sua dialeção diatópica, diastrática, que teria ao longo do período colonial um contingente de 30% da população brasileira; seria esse português europeu base histórica do português culto brasileiro que começaria a elaborar-se a partir da segunda metade do século XVIII;
- b. as línguas gerais indígenas, que, plurais e dialetalizadas, poderiam até confundir-se com o português geral brasileiro nas áreas geográficas delimitáveis em que se difundiram;
- c. o português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular brasileiro que, adquirido na oralidade e em situações de aquisição imperfeita, é difundido pelo geral do Brasil sobretudo pela maciça presença africana e dos afro-descendentes que perfizeram uma média de mais de 60% da população por todo o período colonial. (Mattos e Silva, 2004, p. 90)

Os estudos sobre a gênese do PB têm destacado, ainda, outro aspecto fundamental de sua configuração, já sugerido nas palavras de Mattos e Silva (2004) acima citadas: o português no Brasil se organizou em torno de vertentes<sup>41</sup>, que podem ser observadas, inclusive, no PB moderno, embora hoje com contornos menos polarizados: de um lado, há as variedades socialmente prestigiadas (comumente denominadas *cultas*), adquiridas a partir de processos de transmissão linguística regular e que têm como antecedente histórico o português do colonizador; do outro, as variedades estigmatizadas socialmente (ditas *populares*), que têm suas raízes nos processos de transmissão linguística irregular de tipo leve<sup>42</sup> e como antecedente histórico o português geral brasileiro (Lucchesi, 2001, 2012; Mattos e Silva, 2004).

Essa breve retomada histórica, sem qualquer pretensão de exaustão, objetiva apenas situar a coleção documental aqui apresentada, bem como seus *scriptores*, no contexto dos atores da cena linguística de formação do PB (tomando-se de empréstimo, aqui, a metáfora de Mattos e Silva (2004)). Para reconhecer esses sujeitos no desenho social do Brasil colônia, podem-se

<sup>39</sup> Sobre o conceito de *transmissão linguística irregular*, ver Lucchesi e Baxter (2009).

<sup>40</sup> Mattos e Silva (2004) explica, por exemplo, que, em meados do século 19, com o fim do tráfico negreiro, deixam de ingressar na sociedade brasileira os expressivos números de falantes de línguas africanas, ao mesmo tempo em que se rareavam os povos indígenas, o que, segundo a pesquisadora, conduziu à situação que ela denominou de multilinguismo localizado.

<sup>41</sup> Ver Lucchesi (2001, 2012, 2015) para um aprofundamento da discussão sobre a configuração polarizada do PB.

<sup>42</sup> Para mais informações, ver Lucchesi (2012, 2015) e Lucchesi e Baxter (2009).



considerar os indicadores sociais da Bahia setecentista, apresentados por Vilhena (1969 [1798-1799]). No ranque das sete categorias propostas por esse estudioso para estratificação social da Bahia do século 18<sup>43</sup>, os Comissários baianos situam-se no segundo grupo, *Corporação eclesiástica*, ou seja, estão no topo da hierarquia social. Eram homens brancos, letrados e donos de fortunas<sup>44</sup>. Situando-os no plano linguístico a partir da ilustração anterior (Figura 4.1), os Comissários integraram o grupo dos brancos brasileiros, sendo a minoria na sociedade colonial: 5% da população, no século 17, e 10% no século 18. Na configuração sociolinguística do Brasil, esse grupo adquiriu o português através de processos de transmissão linguística regular, tendo como *input* disponível para aquisição variedades do português mais próximas dos modelos europeus. Ao se considerar que os textos escritos podem refletir um estado de língua do passado, assume-se que os manuscritos editados nesta tese são representativos de uma variedade prestigiada do português, mais especificamente a **variedade de clérigos brancos letrados da Bahia setecentista**.

#### 4.1.2 Sobre as atividades do Santo Ofício na Bahia e a documentação resultante

Uma vez que, na subseção anterior, situaram-se os manuscritos, no panorama da formação sócio-histórica do PB, nesta subseção esboça-se, resumidamente, uma contextualização a partir do envolvimento dos *scriptores* com o Tribunal da Inquisição, também denominado de Santo Ofício<sup>45</sup>.

Cabia aos tribunais inquisitoriais investigar e punir o que fosse interpretado pelos representantes da Igreja Católica como crime contra a fé (judaísmo, protestantismo, críticas aos dogmas etc.) e a moral e os costumes (bigamia, sodomia, feitiçaria etc.). A documentação resultante das atividades desses tribunais revela que a Inquisição foi uma instituição altamente organizada, orientada “[...] por um Regimento interno, onde estavam sistematizadas as leis, jurisprudência, ordens e prazos a serem seguidos.” (Novinsky, 1982, p. 56).

Em Portugal, o Santo Ofício foi estabelecido em 23 de maio de 1536, com a bula publicada pelo papa Paulo III, mas só em 1547 o rei português, D. João III, recebeu o controle

---

<sup>43</sup> Esses grupos são: 1. “Magistrados e funcionários das finanças”; 2. “Corporação eclesiástica”; 3. “Corporação militar”; 4. “Corpo de comerciantes”; 5. “Povo nobre”; 6. “Povos artesãos”, e 7. “Escravos” (Vilhena, 1969 [1798-1799]).

<sup>44</sup> Para mais informações sobre os *scriptores*, ver subseção 4.3.

<sup>45</sup> Obviamente, não se pretende traçar o percurso histórico de atuação do Santo Ofício no Brasil, o que já tem sido muito bem realizado por diversos historiadores (Novinsky, 1968, 1972, 1982; Mott, 1986, 2010; Souza, 2009, 2011 e outros). Tem-se aqui o objetivo mais simples de, partindo do trabalho de alguns desses estudiosos, situar a coleção documental em seu contexto de produção.

total sobre as atividades inquisitoriais<sup>46</sup>. Foram quatro os tribunais da Inquisição Portuguesa: o de Lisboa, o de Coimbra, o de Évora e o de Goa<sup>47</sup>. Como o Brasil não chegou a ter um Tribunal do Santo Ofício estabelecido, a atuação inquisitorial aqui se deu através da realização de visitas<sup>48</sup> e inquirições ordenadas e pela formação de uma rede de agentes criteriosamente selecionados para os cargos de Comissários, Qualificadores, Notários e Familiares, subordinados ao Tribunal de Lisboa.

Os Comissários ocupavam o topo na hierarquia inquisitorial na Colônia, sendo os representantes diretos do Tribunal fora da Metrópole. Por isso, a preocupação dos Inquisidores com a conduta dos oficiais era intensificada em relação aos Comissários (Souza, 2011). Eram de sua alçada atividades de grande responsabilidade, como reconhecer as denúncias, ouvir e interrogar testemunhas, autorizar a prisão e o envio dos réus para Lisboa, quando fosse o caso, e, ainda, proceder no sequestro dos bens dos que fossem considerados culpados (Mott, 1986). Ademais, como destacado já no primeiro parágrafo dos Regimentos de 1640 e 1774 do Santo Ofício, era primordial que os Comissários fossem capazes de guardar segredo sobre todos os casos da competência de sua comissaria.

Aos Notários, cabia o registro rigoroso dos depoimentos, sendo sua função umas das mais criteriosas do Santo Ofício; enquanto os Qualificadores eram responsáveis por revisar os livros, impressos ou a imprimir, pela censura de proposições, devendo certificar-se de que os elementos ligados à religião não continham aspectos contrários à Fé Católica, e por visitar livrarias e bibliotecas e elaborar o inventário dos livros dos falecidos (Souza, 2009). Destoando dos demais cargos inquisitoriais em atuação na Colônia, os Familiares eram, em sua maioria, indivíduos leigos. Sua atuação consistia em manter os Comissários informados dos casos de incumbência do Santo Ofício e desenvolver as diligências (Souza, 2011).

Foi por meio da escrita que as decisões da Mesa Inquisidora em Lisboa chegaram à Colônia e que as ações desenvolvidas deste lado do atlântico foram informadas aos oficiais de além-mar. A documentação resultante das atividades inquisitoriais fornece um panorama da atuação dos agentes do Santo Ofício, da forma como o Tribunal de Lisboa atuou no Brasil e, ainda, permite o reconhecimento dos indivíduos que foram os representantes do Tribunal fora de Portugal.

---

<sup>46</sup> Para um breve histórico dos primeiros tribunais inquisitoriais e do desenvolvimento da chamada Inquisição Moderna, ver Novinsky (1982).

<sup>47</sup> Outros três tribunais foram criados (os de Lamego, Tomar e Porto), mas rapidamente extintos, em decorrência de uma série de abusos e da má administração (Novinsky, 1982; Souza, 2009).

<sup>48</sup> Conforme Souza (2009), a primeira visitação ocorreu entre 1591 e 1595 e a segunda visitação, entre 1618-1621. Gorenstein (2006 *apud* Souza, 2009) cita uma terceira visitação do Santo Ofício ao Brasil, em 1627, nas Capitânicas do sul.

Todos os *scriptores* dos documentos editados nesta tese atuaram como Comissários do Santo Ofício na Bahia. Foi no cumprimento de suas obrigações enquanto agentes inquisitoriais que eles produziram essa documentação. Souza (2009, p. 127) explica que a rede de Comissários é “[...] responsável pelo maior número de documentação e registro na própria Colônia, ou seja, a atuação deles foi mais constante e significativa, o que é perfeitamente compreensível devido à posição que ocupavam na hierarquia inquisitorial fora de Lisboa.” Ainda segundo a historiadora, o fluxo de informações e articulações entre a Mesa Inquisidora em Lisboa e os oficiais locais se deu por meio da prática epistolar. De fato, as cartas são a maioria no *corpus* aqui apresentado. Contudo, como exposto na subseção 4.2.2, há outros tipos documentais entre os manuscritos resultantes das atividades do Santo Ofício na Bahia.

A partir da consulta aos Livros de Registro Geral do Expediente da Inquisição de Lisboa e aos maços de documentos avulsos, Souza (2009) apresenta um panorama da frequência de comunicação e que também pode ser sugestivo do nível de atuação de diferentes Comissários da Bahia:

Tabela 4.1 – Correspondências expedidas pelo tribunal do Santo Ofício de Lisboa para a Bahia (1692-1771)

Nome do Comissário	Ano de provisão	Nº de correspondências
João Calmon	1701	41
Antônio Rodrigues Lima	1719	39
Bernardo Germano de Almeida	1743	26
Antônio da Costa de Andrade	1751	25
João Oliveira Guimarães	1724	24
Manuel Anselmo Almeida Sande	1771	20
Bernardo Pinheiro Barreto	1750	15
Antônio Pires Gião	1696	14
Manuel Veloso Pais	1748	14
Gonçalo de Sousa Falcão	1755	11
Francisco Pinheiro Barreto	1737	10
Afonso de Franca Adorno	1754	9
Antão Faria Monteiro	1692	7
Inácio de Souza Brandão	1692	7
Francisco Martins Pereira	1726	6
Gonçalo Ribeiro de Souza	1704	5

Fonte: Souza (2009, p. 96).

Considerando que os Livros de Registro Geral do Expediente da Inquisição são um importante indicativo do quantitativo de documentos expedidos pela Mesa Inquisidora, é possível especular que, pelo volume de correspondências a eles endereçadas, os Comissários

João Calmon<sup>49</sup>, Antônio Rodrigues Lima, Bernardo Germano de Almeida, Antônio da Costa de Andrada, João de Oliveira Guimarães e Manoel Anselmo Almeida Sande estavam entre os mais atuantes.

Para observar o volume de correspondências emitidas pelos oficiais em atuação na Bahia, algumas ressalvas são necessárias. Primeiro, como não se dispõe, para esta tese, de dados de livros de registro do expediente dos agentes nesse estado, parte-se do montante de documentos localizados no ANTT para conjecturar quais oficiais foram os mais ativos. Todavia, reconhece-se que a preservação de um documento em um acervo pode ser atribuída a muitos fatores – a data de escrita, o destinatário etc. – e que o maior número de documentos produzidos por um Comissário não necessariamente reflete sua produtividade enquanto agente inquisitorial. Tendo esses aspectos em devida conta, expõe-se na tabela seguinte o quantitativo dos manuscritos produzidos por cada Comissário no conjunto dos 93 documentos que compõem do *corpus* desta tese. É possível identificar uma tendência semelhante à apresentada por Souza (2009) quando observou as correspondências emitidas pela Mesa Inquisidora:

Tabela 4.2 – Quantitativo dos documentos produzidos por 11 Comissários baianos (1700-1791)

Nome do Comissário	Nº de correspondências
Manoel Vellozo Paez	22
Antônio Rodrigues Lima	17
João de Oliveira Guimarães	16
Bernardo Germano de Almeida	14
Antônio da Costa de Andrada	13
Antão de Faria Monteiro	4
João Rodrigues de Figueiredo	3
Bernardo Pinheiro Barretto	1
Francisco Coelho de Carvalho	1
João Lobato de Santana	1
Pedro Lourenço de Villas Boas	1

Fonte: elaboração própria.

Se o quantitativo de documentos for, de alguma forma, sugestivo da atuação dos agentes na Colônia, os Comissários Manoel Vellozo Paez, Antônio Rodrigues Lima, João de Oliveira Guimarães, Bernardo Germano de Almeida e Antônio da Costa de Andrada estão entre os que mais agiram em nome do Santo Ofício na Bahia, tanto pelo volume de correspondências a eles endereçadas quanto pelos documentos que eles emitiram.

Como era de se esperar em virtude do seu caráter diplomático, a análise da documentação inquisitorial evidencia a preocupação dos oficiais com o transporte adequado e seguro de documentos e demais materiais relativos ao Santo Ofício. Nos textos editados neste

<sup>49</sup> A atuação intensa do Comissário João Calmon é destacada, também, por Mott (1986).

trabalho, isso transparece, por exemplo, em muitos manuscritos de Antônio da Costa de Andrada, como se confere nos excertos seguintes:

(4.1) “Dentro desta remetto o recido do Saco de diligencias, *que* nes|ta Nao de Guerra emvio a *Vossas Senhorias Jllustrissimas {...}*” (M\_10);

(4.2) “Do conhesimento, ou recibo incluzo consta o Saco de diligencias, *que* nesta| occaziaõ remetto a *Vossas Senhorias Jllustrissimas {...}*” (M\_12);

(4.3) “Do conhesimento incluzo consta a remessa do Saco, *que* nesta Nao Au-|gusta emvio a esse Santo Tribunal.” (M\_15).

Com essas observações, o Comissário Antônio da Costa de Andrada revela a atenção a uma das determinações do Tribunal, relativa ao transporte dos documentos: que esses fossem enviados em sacos cerrados, selados e lacrados (Souza, 2009). Para que o intercâmbio comunicativo entre os Inquisidores e os agentes locais fosse bem-sucedido, era preciso ainda contar com a colaboração dos capitães das Naus. Um trecho de uma correspondência do Comissário João Calmon para a Mesa Inquisidora demonstra que isso nem sempre acontecia como o desejado:

(4.4) como tambem | pella tardança *que* teve o Mestre da nau da India Santa Thereza de Iesus | *que* agora vay, chamado Leonardo Dias, em me trazer ou mandar a via da | Inquizição de Goa, pois o não fes senaõ depois de passados Vinte dias | da chegada da dita nau a este porto, entregando a a hum preto escravo | meo, *que* nem eu soube quem a trouxe, no *que* *Vossas senhorias* sendo servidos deven | advertir a estes homens, pois o não fazem, ainda as vias *que* vem pera | o concelho geral, se eu não tenho o cuidado de manda las procurar, | no *que* mostraõ grande descuido. || (D\_37<sup>50</sup>).

Na documentação editada neste trabalho, não há reclamações por parte dos Comissários quanto a problemas com o transporte dos documentos. Há, por outro lado, confirmações do recebimento de materiais<sup>51</sup>:

<sup>50</sup> Para diferenciar os *corpora* consultados para a análise linguística, utiliza-se M\_ mais o número do respectivo manuscrito quando o trecho for extraído do *corpus* editado nesta tese; e D\_ para os dados retirados do *corpus* disponibilizado por Santos (a sair).

<sup>51</sup> Souza (2009), a partir da consulta ao Livro de Registro Geral de Expediente da Inquisição de Lisboa do período de 1590 a 1605, informa que, antes do estabelecimento de uma rede de oficiais locais, as correspondências eram endereçadas ao bispo e ao Vigário Geral da Bahia. A historiadora explica que “Até o início da década de 1550, os que procediam contra os crimes de heresia e apostasia eram membros da hierarquia clerical, apoiados pelo poder civil e investidos de funções inquisitoriais. [...] Em 1551, foi criado o Bispado do Brasil com jurisdição em todas as partes da Colônia e sufragâneo do arcebispado de Lisboa, tendo por primeiro bispo D. Pedro Fernandes Sardinha [...]. Com essa mudança, [...] O bispo passou a acumular trabalhos na administração civil, eclesiástica e inquisitorial.” (Souza, 2009, p. 69), embora não fosse um agente inquisitorial.

(4.5) “Recebi as cartas de *Vossas Senhorias* de sinco e doze de Abril| do anno presente, e todas as diligencias judiciais,| e extrajudiciaes que com-ellas vinhaõ, as quaes reme=|tto nesta occasiaõ na Nau Capitania {...}” (M\_19);

(4.6) “Logo *que* com esta recebi| os autos das diligencias de ge-|nere de Antonio Monis Bar-|retto os entreguey ao Escri-|vaõ da Camera [huma] que| os repõs no Cartorio don-|de haviaõ Saído.||” (M\_60).

Tendo conhecido, sumariamente, o contexto de produção dos 93 manuscritos editados, nas subseções que seguem realiza-se a caracterização específica dos documentos e dos *scriptores*.

## 4.2 SOBRE OS DOCUMENTOS

Esta subseção apresenta os manuscritos editados nesta tese, destacando informações arquivísticas, os tipos documentais, a datação tópica e cronológica e a finalidade desses documentos.

### 4.2.1 Informações arquivísticas

Com a extinção do Tribunal da Inquisição Portuguesa, oficialmente dada em 1821, toda a documentação legada por suas atividades foi levada para a Biblioteca Pública de Lisboa, onde permaneceu até 1823. *A posteriori*, os textos foram

[...] guardados no armazém que servira para o expediente da censura dos livros, da Mesa do Desembargo do Paço, mas ainda sob custódia da Biblioteca Pública. Após várias diligências do visconde de Santarém, guarda-mor da Torre do Tombo, para obter autorização da transferência da documentação dos referidos cartórios, em 1824, foi ordenado que passassem para a Torre do Tombo, o que aconteceu no ano seguinte pela ordem de 27 de Junho de 1825 do Ministério do Reino. Os cartórios do Conselho Geral e da Inquisição de Lisboa foram então incorporados, os das inquisições de Coimbra e de Évora, por seu turno, só dariam entrada na Torre do Tombo em 1836. (ANTT, 2022, s/p.)<sup>52</sup>

A disponibilização *online* desse material se deu no início do século 20, com o *Projeto Inquisição de Lisboa on-line*, por meio de uma parceria firmada entre a REN – Redes Energéticas Nacionais SGP, S.A. e o Estado Português, através da Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ).

---

<sup>52</sup> Conferir o Capítulo 1 de Farinha (1990) para maior detalhamento sobre a custódia da documentação resultante das atividades do Tribunal da Inquisição Portuguesa.

No site do ANTT, a documentação editada nesta tese, que possui estatuto legal de documentação pública, está disponível na cota do Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa.

#### 4.2.2 Tipologia dos documentos

A constante troca de correspondências entre a Mesa Inquisidora em Lisboa e os oficiais locais e desses últimos entre si possibilitou o desenvolvimento das atividades do Santo Ofício na Colônia. Desse intercâmbio, resulta um volume expressivo de documentos diplomáticos, que abrangem diversos tipos documentais, como os que compõem o *corpus* desta tese.

A classificação dos tipos documentais nesta pesquisa se baseia no glossário de espécies documentais proposto por Bellotto (2008). Consoante a autora, a espécie documental é objeto de estudo da Diplomática e corresponde à configuração que um documento assume a partir da disposição e da natureza das informações que contém. Já os tipos documentais são da alçada da Tipologia Documental e podem ser entendidos como a conformação assumida pela espécie documental de acordo com a atividade que a gerou (Bellotto, 2002, 2022). Nos documentos produzidos pelos Comissários baianos, identificaram-se as espécies documentais listadas no quadro 4.1, acompanhadas da definição e da descrição da estrutura diplomática fornecidas no glossário de Bellotto (2008):

Quadro 4.1 – Espécies documentais identificadas no *corpus*, segundo o glossário de Bellotto (2008)

Espécie documental	Definição	Estrutura diplomática
Atestado	“Declaração, por autoridade governamental, civil, militar, eclesiástica ou notarial, a partir de uma realidade ou de um fato constatado. É, em geral, a favor de uma pessoa e confeccionado a seu pedido.” (Bellotto, 2008, p. 36)	“ <b>Protocolo inicial:</b> timbre do órgão emissor. Título – ‘Atestado de [...]’ ‘Atesto para os devidos fins que [...]’ (ou o fim específico). <b>Texto:</b> um parágrafo sobre o que se atesta, o nome do interessado e sua identificação/qualificação. <b>Protocolo final</b> <sup>53</sup> : datas tópica e cronológica. Assinatura, nome e cargo do emitente.” (Bellotto, 2008, p. 36, grifos nossos)
Carta	“Correspondência do alto escalão da administração pública em comunicações sociais decorrentes de cargo e função públicos. Nas entidades privadas da área comercial, industrial, bancária, social etc. a carta é uma forma de correspondência largamente utilizada para transmitir	“ <b>Protocolo inicial:</b> datas tópica e cronológica. Endereçamento. Direção. <b>Texto:</b> em parágrafos e com a exposição e o objetivo da carta. <b>Protocolo final:</b> fecho de cortesia, assinatura, nome e cargo do signatário.” (Bellotto, 2008, p. 40, grifos nossos)

<sup>53</sup> Nesta tese, emprega-se a palavra “escatocolo” em lugar da expressão “protocolo final”, por se entender que “protocolo” não faz referência a partes finais. No entanto, quando se trata de citação direta, preserva-se o uso feito pelo(a) autor(a) consultado(a), como nessa passagem extraída de Bellotto (2002).

	informações, solicitar favores, fazer convites etc.” (Bellotto, 2008, p. 40)	
Certificado	“Declaração que garante a veracidade de um fato, de um estado de coisas, ou o bom estado ou o funcionamento de um objeto/equipamento. Assemelha-se ao <i>atestado</i> que, entretanto, é mais elaborado em relação a pessoas.” (Bellotto, 2008, p. 44)	“ <b>Protocolo inicial:</b> timbre do emissor. <b>Título:</b> <i>certificado de garantia</i> [...] (ou outro). <b>Texto:</b> o objeto ou a situação garantida. <b>Protocolo final:</b> datas tópica e cronológica. Assinaturas, nome e titulação das pessoas ou entidades responsáveis.” (Bellotto, 2008, p. 44, grifos nossos)
Depoimento	“Declaração em juízo ou perante autoridade competente (documento diplomático) ou perante um pesquisador sobre pessoa ou assunto que está sendo investigado/estudado (não-diplomático).” (Bellotto, 2008, p. 50)	Não informado.
Informe	“Descrição de fato ou fenômeno tal como foi visto, constatando-se que, frequentemente, alimenta a elaboração da <i>informação</i> e de <i>relatórios</i> .” (Bellotto, 2008, p. 54)	Não informado.
Mandado	“Ordem expedida por autoridade judicial ou administrativa para que se realize determinada diligência.” (Bellotto, 2008, p. 56)	Não informado.

Fonte: elaborado a partir de Bellotto (2008).

Bellotto (2008, p. 73) não apresenta uma listagem para os tipos documentais e lembra que “O levantamento dos tipos depende do conhecimento das atividades desenvolvidas pela entidade produtora/acumuladora do arquivo e das relações orgânicas entre aquelas atividades entre si, entre elas e os documentos por ela produzidos/acumulados e entre os documentos entre si.” Nesse sentido, a compreensão dos tipos documentais que compõem o *corpus* desta tese só é possível quando se considera as atividades inquisitoriais no bojo das quais essa documentação foi produzida. Ademais, na proposta de Bellotto (2002, 2008), só é viável a construção de glossários de tipos documentais por área de ação nas diversas esferas da sociedade, e a denominação a ser atribuída a cada tipo, “[...] será sempre correspondente à espécie anexada à atividade concernente e vale como conjunto documental representativo da atividade que caracteriza.” (Bellotto, 2002, p. 28). Partindo desses apontamentos, elaborou-se um glossário elementar para os tipos documentais identificados no *corpus* desta tese:

Quadro 4.2 – Glossário elementar dos tipos documentais identificados no *corpus*

Tipo documental	Definição	Estrutura diplomática
Atestado de desempenho de função	Declaração emitida por solicitação de uma pessoa ou grupo para confirmação de um fato.	PROTOCOLO: identificação de quem emite o atestado. TEXTO: Informação do que se atesta e dos interessados. ESCATOCOLO: datas tópica e



		cronológica; assinatura e cargo do agente inquisitorial.
Carta de informe	Correspondência utilizada para transmitir informações sobre as atividades desenvolvidas e/ou em curso pelos agentes inquisitoriais na Colônia, sobre a situação de alguns réus e/ou outros assuntos relacionados às demandas inquisitoriais.	PROTOCOLO: vocativo. TEXTO: conteúdo da carta. ESCATOCOLO: saudação; datas tópica e cronológica e assinatura e cargo do agente inquisitorial.
Carta de remessa	Correspondência utilizada para informar sobre o envio de pacotes e/ou documentos à Mesa Inquisidora em Lisboa.	PROTOCOLO: vocativo. TEXTO: descrição da finalidade da carta – “Serve esta para” – ou especificação do pacote e/ou documentos expedidos. ESCATOCOLO: datas tópica e cronológica; assinatura do agente inquisitorial.
Certificado de consulta de livros	Declaração que garante a veracidade das informações reunidas acerca de um pleiteante a cargo inquisitorial.	PROTOCOLO: identificação de quem emite o certificado. TEXTO: citam-se as informações certificadas e apresentam-se trechos de documentos que as confirmam. ESCATOCOLO: datas tópica e cronológica e assinatura do agente inquisitorial.
Informe para habilitação	Relato de informações para provar ou não a aptidão de um habilitando para ocupação de um cargo na hierarquia do Santo Ofício.	PROTOCOLO: vocativo do destinatário. TEXTO: descrição de fatos e informações sobre um habilitando (geralmente enfatiza informações sobre sua genealogia); pode conter também lista de testemunhas que ratificam os dados reunidos, transcrições de trechos de documentos consultados para recolha de informação e indicação do tempo gasto para conclusão da diligência. ESCATOCOLO: datas tópica e cronológica; assinatura do agente inquisitorial.
Mandado de notificação	Ordem para notificação de comparecimento em local especificado.	PROTOCOLO: vocativo do destinatário. TEXTO: exposição de como a notificação deverá ser realizada e reportada. ESCATOCOLO: datas tópica e cronológica; assinatura e cargo do agente inquisitorial.
Mandado de reconhecimento	Ordem para realização de diligência para recolha de informação sobre pleiteantes a cargos inquisitoriais.	PROTOCOLO: vocativo do destinatário. TEXTO: exposição da diligência a ser realizada; pode conter também orientações sobre como seus resultados deverão ser reportados. ESCATOCOLO: datas tópica e cronológica; assinatura do agente inquisitorial.
Depoimento reportado de denúncia	Descrição das denúncias recebidas.	PROTOCOLO: cabeçalho contendo o nome da pessoa denunciada e a causa da denúncia; datas cronológica e/ou tópica. TEXTO: conteúdo da denúncia, lista de testemunhas e, em alguns casos, descrição do juramento de quem denuncia. ESCATOCOLO: assinatura e cargo do <i>scriptor</i> ; às vezes, há repetição das datas tópica e cronológica.

Depoimento reportado de confissão	Descrição de autodenúncias recebidas.	PROTOCOLO: datas cronológica e/ou tópica. TEXTO: conteúdo da autodenúncia. ESCATOCOLO: assinatura do <i>scriptor</i> e do denunciante.
-----------------------------------	---------------------------------------	--

Fonte: elaboração própria.

Partindo do glossário de espécies documentais proposto por Bellotto (2008) e da listagem dos tipos documentais aqui proposta, chegou-se à seguinte disposição para as espécies e tipos dos documentos que compõem o *corpus* desta pesquisa:

Quadro 4.3 – Espécie e tipo documental dos manuscritos do *corpus*

Comissário	Identificação do manuscrito	Espécie documental	Tipo documental
Antão de Faria Monteiro	M_1	Depoimento	Depoimento reportado de confissão
	M_2	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
	M_3	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
	M_4	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
Antônio da Costa de Andrada	M_5	Carta	Carta de remessa
	M_6	Mandado	Mandado de reconhecimento
	M_7	Informe	Informe para habilitação
	M_8	Carta	Carta de remessa
	M_9	Carta	Carta de remessa
	M_10	Carta	Carta de remessa
	M_11	Carta	Carta de remessa
	M_12	Carta	Carta de remessa
	M_13	Carta	Carta de remessa
	M_14	Carta	Carta de remessa
	M_15	Carta	Carta de remessa
	M-16	Carta	Carta de remessa
	M_17	Carta	Carta de informe
Antônio Rodrigues Lima	M_18	Mandado	Mandado de notificação
	M_19	Carta	Carta de remessa
	M_20	Carta	Carta de remessa
	M_21	Carta	Carta de remessa
	M_22	Carta	Carta de remessa
	M_23	Carta	Carta de remessa
	M_24	Carta	Carta de remessa
	M_25	Carta	Carta de remessa
	M_26	Carta	Carta de remessa
	M_27	Carta	Carta de remessa
	M_28	Carta	Carta de remessa
	M_29	Carta	Carta de remessa
	M_30	Carta	Carta de remessa
	M_31	Carta	Carta de remessa
	M_32	Carta	Carta de remessa
	M_33	Carta	Carta de remessa
	M_34	Carta	Carta de remessa
Bernardo Germano de Almeida	M_35	Carta	Carta de remessa
	M_36	Carta	Carta de remessa
	M_37	Carta	Carta de remessa
	M_38	Carta	Carta de informe

	M_39	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
	M_40	Carta	Carta de remessa
	M_41	Atestado	Atestado de desempenho de função
	M_42	Carta	Carta de remessa
	M_43	Carta	Carta de remessa
	M_44	Carta	Carta de remessa
	M_45	Carta	Carta de remessa
	M_46	Carta	Carta de informe
	M_47	Carta	Carta de remessa
M_48	Carta	Carta de remessa	
Bernardo Pinheiro Barretto	M_49	Carta	Carta de informe
Francisco Coelho de Carvalho	M_50	Carta	Carta de informe
João Lobato de Santana	M_51	Carta	Carta de remessa
João de Oliveira Guimarães	M_52	Carta	Carta de remessa
	M_53	Carta	Carta de informe
	M_54	Carta	Carta de informe
	M_55	Carta	Carta de remessa
	M_56	Carta	Carta de remessa
	M_57	Carta	Carta de informe
	M_58	Carta	Carta de remessa
	M_59	Carta	Carta de remessa
	M_60	Carta	Carta de remessa
	M_61	Carta	Carta de remessa
	M_62	Carta	Carta de remessa
	M_63	Carta	Carta de remessa
	M_64	Carta	Carta de remessa
	M_65	Carta	Carta de remessa
M_66	Carta	Carta de remessa	
João Rodrigues de Figueiredo	M_67	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
	M_68	Informe	Informe para habilitação
	M_69	Certificado	Certificado de consulta de livros
	M_70	Informe	Informe para habilitação
Manoel Vellozo Paez	M_71	Carta	Carta de remessa
	M_72	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
	M_73	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
	M_74	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
	M_75	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
	M_76	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
	M_77	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
	M_78	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
	M_79	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
	M_80	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
	M_81	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
	M_82	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
	M_83	Depoimento	Depoimento reportado de denúncia
	M_84	Carta	Carta de remessa
	M_85	Carta	Carta de informe
	M_86	Carta	Carta de remessa
	M_87	Carta	Carta de informe
	M_88	Carta	Carta de remessa
	M_89	Carta	Carta de remessa

	M_90	Carta	Carta de remessa
	M_91	Carta	Carta de remessa
	M_92	Carta	Carta de informe
Pedro Lourenço de Villas Boas	M_93	Carta	Carta de informe

Fonte: elaboração própria.

No *corpus* desta pesquisa, as *cartas de remessa* foram o tipo documental mais recorrente (56 dos 93 documentos), sendo utilizadas, principalmente, para informação e controle do envio e recebimento de pacotes e documentos. Em casos mais raros, identificaram-se *cartas de remessa* que, além de tratar da expedição de papéis, trazem informações diversas, a exemplo do manuscrito 25, produzido pelo Comissário Antônio Rodrigues Lima:

(4.7) “Meos *senhores* Com esta remetto a *Vossas Senhorias*, todas as diligencias| judiciais, e extrajudiciais, que me foraõ coñettidas; sem que| em minha mão pare papel algũ.||

Torno a rogar a *Vossas Senhorias* se lembrem de Manoel Soares| de Vasconcelos pardo e pre[...] na cadea desta Cidade, ha maes de-| dous annos; poes mi não posso ver livre de requerimentos| seos repetidos, e nas occasioões de partida de Navios para| essa Cidade, ainda se fas maes impertinente; pedin|do me o remetta a esse Tribunal: sobre esta materia| ja fis a diligencia que se me encarregou; e sempre| estarey a obediencia de *Vossas Senhorias* que DEOS Goarde muitos annos| Bahia 11 de Julho de 1735|” (M\_25)

Na estrutura, as *cartas de remessa* não diferem substancialmente das *cartas de informe*. A separação entre esses tipos documentais está atrelada à funcionalidade e ao conteúdo de cada um. Enquanto as primeiras, como exposto no quadro 4.2, funcionam como comprovantes do envio e recebimento de documentação e pacotes, as *cartas de informe* abordam assuntos variados relacionados à atuação dos agentes inquisitoriais, dando a conhecer à Mesa Inquisidora no que e como esses oficiais estavam atuando.

O Santo Ofício foi uma instituição extremamente criteriosa em relação à seleção de seus oficiais, e os documentos resultantes de sua atividade ilustram bem isso. Boa parte dos manuscritos do *corpus* desta tese está relacionada aos processos de habilitação de agentes inquisitoriais. O único *certificado de consulta de livros* da amostra valida informações sobre a procedência cristã velha de um pleiteante e seus familiares, através da consulta aos livros de registros de batismos e casamentos das igrejas das freguesias em que viveram. Os *informes para habilitação* são descrições detalhadas e extensas de dados da vida dos habilitandos, de sua genealogia, raça, fama pública, posses etc., e o *mandado de reconhecimento* traz a ordem para que se busquem informações sobre a mãe de um habilitando. Esses três tipos documentais

foram, assim, empregados para verificar se os candidatos tinham o perfil esperado para um agente do Santo Ofício e sugerem, ainda, o importante papel exercido pelos Comissários no processo de seleção de um novo oficial.

O *mandado de notificação* e os *depoimentos reportados de denúncia e de confissão* também são sugestivos das responsabilidades dos Comissários na rede de agentes inquisitoriais da Colônia. Eram eles quem recebia as denúncias, fazia seu registro e as remetia à Mesa Inquisidora em Lisboa. Após receber as denúncias, a Mesa podia solicitar mais detalhes sobre os réus e o motivo da acusação – o que os Comissários faziam através das diligências, com o suporte dos Familiares para desenvolvê-las – e determinar como os Comissários deveriam proceder no caso.

No *atestado de desempenho de função* localizado no *corpus*, o Comissário Bernardo Germano de Almeida declara que os Familiares da Bahia desenvolviam satisfatoriamente as atividades que lhes eram atribuídas. Isso é revelador da preocupação em acompanhar o desempenho adequado dos agentes locais e de que os Comissários, sendo os representantes diretos da Mesa Inquisidora na Colônia, tinham autoridade para fazer tal atestação.

Para encerrar, ressalta-se que se comentaram, nesta subseção, elementos para uma classificação dos tipos documentais identificados no *corpus* da pesquisa a fim de proceder a sua adequada apresentação, mas sem pretensões de desenvolver um estudo aprofundado na perspectiva da Diplomática ou da Tipologia Documental.

#### **4.2.3 Sobre a datação tópica e cronológica e a finalidade dos manuscritos**

No índice analítico, apresentado na seção 5 do Volume II desta tese, reúnem-se, dentre outras informações, dados referentes ao local de escrita (*onde*), à datação cronológica (*quando*) e à finalidade (*para quê*) dos manuscritos, com uma síntese do assunto abordado. Por conseguinte, nesta subseção, esses dados são apresentados na forma de quadros, a fim de facilitar a sua visualização e para que sejam explicitadas informacionais adicionais acerca deles.

Quanto à data de escrita dos documentos, a disposição é a seguinte:

Quadro 4.4 – Distribuição dos documentos por cronologia de escrita

PERÍODO	ANO/DÉCADA	QUANTIDADE DE MANUSCRITOS
Primeira metade do século 18	1700-1702	4
	1729-1750	54
Segunda metade do século 18	1751-1772	30
	1778-1791	4
Sem datação	-	1
Total		93 documentos

Fonte: elaboração própria.

Mais da metade dos documentos editados foi escrita no segundo quartel do século 18. Há um único documento sem data (o manuscrito 67). Trata-se de um *depoimento reportado de denúncia* redigido pelo Comissário João de Oliveira Guimarães. Esse *scriptor* faz referência a esse documento em outro texto seu (o manuscrito 52), datado de 19 de setembro de 1727. Pelo que se lê no referido documento, infere-se que o manuscrito 67 foi escrito, se não no mesmo dia, ao menos no mesmo mês e ano que o manuscrito 52:

(4.8) “Vay mais esse outro papel incluzo *que* contem huma denunciação que perante mim| veyo fazer Iozeph da sylva antes da| partida da frota do anno passado, e p[...]|st[e]| então a mandey, já *que* vejo *que* não chegou a esse| Santo Tribunal pelo mao Successo da Nao| Capitania, onde hia, razão por *que* me he pre-|cizo dar nova conta á Vossas Senhorias nesta| occaziaõ; assim como o faço tambem Segunda| ves pela mesma cauza do *que* ouvi em Agosto| {...}” (M\_52).

Como já informado, os documentos editados foram escritos por Comissários do Santo Ofício e são resultantes das atividades inquisitoriais desses religiosos em atuação na Bahia. Foi também de diferentes localidades desse estado que eles produziram a documentação em questão, como disposto na listagem a seguir:

- 89 documentos escritos em Salvador (1 por inferência);
- 1 documento escrito na Vila de São Francisco (manuscrito 3);
- 2 documentos escritos na Vila de Cachoeira (manuscritos 72 e 74);
- 1 documento escrito na Vila e Matriz de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro (manuscrito 93).

O manuscrito 67 não tem indicação do local de escrita, mas infere-se que também tenha sido escrito na Bahia, pelo motivo já apontado em relação à sua data cronológica: o modo como o documento 67 é citado no 52 sugere que aquele foi escrito no mesmo lugar que este.

A observação da tipologia documental é elucidativa da finalidade dos documentos editados (o *para quê*) no contexto em que foram produzidos e circularam. No *corpus* aqui apresentado, foi possível depreender o seguinte, a partir da tipologia<sup>54</sup>:

Quadro 4.5 – A finalidade dos manuscritos da coleção editada

Tipo documental	Finalidade
Atestado de desempenho de função	Atestar o adequado desempenho da função dos agentes inquisitoriais como forma de garantir que as determinações da Mesa Inquisidora eram executadas com o devido zelo pelos oficiais locais.
Carta de informe	Manter os Inquisidores em Lisboa informados sobre o desenvolvimento das atividades inquisitoriais na Colônia e possibilitar a articulação dos agentes locais entre si.
Carta de remessa	Promover o controle de recebimento e envio de documentos e pacotes.
Certificado de consulta de livros	Confirmar ou refutar o cumprimento de umas das exigências centrais para ocupação de um cargo inquisitorial, ser cristão velho, através da certificação da vida religiosa do habilitando e seus familiares.
Informe para habilitação	Sistematizar e reportar à Mesa Inquisidora as informações reunidas sobre um habilitando a cargo inquisitorial, sobretudo no que concerne à genealogia, a fim de atestar sua pureza sanguínea, à vida religiosa, financeira e pública do pleiteante, à aptidão ao cargo e às possibilidades de contribuição para as atividades do Santo Ofício.
Mandado de notificação	Delegar a um agente local a função de notificar um investigado pelo Tribunal do Santo Ofício para realização de alguma ordem.
Mandado de reconhecimento	Delegar a um agente local a investigação sobre a genealogia de um habilitando do Santo Ofício.
Depoimento reportado de denúncia	Reportar à Mesa Inquisidora a delação contra um indivíduo ou grupo por, supostamente, fazer ou dizer algo contrário aos princípios da Fé Católica de então.
Depoimento reportado de confissão	Tornar uma autodenúncia conhecida à Mesa Inquisidora.

Fonte: elaboração própria.

Cada tipo documental cumpre um papel específico na rede de comunicação dos agentes locais entre si e, no *corpus* desta pesquisa, principalmente, entre esses agentes e a Mesa Inquisidora. Os manuscritos editados nesta tese fornecem um panorama da dinâmica inquisitorial na Colônia – revelando, dentre outros aspectos, quão organizada foi a Inquisição –, das atribuições dos Comissários e do *status* social privilegiado legado por esse ofício e, ainda, destacam o papel central da escrita na manutenção de uma poderosa instituição que durante três

<sup>54</sup> Para mais informações sobre a tipologia dos documentos, ver subseção 4.2.2.

séculos influenciou sobremaneira o agir de católicos e não católicos em Portugal e na América Portuguesa.

Na subseção que segue, apresentam-se os *scriptores*.

#### 4.3 SOBRE OS *SCRIPTORES*

Esta subseção é dedicada à caracterização dos *scriptores*. Para reconhecimento do seu perfil sócio-biográfica, recorreu-se ao trabalho de Souza (2009), que apresenta uma série de informações sobre agentes da Inquisição Portuguesa que atuaram na Bahia, e aos processos de habilitação dos Comissários que produziram a documentação editada.

Como já comentado, o processo de habilitação de um agente inquisitorial era extremamente criterioso. Seguiu a candidatura do pleiteante a investigação detalhada de sua genealogia e costumes familiares. Somente membros de famílias com perfil ilibado publicamente reconhecido eram admitidos como agentes do Santo Ofício. Durante a investigação, oficiais em exercício iam a locais onde o habilitando e sua família moraram para inquirir testemunhas, que também deviam ser pessoas com boa reputação, como sugerido no trecho seguinte, extraído de um *informe para habilitação* escrito pelo Comissário João Rodrigues de Figueiredo no processo do Comissário Afonso da Franca Adorno:

(4.9) “E em cada huã| das ditas sinco freguezias inquirí doze testemunhas das ma|is antigas e das qualidades requeridas, que pude achar| com toda a diligencia possivel, que pela muita antiguidade| dos ditos seus ascendentes, dessem ou tivessem delles no|ticia, e na forma que deposeram, e razaõ que deraõ de| seos ditos, julgo juraram a verdade, e se deve dar fé, e cre|dito aos seus juramentos, alem de me constar serem ti|moratas e de boas consciencias {...}” (M\_70).

Em outra etapa do processo de habilitação, conferiam-se livros de registros de Igrejas, para certificação dos batismos do habilitando e de sua família e para comprovação do casamento dos seus pais e avós maternos e paternos. O trecho a seguir, retirado de um *certificado de consulta de livros* emitido por João Rodrigues de Figueiredo e que também compõe o processo de habilitação de Afonso da Franca Adorno, é sugestivo da importância da consulta aos livros das freguesias a fim de verificar a vida religiosa do candidato e de sua família:

(4.10) “Certifico eu Ioam Rodrigues de Figueiredo Vigario co|llado da Parochiál de Santo Amaro do Ipitanga termo desta| cidade da Bahia, cavalleiro professo da ordem de Christo, e na| dita freguezia e seu termo Vigario da Vara, Co|missario do Santo| officio da Inquizição de Lisboa, que em observancia da comi|ssaõ dos Illustrissimos e Reverendissimos *Senhores*



Inquizidores Apos|tolicos da dita Inquizição, que me foi coñetida mandei vir peran|te mim da Camara Eccleziastica deste Arcebispado da Bahia| os livros das freguezias de Nossa Senhora do Rozario da Vi|lla da Cachoeira, de Sam Gonçalo dos Campos da mesma Cacho|eira, de Santhiago de Parauassú do Iguápe, de Nossa Senho|ra da Purificação da Villa de Santo Amáro de Sergípe do Con|de, e da Sé desta cidade da Bahia, os mais antiguos, e os| em que se poderiaõ achar os assentos do bautismo do habilitan|do, de seos pays, e de seo recebimento, e dos seos Avos pater|nos e Maternos, mencionados na dita Comissaõ{...}||” (M\_69).

Esses aspectos são ressaltados aqui por demonstrarem a seriedade e o cuidado com que os processos de habilitação eram conduzidos e a precisão das informações neles contidas. Portanto, através da consulta aos processos de habilitação, foi possível caracterizar seguramente os Comissários, *scriptores* do *corpus* desta tese.

Sobre o perfil esperado de um oficial do Santo Ofício, Souza (2009, p. 84) informa que “Em princípio todos deviam ser pertencentes a uma elite local, homens de ‘boa conduta’, sem envolvimento com escândalos, bons cristãos e principalmente de sangue limpo. Não deviam ter ascendência de judeus, mouros, negros ou índios.” Além de verificar essa caracterização geral exigida de um agente inquisitorial, a historiadora apresenta dados do perfil socioeconômico dos oficiais que atuaram na Bahia, os quais foram confirmados através da consulta que se fez aos processos de habilitação. A partir desses dados, elaborou-se o quadro 4.6, para reconhecimento dos 11 *scriptores* que produziram a coleção documental editada na presente pesquisa<sup>55</sup>:

Quadro 4.6 – Perfil sócio-biográfico dos *scriptores*

Nº	Comissários	Nascimento	Naturalidade	Formação acadêmica
1	Antão de Faria Monteiro	Entre 1647-1666	Salvador	Formado em Cânones - Coimbra
2	Antônio da Costa de Andrada	1721	Salvador	Bacharel em Cânones - Coimbra
3	Antônio Rodrigues Lima	Entre 1667-1686	Salvador	Bacharel em Cânones - Coimbra
4	Bernardo Germano de Almeida	1718	Salvador	Bacharel em Cânones
5	Bernardo Pinheiro Barretto	1690	Salvador	Graduado em Artes, Mestre em Filosofia
6	Francisco Coelho de Carvalho	Entre 1739-1758	Salvador	Bacharel em Cânones – Coimbra
7	João Lobato de Santana	1740	Salvador	-
8	João de Oliveira Guimarães	1692	Itapicuru de Cima	Bacharel em Cânones - Coimbra
9	João Rodrigues de Figueiredo	1690	Salvador	Graduado em Filosofia

<sup>55</sup> As informações individuais de cada Comissário são apresentadas, também, nas fichas de identificação de cada *scriptor*, que antecedem a edição dos seus manuscritos, apresentada no Volume II desta tese.

10	Manoel Vellozo Paez	1712	Salvador	Doutor em Cânones - Coimbra
11	Pedro Lourenço de Villas Boas	Entre 1745-1764	Santo Amaro	-

Fonte: elaboração própria.

Os oficiais com data de nascimento confirmada nasceram entre 1690 e 1740. Não há confirmação da data de nascimento de quatro Comissários – Antão de Faria Monteiro, Antônio Rodrigues Lima, Francisco Coelho de Carvalho e Pedro Lourenço de Villas Boas –, mas sabe-se a data de provisão de suas candidaturas. Tendo em vista a informação de Souza (2009, p. 140) de que “Embora nenhum dos Regimentos da Inquisição estabelecesse idade mínima para o ingresso aos cargos de Comissário, Qualificador e Notário, o comum nos processos de habilitação [...] foi de faixa etária variando dos 26 a 45 anos.”, inferiu-se a data de nascimento aproximada desses agentes.

Em relação à naturalidade, todos os *scriptores* do *corpus* apresentado são baianos, nascidos, sobretudo, em Salvador. Sobre a instrução, a maioria dos Comissários estudou em Coimbra, com formação em Cânones.

Para situar os *scriptores* na sociedade da época, é interessante dimensionar o que significava ser um agente do Santo Ofício no Brasil colônia. Um ponto de partida para isso é entender a motivação maior para ocupação de um cargo inquisitorial: o *status* dele advindo. A esse respeito, Souza (2009, p. 121) comenta que “A patente de oficial da Inquisição, no geral, representava o reconhecimento público da pureza sanguínea, isso pelo menos até 1773 quando foi abolida a distinção entre cristãos velhos e novos.”. Por isso, ser admitido como agente inquisitorial conferia ao indivíduo e à sua família reputação privilegiada.

Além da pureza de sangue, era necessário ter um grande cabedal para pleitear um cargo inquisitorial. Eram os suplicantes que custeavam todo o processo e, como Souza (2009) explica, a quantia investida era muito alta. Ademais, era necessário comprovar possuir recursos suficientes para não precisar do Tribunal para sobreviver. Por tudo isso, conforme Souza (2009, p. 132), “[...] em teoria, devemos considerar que o habilitado era uma pessoa pertencente à elite colonial, embora não necessariamente nobiliárquica (hereditária, civil ou política), mas, principalmente, ligada a atividades agrícolas e mercantis da Colônia [...]”.

Desse modo, ser um agente do Santo Ofício no Brasil colonial significava o reconhecimento social de pertencimento a uma família tradicionalmente religiosa, muito abastada e sem descendência ou comportamento contrários à Fé Católica, o que agregava grande *status*. E, considerando que os oficiais precisavam estar em constante fluxo de

comunicação com a Mesa Inquisidora em Portugal, os Comissários, como os Qualificadores e os Notários, eram indivíduos familiarizados com a escrita.

#### 4.4 *CORPUS* II: OS DOCUMENTOS INQUISITORIAIS EDITADOS POR SANTOS (A SAIR)

O *Corpus* II é constituído por 84 documentos oriundos das atividades da Inquisição de Lisboa na Bahia, editados por Elane Santos e Santos (a sair). Assim como a amostra preparada e disponibilizada nesta tese, o volume documental reunido por Santos (a sair) foi produzido por religiosos que nasceram na Bahia e atuaram nesse estado como Comissários do Santo Ofício. Os *corpora* I e II foram, desse modo, produzidos por *scriptores* com níveis de escolaridade semelhantes e em um contexto sociolinguístico afim. Por isso, para situar o *Corpus* II em seu contexto de produção e circulação, remete-se à subseção 4.1 desta seção.

No que concerne à materialidade, as duas amostras também se aproximam. Ambas são constituídas por documentos manuscritos em papéis com diferentes gramaturas e com uma diversidade de tintas. Os seus originais, que estão sob custódia do ANTT, com poucas exceções, estão em bom estado de conservação e trazem interferências do processo de arquivamento (carimbos do arquivo, apontamentos nas margens e numeração inseridos pelo arquivista) e do controle de documentação feito pelos próprios Inquisidores através de anotações marginais<sup>56</sup>.

Os documentos do *Corpus* II foram manuscritos entre 1698 e 1809, conforme a distribuição trazida no quadro 4.7:

Quadro 4.7 – Cronologia de escrita dos manuscritos do *Corpus* II

SÉCULO	ANO/DÉCADA	QUANTIDADE DE MANUSCRITOS
Fins do século 17	1698	1
Primeira metade do século 18	1700-1725	9
	1726-1746	35
Segunda metade do século 18	1751-1772	11
	1783-1796	11
Início do século 19	1802-1809	12
Sem datação	-	5
Total	-	84 documentos

Fonte: Adaptado de Santos (a sair).

<sup>56</sup> Para mais informações sobre a materialidade dos documentos, ver seção 4 do Volume II.

A maior parte da documentação que integra o *Corpus II* foi escrita na Bahia. Apenas dois manuscritos foram produzidos em Olinda, Pernambuco, e não há especificação do local de escrita em seis documentos.

Para classificação dos tipos documentais, à semelhança do que foi feito com o *Corpus I*, Santos (a sair) considerou o glossário de espécies documentais proposto por Bellotto (2008) e, partir dele, identificou os tipos documentais apresentados no quadro 4.8:

Quadro 4.8 – Espécie e tipo documental dos manuscritos do *Corpus II*

ESPÉCIE DOCUMENTAL	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	QUANTIDADE DE DOCUMENTOS
Atestado	Atestado de desempenho de função	2
Carta	Carta de remessa	39
	Carta de informe	16
Certificado	Certificado de reconhecimento de letra	2
	Certificado de ausência justificada	1
Depoimento	Depoimento reportado de denúncia	8
	Depoimento reportado de confissão	3
Informe	Informe para habilitação	1
	Informe sobre processo	1
Mandado	Mandado de notificação	2
Procuração	Procuração de nomeação	1
Recibo	Recibo de pagamento	6
Relação	Relação de diligências	2

Fonte: Santos (a sair).

Uma vez que se apresentou sumariamente os documentos do *Corpus II*, passa-se a considerar seus *scriptores*. Partindo da descrição divulgada por Souza (2009) e consultando os processos de habilitação dos 15 Comissários responsáveis pela produção dos 84 documentos que constituem a amostra, Santos (a sair) apresenta os seguintes dados para caracterização sócio-biográfica dos *scriptores* do *Corpus II*<sup>57</sup>:

Quadro 4.9 – Informações sócio-biográficas dos *scriptores* do *Corpus II*

Nº	Comissários	Ano de nascimento	Naturalidade	Formação acadêmica
1	Afonso da Franca Adorno	1720	Cachoeira	Graduado em Cânones e Direito Civil
2	Amaro Pereira Payva	Entre 1711-1730	Salvador	Formado em Cânones - Coimbra
3	Antônio Pirez Gião	Entre 1651-1670	Salvador	-
4	Francisco Martins Pereira	Entre 1681-1700	Salvador	Bacharel em Cânones - Coimbra
5	Francisco Pinheyro Barreto	1685	Salvador	Bacharel em Cânones - Coimbra

<sup>57</sup> As fichas com a caracterização biográfica de cada Comissário do *Corpus II* são apresentadas no anexo 2.

6	Gonçalo de Sousa Falcão	1713	Salvador	Bacharel em Cânones - Coimbra
7	Ignacio Pinto de Almeyda	1737	Salvador	Estudos Gerais e Teologia
8	Ignacio de Souza Brandão	Entre 1647-1666	Salvador	Licenciado, Teólogo
9	João Calmon	1668	Salvador	Doutor em Cânones - Coimbra
10	José Alves da Fonseca	Entre 1759-1778	Cachoeira	-
11	José da Sylva Freire	1744	Salvador	Filosofia
12	José Ignacio de Passos Ribeiro	1720	Salvador	Bacharel em Cânones - Coimbra
13	José Nunes Cabral Castelo Branco	Entre 1742-1761	Maragogipe	-
14	Manoel Anselmo de Almeida Sande	1743	Salvador	Filosofia, Teologia, Bacharel em Cânones
15	Rodrigo Gayoso de Sam José	1728	Salvador	Bacharel em Cânones - Coimbra

Fonte: Santos (a sair).

Todos os Comissários são de nacionalidade brasileira e naturalidade baiana. Alguns deles possuem formação acadêmica em graduação, bacharelado ou doutorado, e nove agentes receberam grau em Cânones.

Em suma, os dados expostos nesta subseção evidenciam que, assim como foi para o *Corpus I*, também para o *Corpus II*, dispõe-se de dados suficientes para o controle adequado da amostra e dos *scriptores*. Acrescenta-se, ainda, que os dois *corpora* foram editados a partir dos mesmos critérios e visam, especialmente, a sua utilização em pesquisas linguísticas. Trata-se, dessa maneira, de materiais complementares e cuidadosamente elaborados.

#### 4.5 SÍNTESE

Os dados analisados nesta pesquisa foram extraídos de duas coleções documentais afins, constituídas por manuscritos produzidos por Comissários do Santo Ofício que nasceram e exerceram suas funções inquisitoriais na Bahia. Além de cuidadosamente editados, os dois *corpora* estão devidamente caracterizados tanto no que concerne aos documentos (datação cronológica e tópica, finalidade, tipo documental e informações arquivísticas) quanto no que diz respeito aos *scriptores* (data e local de nascimento; escolaridade etc.). Dispõe-se, assim, de amostras confiáveis, editadas, sobretudo, para fins de análise linguística.

Considerando o perfil dos *scriptores* – clérigos brancos e letrados; o grupo dos *brancos brasileiros*, nos dados da demografia histórica do Brasil, fornecidos por Mussa (1991); e de

acordo os indicadores sociais propostos por Vilhena (1969 [1798-1799]), a *Corporação eclesiástica*, um dos grupos do topo da pirâmide social da Bahia setecentista, –, os documentos que compõem os *corpora* desta tese fornecem dados para estudo de uma da variedade prestigiada do português, utilizada na Bahia setecentista por Comissários do Santo Ofício.



**PARTE III**  
**O FENÔMENO GRAMATICAL: DEFINIÇÃO,**  
**CLASSIFICAÇÃO, DESCRIÇÃO DOS DADOS E UMA**  
**PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO SEMÂNTICA**

## 5 O FENÔMENO GRAMATICAL EM ESTUDO

O objetivo desta seção é apresentar e discutir elementos que colaboram para a compreensão do tema em estudo. Serão abordados sumariamente aspectos tipológicos acerca da combinação do artigo definido com pronome possessivo no português. A partir do que se visualiza em resultados de pesquisas precedentes sobre o tema, comenta-se sobre a possibilidade de realização variável do artigo definido diante de pronome possessivo pré-nominal na variedade brasileira do português e o desenvolvimento desse fenômeno na variedade europeia, que culminou na obrigatoriedade do uso do artigo nesse contexto em PE moderno.

### 5.1 PROPOSTAS TIPOLÓGICAS SOBRE A COMBINAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO COM PRONOME POSSESSIVO

As propostas tipológicas para a composição de sintagmas determinantes com pronomes possessivos consideram a possibilidade de combinação do artigo definido com o possessivo pré-nominal um dos seus fatores norteadores. Nesta subseção, sintetizam-se os aspectos centrais dessas propostas e, a partir das discussões de Castro (2006a, 2006b), comentam-se algumas características dos possessivos do português que não se encaixam nas tipologias apresentadas.

A tipologia proposta por Lyons (1985) é baseada em critérios distribucionais e prevê que as línguas se organizam em dois grupos: línguas com genitivos determinantes (DG), como o inglês e o francês, que não realizam o artigo com possessivo pré-nominal, e línguas com genitivos adjetivos (AG), a exemplo do português, do italiano e do catalão, que exibem obrigatoriedade de uso do artigo antes de possessivo pré-nominal. O autor adverte, no entanto, que “[...] the distinction between DG and AG languages is not [...] a rigid one. It is possible for a language of one type to show traces of the other.”<sup>58</sup> (Lyons, 1985, p. 101).

Com uma proposta também pautada em evidências distribucionais, Giorgi e Longobardi (1991) preveem um parâmetro da Gramática Universal, o Parâmetro de Possessivização, que postula que os elementos possessivos são sintaticamente especificados para serem realizados como adjetivos (como no italiano) ou como determinantes (como no inglês e no francês). Ao comparar os possessivos adjetivais, como o italiano *mio*, com possessivos determinantes, como

---

<sup>58</sup> “[...] a distinção entre as línguas DG e AG não é [...] rígida. É possível que uma língua de um tipo mostre traços do outro”. [tradução nossa]



o inglês *my* e o francês *mon*, Giorgi e Longobardi (1991) apresentam as seguintes propriedades relacionadas ao Parâmetro de Possessivização<sup>59</sup>:

1. Em italiano, mas não em inglês e francês, os possessivos podem ocorrer em posição pós-nominal, quando focalizados (especialmente em contexto contrastivo):

(5.1) *il libro mio*

(5.2) \* *the book my*

(5.3) \* *le livre mon*

(\*) o livro meu

2. Em italiano, mas não em inglês e francês, a mesma forma de possessivo pode ser usada como predicado em várias construções:

(5.4) a. *Questo libro è/sembra mio.*

b. *Lo considero mio.*

(5.5) a. \* *This book is/seems my.*

b. \* *I consider it my.*

(5.6) a. \* *Ce livre est/semble mon.*

b. \* *Je le considère mon.*

*Este livro é/parece ser meu.*

*Eu o considero meu.*

3. Em italiano, mas não em inglês e francês, os possessivos simples podem ocorrer com um núcleo nominal vazio:

(5.7) *Metti i tuoi libri vicini ai miei.*

(5.8) \* *Put your books next to my.*

(5.9) \* *Mets tes livres près de mes.*

*Coloque seus livros ao lado dos meus.*

---

<sup>59</sup> Os exemplos dessa parte da explicação foram extraídos de Castro (2006a, p. 276-278).

Essas propriedades, entretanto, não contemplam todo o paradigma possessivo do inglês e do francês. Diferente do italiano, que tem uma única forma possessiva para todos os contextos, o inglês e o francês utilizam em primeira posição, respectivamente, as formas átonas *my* e *mon*; e em posição pós-nominal e isoladamente, as formas acentuadas (of) *mine* (inglês) e *à moi* ou *mien* (francês)<sup>60</sup>:

- (5.10) a. *A book of mine.*  
 b. *This book is mine.*

- (5.11) a. *Un livre à moi.*  
 b. *Ce livre est le mien.*

Já a tipologia de Schoorlemmer (1998) parte das abordagens do Parâmetro de Possessivização e, além dos aspectos distribucionais, observa propriedades morfológicas e semânticas dos possessivos em posição pré e pós-nominal e em isolamento (contextos predicativos e de elipse). Essa abordagem é sintetizada como a seguir:

	type 1	type 2
i. article in possessive constructions	+	–
ii. a definite possessor occurs in indefinite DP	+	–
iii. special elliptical form of possessor <sup>61</sup>	–	+

Fonte: Schoorlemmer (1998, p. 62)

Schoorlemmer (1998, p. 62) ainda apresenta a seguinte generalização:

- No language combines properties a and c:  
 a. possessors freely cooccur with overt articles  
 b. a possessive construction with a definite possessor may be indefinite  
 c. a special form of the possessor is used in elliptical DPs<sup>62</sup>

<sup>60</sup> Os exemplos (5.10) e (5.11) foram retirados de Castro (2006b).

<sup>61</sup>

	tipo 1	tipo 2	
i. artigo coocorre com possessivo	+	–	
ii. um possessivo definido pode ocorrer em um DP indefinido	+	–	
iii. uma forma especial do possessivo é usada elipse	–	+	[Tradução nossa].

<sup>62</sup> Nenhuma língua combina as propriedades a e c:

- a. os possessivos coocorrem livremente com outros artigos;  
 b. uma construção possessiva com um possessivo definido pode ser indefinida;  
 c. uma forma especial do possessivo é usada em DPs elípticos. [tradução nossa].

De acordo com Lyons (1985) e Giorgi e Longobardi (1991), o português possui possessivos adjetivos; e considerando a proposta de Schoorlemmer (1998), o português seria uma língua do tipo 1. Castro (2006a), contudo, aponta quatro aspectos que indicam que o português diverge dessas tipologias<sup>63</sup>:

1. O PB tem possessivos pré-nominais ocorrendo sem o artigo definido (5.12a) e a mesma forma do possessivo ocorre em contextos de elipse (5.12b), o que torna essa variedade uma exceção à generalização de Schoorlemmer (1998):

- (5.12) a. Esqueci meus livros na escola.  
b. Os livros que esqueceram na escola são meus.

2. O PE, em algumas variedades do sul (das regiões do Alentejo e Algarve), tem possessivos coexistindo com artigos (5.13a), mas utiliza uma forma diferente do possessivo em contextos de isolamento (5.13b), contrariando a generalização de Schoorlemmer (1998):

- (5.13) a. Viste o [me]/\*[mew] filho chegar?  
b. Não vi o [tew]/\*[te]; só vi o [mew]/\*[me].

3. Em português, diferente do que se observa para o italiano e o catalão, possessivos focalizados em sintagmas nominais definidos não podem ser pós-nominais:

- (5.14) a. Pedi-te (o) **MEU** livro, não o TEU.  
b. \* Pedi-te o livro **MEU**, não o TEU.

4. Em português, diferente do que se observa para o italiano e o catalão, os possessivos pré-nominais não ocorrem em sintagmas nominais indefinidos:

- (5.15) a. \* Estudei com **um meu** amigo ontem  
b. Estudei com **um** amigo **meu** ontem.

---

<sup>63</sup> Os exemplos (5.12)-(5.15) foram extraídos de Castro (2006a, p. 207-210).

Tendo em conta as particularidades dos possessivos do português frente às tipologias citadas, partindo de Cardinaletti (1998) – que estende aos possessivos a tipologia forte-fraco proposta por Cardinaletti e Starke (1999) para os sistemas pronominais<sup>64</sup> –, Castro (2006a, 2006b)<sup>65</sup> apresenta uma interpretação para os possessivos do português que, além da morfologia e da distribuição dos possessivos, considera o estatuto categorial desses elementos (como núcleo ou como XP):

[...] os possessivos fracos e fortes do Português são homófonos: os pré-nominais são núcleos, os pós-nominais são XPs. Os pré-nominais ocupam a posição D, facto que explica as suas particularidades relativamente a outras línguas aparentadas, nomeadamente o Italiano e o Catalão.

Por um lado, podem ser modificados por advérbios fracos [...], numa configuração de núcleos adjungidos, mas não por advérbios XPs [...].

Só podem ser focalizados *in situ* por meio da estratégia de acentuação, a única disponível para núcleos [...]

São responsáveis pela interpretação definida do sintagma nominal pelo que devem realizar-se em D. Por outro lado, sendo elementos fracos, podem ser reduzidos foneticamente [...]. (Castro, 2006b, s/p)

Assumir que os possessivos pré-nominais do português são núcleos, segundo Castro (2006a), explica uma série de particularidades do sistema possessivo nessa língua, a saber:

- Por que possessivos pré-nominais não ocorrem em sintagmas nominais indefinidos? Castro (2006a) assume, a partir de Lyons (1985,1986,1999), que o preenchimento da posição D desencadeia a interpretação definida do sintagma nominal. Os possessivos pré-nominais do português, ao contrário do italiano e do catalão, se apresentam em D e, por isso, são incompatíveis com um elemento que confere referência não definida ao sintagma nominal;
- Por que o português não admite possessivos focalizados em posição pós-nominal em sintagmas nominais definidos? A posição dos possessivos pré-nominais não pode ser alterada por causa de seu *status* de núcleo. Segundo Costa (1998), a posição dos núcleos não pode ser modificada por causa de seu *status* informacional. Por outro lado, os XPs podem;

<sup>64</sup> Rinke (2010, p. 123) sintetiza a proposta de Cardinaletti (1998) nos seguintes termos: “Cardinaletti (1998) [...] propõe uma divisão dos possessivos baseada na tripartição dos elementos pronominais em pronomes fortes, fracos e clíticos, proposta em Cardinaletti/Starke (1999). Os elementos fracos e clíticos distinguem-se, entre outras, pelas seguintes propriedades: não podem ser acentuados, nem modificados ou coordenados. Por outro lado, os elementos fortes e fracos diferenciam-se dos clíticos pelo seu estatuto sintático: os clíticos representam categorias do tipo X<sup>o</sup>, enquanto que os pronomes fracos e fortes são analisados como categorias máximas do tipo XP.”

<sup>65</sup> Essa proposta também está desenvolvida em Castro e Costa (2002).

- Por que os possessivos pré-nominais podem ser foneticamente reduzidos em alguns dialetos do PE? Castro (2006a) explica que “Being deficient elements, with a less complex structure, they can be morphological and phonetically reduced [...]”.<sup>66</sup>

Resta ainda elucidar o *status* do artigo definido que acompanha o possessivo pré-nominal e por que ele é obrigatório em PE, mas não em PB. Castro (2006b) postula que, nas duas variedades, o possessivo pré-nominal só é realizado em construções com interpretação definida. Por isso, demonstrativos (que são inerentemente definidos) ocorrem normalmente com possessivos pré-nominais (5.16) e, quando anteposto ao nome, o possessivo não pode ser precedido por determinantes ou modificadores indefinidos (5.17):

(5.16) Você gostará desse meu livro.

(5.17) a. \*Pedro recebeu algum meu recado.

b. Pedro recebeu algum recado meu.

Para Castro (2006b), esses dados mostram que, de alguma forma, o possessivo é definido. Estendendo a proposta de Longobardi (1994)<sup>67</sup> para os nomes próprios e genéricos (com os quais o artigo é um expletivo) aos possessivos, Castro (2006b) sugere que é o possessivo que é realizado em D, garantindo a leitura definida do sintagma nominal; ao passo que artigo definido (que emerge de uma configuração de núcleos adjungidos) é um elemento semanticamente vazio (expletivo), o que pode ser explicado morfossintaticamente por uma regra de inserção pós-sintática do artigo adjungido à esquerda de D, no quadro da morfologia distribuída. A particularidade do PE face ao PB, segundo a pesquisadora, está na realização fonética obrigatória do artigo definido expletivo com possessivos pré-nominais somente na variedade europeia.

Neste trabalho, concorda-se com o esquema explicativo apresentado por Castro (2006a), sobretudo em relação ao estatuto categorial das formas possessivas do português, que explica uma série de questões envolvendo os possessivos nessa língua. No entanto, a postulação da

---

<sup>66</sup> “Sendo elementos deficientes, com uma estrutura menos complexa, podem ser morfológica e foneticamente reduzidos [...]” [tradução nossa].

<sup>67</sup> Segundo Castro (2006a), Longobardi (1994) propõe que os artigos definidos podem ser de três tipos:

- i) artigos definidos substantivos: contribuem com seu próprio significado no uso com nomes comuns;
- ii) artigos expletivos de nomes próprios: são expletivos ocupando uma posição interpretada na leitura de nomes próprios singulares;
- ii) artigos expletivos de nomes genéricos: instanciam o caso de expletivos ocupando uma posição semanticamente não interpretada com genéricos.

autora de que, diante de pronome possessivo, o artigo definido não tem conteúdo semântico poderia ser verdadeira para o PE, que marca categoricamente o artigo definido antes de possessivo pré-nominal, mas não se adequa aos resultados do PB e de fases anteriores do português, que são objeto desta pesquisa.

Entretanto, mesmo para o PE, a ideia de um artigo definido expletivo apresenta-se problemática. Miguel (2002) e Brito (2007) apresentam dados de uma gramática não dominante do PE que permite a realização do possessivo pré-nominal com indefinidos, o que vai de encontro ao pressuposto da proposta de Castro (2006a, 2006b) de que a impossibilidade de combinação do possessivo pré-nominal com elementos indefinidos evidenciaria que o possessivo é o elemento responsável pela leitura definida do constituinte nominal e o artigo não tem valor semântico.

Como será visto na seção 6, na variedade do português utilizada na Bahia setecentista, diante de pronome possessivo, a realização do artigo definido é variável e condicionada, especialmente, por fatores de ordem semântica. Assumir a realização facultativa de um artigo expletivo seria ignorar a variação sistemática identificada nos textos. A hipótese que se assume é que o artigo definido que acompanha o possessivo pré-nominal nos dados analisados, longe de ser esvaziado de conteúdo semântico, atua na demarcação de uma das dimensões da definitude, a saliência discursiva. Para sua identificação nos textos, adota-se a Teoria do Centramento (Walker; Iida; Cote, 1994; Grosz; Joshi; Weinstein, 1995; Wuyun, 2020). Com isso, a análise proposta não assume os pressupostos gerativistas, entendendo que o comportamento variável do artigo definido diante de pronome possessivo pré-nominal pode ser explicado através do aporte semântico-discursivo da Teoria da Saliência da Definitude (von Heusinger, 2013), combinada à teoria do Centramento<sup>68</sup>.

## 5.2 A REALIZAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO ANTES DE PRONOME POSSESSIVO PRÉ-NOMINAL NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS EUROPEU: ESTUDOS PRECEDENTES

A marcação obrigatória do artigo definido diante de pronome possessivo no PE e sua presença facultativa em PB, como comentado na seção de Introdução, é apontada como um dos

---

<sup>68</sup> No entanto, aspectos de ordem morfosintática apresentam balizas para a variação na presença do artigo no sintagma possessivo, que não se apresenta, por exemplo, com vocativos e formas de tratamento. Nesse sentido, entende-se que a teoria da gramática deve ser aplicada às realizações paramétricas dos sistemas de possessivos e suas repercussões *estáveis* no sistema de determinantes, de língua a língua, mas esse tipo de análise não foi objeto desta tese.

aspectos morfossintáticos que diferenciam essas variedades. Tendo isso em vista, nesta subseção, sumarizam-se resultados de estudos precedentes sobre o tema na variedade europeia, com o fito de possibilitar o seu conhecimento geral e trazer à discussão aspectos que interessam também à compreensão do fenômeno no PB. Para apresentar uma cronologia do desenvolvimento do tema, a ordem de exposição dos trabalhos tem a ver com a antiguidade dos *corpora* analisados em cada um.

Cita-se, de início, o trabalho de Costa (2002) acerca do português arcaico. A autora desenvolveu um estudo histórico-descritivo a partir de textos do século 13 ao 16<sup>69</sup> e contabilizou 1384 ocorrências de possessivos, das quais 184 (13,3%) foram precedidas pelo artigo definido. Nos textos representativos do final do período arcaico, porém, a realização do artigo foi maior.

Costa (2002) concentrou seu trabalho nos fatores morfossintáticos que condicionam a presença do artigo definido antes de pronome possessivo. No conjunto das 184 ocorrências de possessivo acompanhado por artigo, a pesquisadora verificou que, para o *tipo de possessivo*, predomina o pronome *seu* (108/184 dados, 58,69%); para o *número*, a maioria dos dados está no *singular* (143/184 dados, 77,71%); para o *tipo de sintagma*, prevalece o *sintagma preposicionado* (122/184 dados, 66,30%); com o *tipo preposição*, sobressai-se a preposição *de* (77/122 dados, 58,69%), e quanto à *forma como a preposição se apresenta*, os dados com artigo estão concentrados em *preposições que permitem a contração* (111/122 dados, 90,98%). Observando a *função sintática* dos 62 sintagmas possessivos não preposicionados precedidos por artigo, Costa (2002) constatou predomínio da função de *objeto direto* (34/62 dados, 54,83%).

Mattos e Silva (2010) também observou os usos do artigo definido em dados do português arcaico<sup>70</sup>. Diante de pronome possessivo pré-nominal, a pesquisadora identificou 69% de ausência do artigo e não constatou “[...] nenhuma razão para a escolha ou não do artigo, a não ser a de melhor definir o objecto designado pelo nome.” (Mattos e Silva, 2010, p. 182). O artigo foi mais empregado nas ocorrências em que o possessivo é o núcleo do sintagma. O

---

<sup>69</sup> Costa (2002) utilizou textos de diferentes naturezas e que recobrem todo o período arcaico da língua portuguesa, a saber:

- 32 documentos notariais, produzidos entre 1281 e 1484;
- *Crônica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, representativa da primeira metade do século 15;
- *Diálogo da Viçosa Vergonha* e *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem*, de João de Barros, representativos do fim do período arcaico e início do período moderno.

<sup>70</sup> Para este estudo, a autora consultou *A mais antiga versão dos Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*, que teria sido elaborada na segunda metade do século 14.

trabalho da autora interessa sobremaneira pelo mapeamento que faz das formas possessivas presentes no documento consultado, exposto no quadro seguinte:

Quadro 5.1 – Paradigma dos pronomes possessivos no português arcaico

Possuidor		Um		Mais de um	
Referência	Num.	Singular	Plural	Singular	Plural
	Gen.				
Primeira Pessoa	Masc.	Meu	meus	nosso	nossos
	Fem.	Mha	mhas	nossa	nossas
Segunda Pessoa	Masc.	Teu	teus	vosso	vossos
	Fem.	Ta			
Terceira Pessoa		Singular		Plural	
	Masc.	Seu		seus	
	Fem.	sa sua		sas	

Fonte: adaptado de Mattos e Silva (2010).

Nota-se que não houve alteração no paradigma das formas masculinas, ao passo que as formas femininas *mha*, *ta* e *sa* desapareceram. A terceira pessoa do singular particulariza-se por apresentar duas formas (*sa* e *sua*).

O estudo de Rinke (2010) recobre um período extenso da história do PE, a partir da consulta de textos do século 13 ao 19<sup>71</sup>. Seus resultados exibem a evolução diacrônica da presença do artigo definido antes de pronome possessivo no PE, com 6% de realização do artigo no século 13 e taxas inferiores a 50% até meados do século 18, mas alcançando uma ampliação expressiva no século 19, quando a omissão do artigo diante de possessivo era notada apenas com *nomes de parentesco*.

Na interpretação de Rinke (2010), a mudança se deu não no possessivo, mas no artigo definido, que teve seu contexto de uso ampliado, alcançando as formas possessivas. A maior realização do artigo em sintagmas pré-verbais com função de sujeito, para Rinke (2010), deve-se ao uso do artigo definido como marcador anafórico ou de tópico discursivo. Outro aspecto da mudança diacrônica constatado pela autora foi que, no século 13, ainda não existia a correlação observada no português contemporâneo entre o tipo de artigo e a posição do possessivo no sintagma nominal.

A investigação de Silva (1982) é referência básica para estudos de diferentes fenômenos variáveis envolvendo o pronome possessivo. Relativamente à realização ou omissão do artigo

<sup>71</sup> Os *corpora* consultados pela autora procedem das seguintes fontes: Bernardes (1947); Castro (1982/83); CORDIALSIN; Eça de Queirós (1888); Garrett (1844); Hatherly (1990); Herculano (1851); Lapa (1937); Martins (2001); Piel (1942); Viana (1950).



definido antes de pronome possessivo, interessa destacar aqui apenas os dados do estudo diacrônico desenvolvido pela autora com textos do PE<sup>72</sup>.

Silva (1982) constatou que a realização do artigo aumentou significativamente, alcançando 89,55% de frequência nos jornais do século 20. Em relação à influência da *especificidade*, a autora verificou, por um lado, que a presença do artigo foi maior em contextos caracterizados como *específicos* e com sintagmas no *singular*, e por outro, que *nomes de parentesco*, por serem hiperespecíficos, dispensam a presença do artigo. Para o *contexto sintático*, o *aposto* inibiu a presença de artigo e, nos textos do século 15 ao 17, *sintagmas nominais* ultrapassaram levemente os *sintagmas preposicionados* na marcação do artigo. Quanto à existência ou não de *pausa antes do sintagma possessivo*, nos *corpora* do século 15 ao 17, houve leve favorecimento à presença do artigo pelo fator *não pausa*. Sobre o *pronome possessivo*, o pronome *seu* desfavoreceu a presença do artigo.

Os trabalhos de Floripi (2008), Magalhães (2011) e Macedo-Costa (2016) são complementares na investigação do percurso de implementação do artigo definido no sintagma determinante (DP) possessivo em PE, tendo sido desenvolvidos a partir de textos sintaticamente anotados do projeto *Corpus Tycho Brahe* (doravante CTB), escritos por autores portugueses.

Floripi (2008) consultou o maior montante de textos<sup>73</sup> e apresentou uma discussão mais detalhada dos resultados a partir da análise de 10.700 DP possessivos extraídos de textos de

---

<sup>72</sup> Para investigação do PE, os materiais consultados pela autora foram estes (acompanhados dos respectivos percentuais de realização do artigo):

- Texto literário de Nuno Alvarez (Séc. XV; 10,3%);
- Texto literário de D. Fernando (Séc. XV; 2,3%);
- Texto literário de B. Ribeiro (Séc. XVI; 29,5%);
- Texto literário de P. de M. Gândavo (Séc. XVI; 1,3%);
- Texto literário de F. R. Lobo (Séc. XVII; 39,8%);
- Texto literário de Antonio José (Séc. XVIII; 62,8%);
- Texto literário de Júlio Diniz (Séc. XIX; 81,9%);
- Jornais (Séc. XX; 89,5%).

<sup>73</sup> A autora consultou os seguintes textos:

**Século 16:**

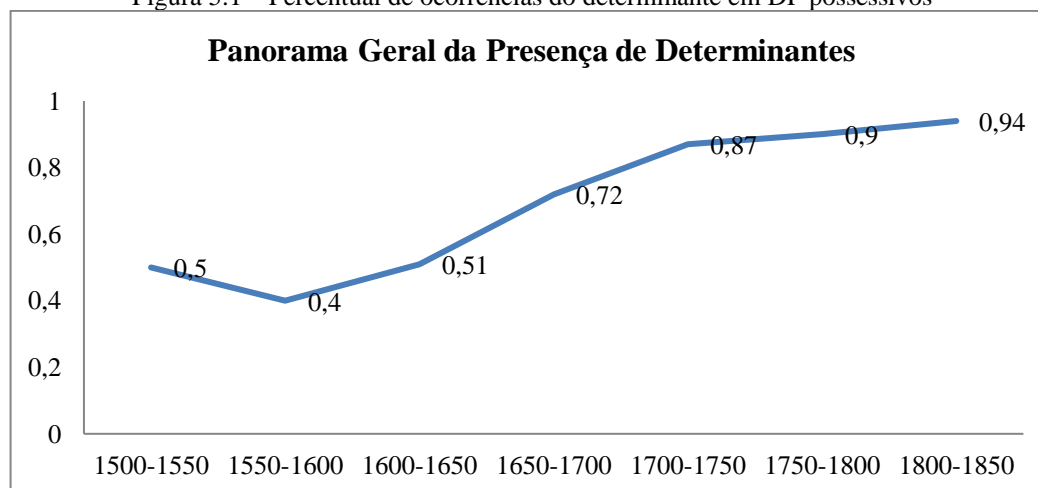
- Fernão Mendes Pinto (1510-1583) *Perigração* (52.555 palavras);
- Francisco de Holanda (1517-1584) *Da Pintura Antiga* (52.538 palavras);
- Diogo do Couto (1542-1606) *Décadas* (selecção, prefácio e notas de António Baião) (47.448 palavras);
- Luis de Sousa (1556-1632) *A Vida de Frei Bertolameu dos Mártires* (52.928 palavras);
- F. Rodrigues Lobo (1579-1621) *Côrte na Aldeia e Noites de Inverno* (52.429 palavras).

**Século 17:**

- Manuel da Costa (1601-1667) *Arte de Furtar* (52.867 palavras);
- António Vieira (1608-1697) *Sermões* (53.855 palavras);
- António Vieira (1608-1697) *Cartas* (57.088 palavras);
- F. Manuel de Melo (1608-1666) *Cartas* (58.070 palavras);
- António das Chagas (1631-1682) *Cartas Espirituais* (54.445 palavras);
- Manuel Bernardes (1644-1710) *Nova Floresta* (52.374 palavras);
- J. Cunha Brochado (1651-1735) *Cartas* (35.058 palavras);

portugueses nascidos entre os séculos 16 e 19. A autora identificou um aumento expressivo da presença do artigo através dos séculos, considerando a data de nascimento dos autores:

Figura 5.1 – Percentual de ocorrências do determinante em DP possessivos



Fonte: extraído de Floripi (2008, p. 138).

Floripi (2008) concentra sua análise em dois aspectos: o *tipo de nome núcleo do sintagma possessivo* e a presença ou não de uma *preposição* antes do pronome possessivo. A autora notou que o uso do artigo se expande inicialmente pelos *sintagmas não preposicionados*. O comportamento variável do determinante nesses sintagmas estaria refletindo a competição entre uma gramática do tipo italiano, em que o possessivo é sempre precedido por artigo, e uma gramática do tipo francês, que dispensa a presença o artigo. Houve nítido favorecimento da primeira a partir de 1700, o que conduziu ao desaparecimento da segunda no PE moderno. Acerca dos *sintagmas preposicionados*, Floripi (2008) comenta que “[...] as preposições encontradas junto aos DPs possessivos [...] eram capazes de licenciar os traços de definitude em D por projeção estendida, permitindo que o artigo fosse omitido em alguns casos. Isso

- 
- Maria do Céu (1658-1753) *Rellacao da Vida e Morte da Serva de Deos a Veneravel Madre Elenna da Crus* (27.410 palavras);
  - André de Barros (1675-1754) *A Vida do Padre António Vieira* (52.055 palavras);
  - Alexandre de Gusmão (1675-?) *Cartas* (32.433 palavras).

**Século 18:**

- Cavaleiro de Oliveira (1702-1783) *Cartas* (51.080 palavras);
- Matias Aires (1705-1763) *Reflexão sobre a Vaidade dos Homens e Cartas sobre a Fortuna* (56.479 palavras);
- Luís António Verney (1713-1792) *Verdadeiro Método de Estudar* (49.335 palavras);
- Antonio da Costa (1714-?) *Cartas do Abade Antonio da Costa* (27.096 palavras);
- Correia Garção (1724-1772) *Obras Completas* (24.924 palavras);
- Marquesa D'Alorna (1750-1839) *Cartas e outros Escritos* (49.512 palavras);
- Almeida Garrett (1799-1854) *Viagens na minha terra* (51.784 palavras).

**Século 19:**

- Ramalho Ortigão (1836-1915) *Cartas a Emília* (32.441 palavras) (Floripi, 2008, p. 122-123).

explica o fato de que muitos DPs preposicionados não realizavam o artigo [...]” (Floripi, 2008, p. 206).

Em relação ao *tipo de nome núcleo do sintagma*, nos dados de Floripi (2008), o artigo foi mais frequente com *nomes próprios*, ao passo que os *nomes relacionais* foram mais resistentes à implementação do uso desse determinante, o que segundo a autora, está associado à referencialidade do sintagma nominal. A marca forte de referencialidade dos nomes próprios faz com que o pronome possessivo que o precede seja projetado sem o traço [+definitude], caso em que o artigo precisa ser realizado para marcar a definitude do DP inteiro. Já os nomes relacionais, não possuindo traços intrínsecos de referencialidade, permitem que o possessivo licencie o traço [+definitude] e mova-se para D para checá-lo, dispensando a presença do artigo.

Magalhães (2011), a partir da análise de 12 textos do CTB<sup>74</sup>, constatou que a *presença de preposição* influencia significativamente na periodização da variação no uso do artigo definido antes de pronome possessivo. Em *sintagmas não preposicionados*, houve variação do século 16 ao 18, quando a presença do artigo antes de possessivo generaliza-se. Já nos *sintagmas preposicionados*, no século 16, a ausência de artigo era categórica. Um quadro de variação nesse contexto começa a ser notado em meados do século 17 e vai até o 19.

Magalhães (2011) levantou a hipótese da competição entre duas gramáticas no português clássico (PC): em uma, o possessivo tinha o traço de definitude variável e, por isso, movia-se para a posição D, culminando na não realização do artigo, e na outra, o possessivo não tinha o traço de definitude variável, o que dispensava o movimento para D, e o artigo podia ser realizado. Essa fase de competição teria findado no século 19.

Consultando 16 textos do CTB, Macedo-Costa (2016) identificou o mesmo processo de competição referido por Magalhães (2011). Diferentemente do que foi observado por Floripi

---

<sup>74</sup> A autora consultou os seguintes textos:

**Século 16:**

- Luis de Sousa (1556-1632) *A Vida de Frei Bertolameu dos Mártires* (52.928 palavras).
- F. Rodrigues Lobo (1579-1621) *Côrte na Aldeia e Noites de Inverno* (52.429 palavras).

**Século 17:**

- Manuel da Costa (1601-1667) *Arte de Furtar* (52.867 palavras).
- António Vieira (1608-1697) *Sermões* (53.855 palavras).
- António Vieira (1608-1697) *Cartas* (57.088 palavras).
- F. Manuel de Melo (1608-1666) *Cartas* (58.070 palavras).
- Manuel Bernardes (1644-1710) *Nova Floresta* (52.374 palavras).
- J. Cunha Brochado (1651-1735) *Cartas* (35.058 palavras).

**Século 18:**

- Cavaleiro de Oliveira (1702-1783) *Cartas* (51.080 palavras).
- Matias Aires (1705-1763) *Reflexão sobre a Vaidade dos Homens e Cartas sobre a Fortuna* (56.479 palavras).
- Correia Garção (1724-1772) *Obras Completas* (24.924 palavras).

**Século 19:**

- Ramalho Ortigão (1836-1915) *Cartas a Emília* (32.441 palavras).

(2008), Macedo-Costa (2016) constatou um aumento gradual no uso do artigo com possessivo em *sintagmas preposicionados* ao longo dos séculos. Relativamente ao *tipo de nome núcleo do sintagma*, a pesquisadora verificou que a mudança em direção à implementação do artigo diante de possessivo é mais nítida em *sintagmas com núcleo nominal comum* do que com *nomes relacionais*.

Em síntese, os trabalhos de Costa (2002), Mattos e Silva (2010) e Rinke (2010) mostram que a presença do artigo definido diante de possessivo era bastante rarefeita no português arcaico. Por outro lado, os resultados de Silva (1982), Floripi (2008), Rinke (2010), Magalhães (2011) e Macedo-Costa (2016) apontam uma implementação no uso do artigo ao longo do PC, que culminou na generalização desse determinante diante de possessivo no PE moderno. Alguns condicionamentos da mudança se repetem nessas análises, a exemplo da *presença de preposição* e do *tipo de nome núcleo do sintagma*. A *presença de uma preposição* representou menor realização do artigo em um primeiro momento da mudança, nos resultados de Floripi (2008) e Magalhães (2011). Por outro lado, Costa (2002) observou que os dados de possessivo combinado com artigo são mais frequentes em *sintagmas preposicionados*, sobretudo quando a preposição pode se contrair com o artigo. Nota-se, por fim, que os estudos, em geral, apontam a presença de um *nome relacional* no DP possessivo como um contexto mais resistente à presença do artigo definido. Esses condicionamentos, como será visto na próxima subseção, atuam também na variedade brasileira do português.

### 5.3 A REALIZAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO ANTES DE PRONOME POSSESSIVO PRÉ-NOMINAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ESTUDOS PRECEDENTES

O trabalho de Silva (1982) é uma das primeiras investigações sobre o uso variável do artigo definido diante de pronome possessivo no PB. Em nenhum dos textos<sup>75</sup> do século 17 ao 19 que a autora consultou, o percentual de marcação do artigo foi superior a 50%. Acerca dos fatores condicionantes, Silva (1982) mostrou que a realização do artigo definido no sintagma possessivo é maior em contextos caracterizados como *específicos*, em *sintagma nominais* (embora os sintagmas preposicionados também favoreçam a presença do artigo), com

---

<sup>75</sup> Os materiais consultados pela pesquisadora para estudo diacrônico do PB, com o respectivo percentual de realização do artigo definido, foram:

- Texto literário de A. Vieira (Séc. 17; 41,2%);
- Texto da Câmara do Rio de Janeiro (apenas pronome seu) (Séc. 17; 11,2%);
- Documentos sobre a Inconfidência Mineira (Séc. 18; 33,8%);
- Texto literário de B. Guimarães (Séc. 19; 25,2%).

constituintes no *singular* e em contextos em que o possessivo *não é antecedido por pausa*. Nomes de *parentesco*, por serem dotados de hiperespecificidade, realizam menos o artigo.

O estudo de Schei (2009), com romances brasileiros oitocentistas<sup>76</sup>, revela que o uso do artigo antes de possessivo varia significativamente entre os autores. De um lado, têm-se Machado de Assis e Aluísio Azevedo, que parecem tentar se aproximar da norma europeia, com frequências elevadas de uso do artigo (respectivamente, 99% e 91%); de outro Joaquim Manuel de Macedo e Bernardo Guimarães (respectivamente, 34% e 21%), que parecem seguir um padrão mais antigo, com uso mais restrito de artigo definido, e citam-se, também, Manuel Antônio de Almeida, José de Alencar e Visconde de Taunay, utilizando um modelo mais moderno, com maior uso do artigo diante de possessivo (respectivamente, 62%, 68% e 74%).

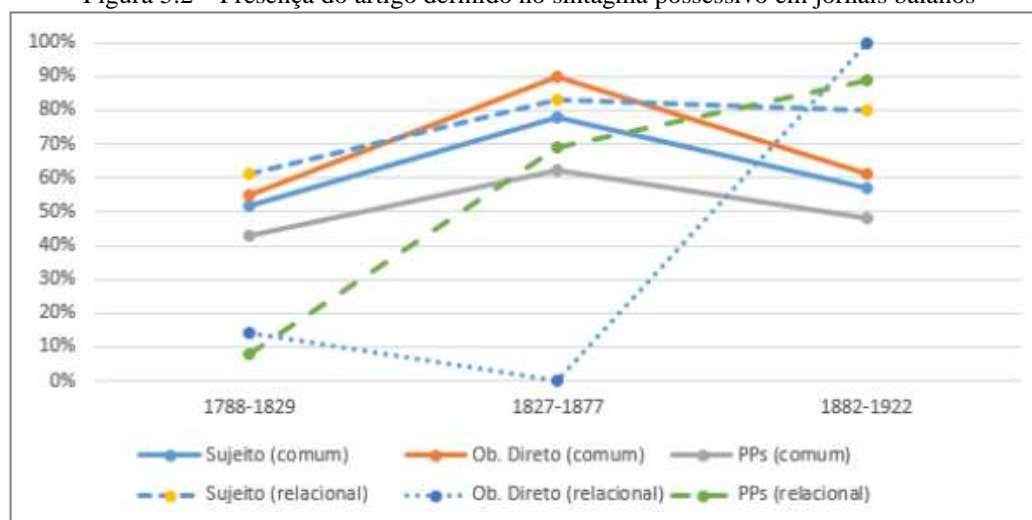
Acerca dos fatores condicionantes considerados pela autora para as partes narrativas dos romances, o artigo foi mais recorrente em *sintagmas no singular* do que no *plural*, com os *pronomes de primeira pessoa* do que com os de *terceira pessoa*, e *depois de não pausa* – resultados que se assemelham aos encontrados por Silva (1982). Apenas em Macedo e Almeida, o artigo foi mais usado com *preposição que se contrai* com o artigo do que com *preposição que não aceita a contração*. Quando se comparam o *contexto sem preposição* e os casos com *preposição passível de contração*, somente em Azevedo houve mais artigo nesse último contexto. Comparando-se os possuídos *humanos não-parentes* e os possuídos que são *partes do corpo*, a presença do artigo foi bem menor nos últimos.

Com dados da variedade baiana do PB, destacam-se os trabalhos de Macedo-Costa (2016) e Brito (2019). Macedo-Costa (2016), a partir de dados coletados em jornais publicados na Bahia entre meados do século 19 e meados do século 20, verificou que o uso do artigo antes de possessivo é sensível ao *tipo de nome núcleo do sintagma* e à *presença de preposição*:

---

<sup>76</sup> *A Moreninha* (1844), de Joaquim Manuel de Macedo; *Memórias de um sargento de milícias* (1854-1855), de Manuel Antônio de Almeida; *Lucíola* (1862), de José de Alencar; *O garimpeiro* (1872), de Bernardo Guimarães; *Inocência* (1872), de Visconde de Taunay; *O cortiço* (1890), Aluísio Azevedo; e *Dom Casmurro* (1899), de Machado de Assis.

Figura 5.2 – Presença do artigo definido no sintagma possessivo em jornais baianos



Fonte: extraído de Macedo-Costa (2016, p. 196).

A implementação do uso do artigo deu-se de forma mais nítida com *nomes comuns* e *sintagmas não preposicionados*, mas também houve um aumento no emprego do artigo com *nomes relacionais*, que já não parecem bloquear a presença do determinante. Em quase todos os contextos observados pela autora, o uso do artigo cresce entre a primeira e a segunda metade do século 19, o que Macedo-Costa (2016) interpreta como uma tentativa de aproximação do modelo europeu.

Brito (2019) analisou 334 sintagmas possessivos extraídos de um acervo de cartas pessoais escritas entre 1906 e 2000 por sertanejos baianos pouco escolarizados – a coleção *Cartas em Sisal*, editada por Santiago (2012). A autora identificou 56,6% de marcação do artigo diante de pronome possessivo, em uma disposição que sugere um quadro de variação estável.

Quanto aos contextos relevantes para a realização ou omissão do artigo definido, Brito (2019) constatou, em relação aos fatores semânticos, que o artigo é mais realizado com *nomes com referente inanimado*, com *elementos que podem ser possuídos* (seja a posse inerente ou não) e com *substantivos abstratos*. No condicionamento morfossintático, a realização do artigo foi favorecida com *preposições passíveis de contração*, com constituinte no *singular* e com as funções sintáticas *predicativo*, *adjunto adverbial* e *objeto direto*. Brito (2019) observou ainda que o fenômeno tem uma base social, que em sua mostra está refletida na relevância estatística das variáveis *naturalidade*, *localização quando da escrita da carta*, *data de escrita* e *gênero do scriptor*.

Em resumo, com dados da variedade brasileira do português, há menos estudos diacrônicos sistemáticos que cubram intervalos temporais maiores. As análises desenvolvidas até o momento mostram que o uso do artigo definido diante de pronome possessivo permanece

variando em PB e que alguns condicionamentos linguísticos para a realização ou omissão do artigo no DP possessivo em PE – como o *tipo de preposição que antecede o pronome possessivo* e o *tipo de nome núcleo sintagma* – também são relevantes para compreensão do tema no PB.

#### 5.4 SÍNTESE

Nesta seção, abordaram-se pontos que colaboram para compreensão do fenômeno linguístico investigado nesta tese. De início, sumarizaram-se apontamentos de pesquisas sobre a tipologia dos possessivos, destacando aí as particularidades das variedades do português europeu e brasileiro frente a tais propostas. Embora o estudo desenvolvido nesta tese não seja formalista, julga-se relevante trazer tal explanação para justificar a opção da pesquisa em desenvolver uma análise de inspiração semântica, pelo viés da Teoria da Saliência do Definitude (von Heusinger, 2013). Na sequência, a seção trouxe um sumário de trabalhos desenvolvidos sobre o uso do artigo definido antes de pronome possessivo em textos portugueses e brasileiros. Os resultados desses estudos mostram que houve uma ampliação no uso do artigo no sintagma possessivo ao longo do PC que culminou na obrigatoriedade de uso desse determinante no PE moderno. Em PB, nota-se que as taxas de realização do artigo diante de possessivo variam substancialmente a depender do material analisado e em textos do século 20 o fenômeno ainda exhibe um quadro de variação estável.

## 6 USOS DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE PRONOME POSSESSIVO PRÉ-NOMINAL NOS MANUSCRITOS ANALISADOS: DESCRIÇÃO

O objetivo desta seção é apresentar uma descrição dos dados, a partir dos contextos de classificação identificados como estatisticamente relevantes para a realização do artigo definido diante de pronome possessivo pré-nominal. Inicialmente, expõem-se as estratégias de levantamento e seleção dos dados analisados e os grupos de fatores controlados no estudo. Na sequência, comenta-se o percurso metodológico adotado na análise quantitativa e qualitativa e, finalmente, descrevem-se os resultados gerais acerca da realização ou omissão do artigo definido antes de pronome possessivo nos textos consultados.

### 6.1 O LEVANTAMENTO E A CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS

O levantamento dos dados foi feito manualmente, a partir da leitura dos manuscritos. Quanto aos critérios de seleção adotados, apenas os constituintes em que é possível a alternância realização *versus* omissão do artigo definido diante de pronome possessivo foram contabilizados para análise. Excluíram-se, portanto, os casos seguintes, em que não há variação de uso do artigo definido:

- O pronome possessivo está posposto ao nome:

(6.1) “{...} *principalmente* não auendo incorrido no *dito* crime de bi|gamo por malícia **sua** {...}”<sup>77</sup> (M\_1);

(6.2) “{...} e huã *filha* **sua** chamada *Quiteria Maria de Iesus* tomando o fresco| {...}” (M\_72).

- O pronome possessivo é precedido por pronome demonstrativo:

(6.3) “{...} pedindo-| me *efficamente* remetesse por duas vias esta **Sua**| proposta á esse *Santo Tribunal*, como faço.||” (M\_52);

---

<sup>77</sup>Como reticências entre colchetes são utilizadas como critério de edição para marcar danos no suporte que impossibilitam a leitura, na apresentação dos exemplos, utilizaram-se reticências entre chaves para sinalizar a omissão de parte da edição.



(6.4) “{...} em feé do *que* asinou| Comigo Comissario todo este **seu** depoimento depois de| lho ler.” (M\_73).

- O pronome possessivo ocorre em vocativo:

(6.5) “**Meos** *senhores* Com esta remetto a *Vossas Senhorias*, todas as diligencias| judiciais, e extrajudiciais, que me foraõ comettidas {...}” (M\_25);

(6.6) “{...} pegara o Denunçiado em huã sua caxorrinha| *que* muito estimava e a pôz de joelhos dizendo lhe adora tambem minha caxorrinha e pegando lhe nas maons entrou a bater lhe| nos peitos {...}” (M\_81).

- O pronome possessivo é antecedido pelo adjetivo “dito” (e flexões):

(6.7) “{...} o casamento da mesma com o Pay do justificante| chamado tambem Antonio Gonsalves Fraga, sendo a dita **sua** May| baptizada, asim como tambem recebidos os ditos **seus** Pais na Capella| de *São Pedro* velho {...}” (M\_7);

(6.8) “{...} e nella cazára a primeira vês com| Dona Maria Valdoresso e a segunda com a dita **sua** Avó| materna.” (M\_69).

Também foram descartados os dados em que o pronome possessivo ocorre em formas de tratamento (6.9 e 6.10), com *nomina sacra* (6.11 e 6.12) e em contextos de fórmula (6.13-6.16):

(6.9) “Por serviço do mesmo *Santo* Tribunal rogo a **Vossa** *merce* seja servido eu [...] a brevidade possivel {...}” (M\_6);

(6.10) “{...} e ficaõ em meo poder pára **Vossas** *Senhorias* determinarem o *que*| hey de obrar {...}” (M\_88);

(6.11) “{...} pedio o Denunçiado huã Imagem de| **Nosso** *Senhor Iesus Christo* *que* tinha ella Denunçiante com-|sigo {...}” (M\_75);

(6.12) “{...} homem de negocio, e morador| na freguezia de **Nossa** *Senhora* da Conceyçaõ da praya| desta *Cidade* {...}” (M\_57);

(6.13) “Deos a *Vossas Senhorias* *guarde* como| lhe pesso e a **sua** *Igreja* ha mister *Bahia* 14 de Agosto de 1759” (M\_44);

(6.14) “{...} o certifico a *Sua Magestade* *que* Deos *guarde*, aos *Senhores Inquizidores*, e a to|das as *Iustiças* perante quem fizer a bem apresentarem os ditos *Famili*|ares a presente atestaçaõ por elles a mim pedida e dada de **minha** le|tra e signal {...}” (M\_41);

(6.15) “Ficaõ em **meo** poder, huãs diligencias,| a favor de Antonio da Fonceca {...}” (M\_20);

(6.16) “{...} apareceu| presente urbano Cardozo de Amaral morador nesta| mesma cidade, [...] por elle foy dito em minha prezença| *que* elle por descargo de **sua** consciencia, e como filho da Igreja se acuzaua {...}” (M\_1).

Quando o constituinte foi formado apenas pelo artigo definido e pelo pronome possessivo, o dado não foi contabilizado para fins de análise, por se entender que não se configura um contexto de variação para a realização do artigo definido:

(6.17) “{...} vi finalmente as medalhas de to-|dos, e o referido me mostrou tambem a **sua**, que hé| da ordem 3<sup>a</sup> de São Domingos {...}” (M\_74).

Como os *scriptores* não fazem uso sistemático dos sinais de acentuação, ocorrências de pronome possessivo feminino no singular em contextos em que há regência com a preposição *a* também não puderam ser computadas na análise:

(6.18) “O Doutor Manoel Vellozo Paes Commissario do Santo Tri|bunal veio a **minha** prezenza, e entregou me por special ordem {...}” (M\_8).

Notou-se que o artigo definido é sistematicamente omitido quando o sintagma possessivo está coordenado (trata-se aqui da coordenação de constituintes e não de sentenças). Por isso, optou-se por não contabilizar na análise ocorrências como estas:

(6.19) “Acompanha esta a Lista dos Familiares que| ao presente [e]xistem vivos nesta cidade, e **su|as** anexas, e tem athé gora apresentado as| suas Cartas de Familiares, com todas as de|clarações {...}” (M\_42);

(6.20) “{...} e produzio taõ bom| effeito que ella, e **seo** marido Manoel Furtalo| Orobio vão embarcados nesta mesma occasiaõ| na Nau Europa||” (M\_19).

Em alguns manuscritos, os *scriptores* reproduzem trechos de outros documentos, como uma forma de ratificar a informação que está sendo passada à Mesa Inquisidora, em Lisboa. As ocorrências de possessivos localizadas nesses trechos não foram selecionadas para análise:

(6.21) “Nos mesmos autos se acha huã Sentensa de Justificalaõ| do baptismo do habilitando dada pelo Reverendo Doutor João de Oliveyra| Guimarães sendo Provizor do Arcebisnado desta Cidade, *que* he do-| theor, e forma seguinte = Visto o Summario hey por justificado o bap-|tismo do justificante Antonio Gonsalves Fraga filho legitimo

de outro| Antonio Gonsalves Fraga, e de **sua** mulher Rosa Maria do Nascimen|to por ter sido baptizado na Jgreja Matrix de São Pedro do monte| em Janeyro de mil cetecentos e vinte e tres pello Padre Antonio| da Mota Soares, sendo padrinhos Sebastião Alvres da Foncequa| e Maria de Souza **sua** mulher, *que* hey por justificado, e ter o dito justificante vinte annos de **sua** idade, feitos no ultimo de Janeyro des-|te prezente anno Bahia em catorze de Outubro de mil cetecentos| e quarenta e tres João de Oliveyra Guimaraíns {...}” (M\_7);

(6.22) “Do livro dos assentos dos bautizados da Freguezia de No|ssa Senhora do Rozario da villa da Cachoeira o mais anti|guo della, que começa em oito de Abril de mil e seiscent|os e setenta e quatro nelle a folhas quarenta, consta o| assento do theór seguinte.// Aos oito de Março de mil| e seiscentos e noventa e quatro bautizei e pús os santos| oleos nesta Matrís a Affonço filho de Ioã Rodri|gues da Franca, e de **sua** mulher Dona Anna de Proen|ça. Foram padrinhos Ieronimo Sodré Pereyra, e Fellipa da Roza mulher de Maximiano de Araújo Guima|rae s; E os pays da dita criança sam moradores no Co|c m freguezia de Sam Gonçalo dos Campos, de que man|dei fazer este assento digo este termo para assignar. era| ut supra// Antonio Pereyra.//.” (M\_69).

Excluídos os casos supracitados, os demais constituintes contendo pronomes possessivos foram computados na análise.

A classificação dos dados selecionados foi feita observando aspectos apontados em estudos precedentes como relevantes para a realização ou omissão do artigo definido diante de pronome possessivo, com destaque para as pesquisas diacrônicas sobre o tema, desenvolvidas por Silva (1982), Costa (2002) e Floripi (2008). Ademais, para investigar a relação entre os usos do artigo definitivo e a definitude, foram considerados fatores relacionados à estrutura informacional<sup>78</sup>. A relação dos contextos controlados no estudo é a seguinte:

1. Número do constituinte;
2. Animacidade;
3. Presença de preposição;
4. Possibilidade de contração da preposição;
5. Função sintática;
6. Função informacional;
7. Estatuto informacional;<sup>79</sup>

<sup>78</sup> Tendo constatado que as categorias da estrutura informacional não captam a definitude dos referentes discursivos como esperado, recorreu-se à noção de *centro*, proposta pela Teoria do Centramento (Walker; Iida; Cote, 1994; Grosz; Joshi; Weinstein, 1995), para mensurar a saliência nos textos, observando especialmente o referente do pronome possessivo, o possuidor. Assumiu-se, portanto, que a definitude pode ser compreendida a partir da noção de *saliência discursiva* (von Heusinger, 2013). Essa parte do estudo é desenvolvida na seção 7.

<sup>79</sup> A classificação dos grupos *função informacional* e *estatuto informacional* foi feita com base no trabalho de Götze *et al.* (2007).

8. Pessoa do discurso;
9. Presença de Modificadores no sintagma possessivo;
10. Tipo documental;
11. Data de escrita do texto;
12. Data de nascimento;
13. Local de nascimento;
14. *Scriptor*.

Os contextos estatisticamente relevantes são descritos na subseção 6.3.

## 6.2 SOBRE A ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA

A primeira fase da análise foi quantitativa. Classificaram-se os contextos que poderiam influenciar na realização ou omissão do artigo definido diante do pronome possessivo. O processamento quantitativo das ocorrências foi realizado com o suporte da plataforma R (R Core Team, 2021), através da interface *RStudio*. O pacote utilizado para elaboração das tabelas e realização dos testes estatísticos foi o *ggstatsplot* (Patil, 2021).

Os dados são apresentados tanto em frequência quanto em porcentagem nas tabelas geradas. A relação entre a variável dependente (presença vs. ausência de artigo) e uma variável independente foi verificada por meio de um teste de qui-quadrado ( $\chi^2$ ). O teste trabalha com a hipótese nula ( $H_0$ ) de que não há associação/relação entre uma variável dependente e outra independente. A confirmação ou negação dessa hipótese está condicionada a um valor *default* (valor-p), que é de 5%, mas que pode ser alterado se se desejar. Se o valor-p<sup>80</sup> for menor que 0,05, a hipótese nula é refutada e adere-se, portanto, a hipótese alternativa ( $H_1$ ), que sinaliza a existência de uma associação entre as variáveis que estão sendo testadas. Nos casos de variáveis com células com menos de cinco dados – situação na qual o teste de qui-quadrado não é indicado –, optou-se pela realização do teste de Fisher para ajuste do valor-p, que nesse caso é referido como “Fisher’s p” nas tabelas apresentadas na análise dos dados.

Em uma segunda etapa da análise, qualitativa, os contextos identificados como estatisticamente relevantes foram descritos e parte dos dados foi observada com maior detalhamento, para melhor investigar a hipótese de que a saliência pode condicionar o uso do artigo definido (von Heusinger, 2013).

---

<sup>80</sup> Também referido como “probabilidade de significância”.

### 6.3 CONTEXTOS ESTATISTICAMENTE RELEVANTES PARA A REALIZAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO ANTES DE PRONOME POSSESSIVO PRÉ-NOMINAL

Como já especificado na seção de apresentação do *corpus*, os dados analisados nesta pesquisa foram coletados em duas amostras afins, constituídas por documentos produzidos entre 1698 e 1809 por agentes que nasceram e atuaram na Bahia como Comissários do Santo Ofício. A amostra editada para a presente pesquisa – apresentada no Volume II desta tese – é denominada de *Corpus I*, e a parte da edição disponibilizada por Santos (a sair), de *Corpus II*. Ambos os *corpora* foram manuscritos por indivíduos pertencentes a um mesmo contexto sócio-histórico e cultural e que possuem níveis de instrução semelhantes, sendo, portanto, complementares.

Houve dados para análise em manuscritos de 8 dos 11 *scriptores* responsáveis pelo *Corpus I* e em 45 dos seus 93 documentos; e identificaram-se dados para análise em 48 dos 84 documentos do *Corpus II*<sup>81</sup>, produzidos por 10 dos seus 15 *scriptores*. O pronome possessivo foi pouco realizado nos textos consultados (ver Apêndices A, B, C e D)<sup>82</sup>. Quando se excluíram os contextos em que não há variação e as ocorrências que enviesariam os resultados (especificadas na subseção 6.1), os registros selecionados para análise ficaram bem reduzidos. Em consequência, fatores de alguns contextos de classificação apresentaram um número baixo de ocorrências. Apesar disso, acredita-se que é possível alcançar alguns indícios do comportamento do fenômeno linguístico no período investigado, os quais poderão ser confirmados ou refutados em análises futuras com dados mais robustos.

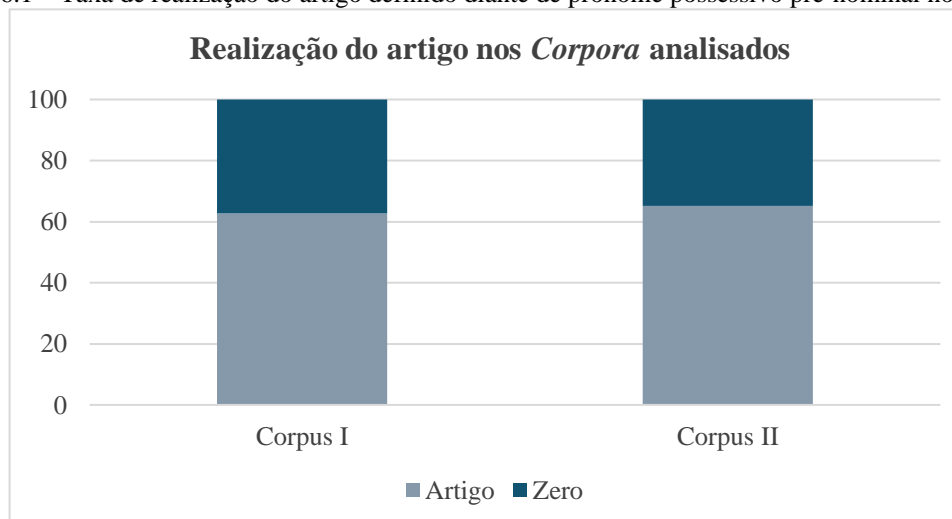
No *Corpus I*, foram coletados 150 sintagmas possessivos em contextos em que é possível a alternância presença/ausência do artigo definido (47,8% dos dados analisados, portanto)<sup>83</sup>. Desse total, 94 foram precedidos pelo artigo definido, o que contabiliza 62,7% de marcação desse determinante. No *Corpus II*, extraíram-se 164 construções com possessivo pré-nominais em contextos de variação do artigo definido, e esse determinante foi realizado em 107 ocorrências, perfazendo 65,2% de presença nessa parte da amostra. No gráfico seguinte, visualiza-se melhor a proximidade da taxa de realização do artigo antes de pronome possessivo nos *corpora* consultados:

<sup>81</sup> No *corpus II*, não se buscaram dados nos documentos 83 e 84 por terem sido escritos em Olinda, Pernambuco. Todos os outros manuscritos que integram os *corpora I* e II foram produzidos na Bahia.

<sup>82</sup> A quantidade reduzida de dados aparentemente tem mais a ver com o fenômeno linguístico estudado do que com as características dos *corpora* consultados. Para aumentar o número de ocorrências, seria preciso trabalhar com um montante bem maior de manuscritos, e para o recorte temporal priorizado nesta pesquisa, isso não foi possível.

<sup>83</sup> Os dados extraídos do *Corpus I* são apresentados nos Apêndices A e B, e os extraídos no *Corpus II*, nos Apêndices C e D.

Figura 6.1 – Taxa de realização do artigo definido diante de pronome possessivo pré-nominal nos *corpora*



Fonte: elaboração própria.

O índice de realização do artigo na totalidade das amostras, como esperado, é semelhante ao apresentado por cada *corpus* individualmente. Ao todo, foram selecionados 314 sintagmas possessivos, dos quais 201 foram precedidos pelo artigo definido, o que contabiliza 64% de realização desse determinante.

Os contextos de classificação testados nesta pesquisa foram aplicados a cada *corpus* isoladamente e à totalidade da amostra a fim de observar possíveis disparidades nos resultados. Constatou-se pouca variação entre os contextos identificados como estatisticamente relevantes para cada amostra separadamente e para os dados totais. Por isso, optou-se por descrever o comportamento das variáveis significativas para a amostra integral, as quais são listadas a seguir:

#### (6.23) Contextos estatisticamente relevantes para a totalidade dos dados

1. Possibilidade de contração da preposição;
2. Animacidade;
3. Pessoa do discurso;
4. Estatuto informacional;
5. Presença de modificadores no sintagma possessivo;
6. Tipologia documental;
7. Data de escrita;
8. Data de nascimento;
9. *Scriptor*.

Na descrição dos resultados, cada variável estatisticamente relevante foi cruzada com a data de nascimento dos *scriptores* a fim de verificar se os dados sugerem algum quadro de mudança. Nesse cruzamento, eliminaram-se os fatores com apenas um dado, uma vez que o interesse era observar a evolução do fenômeno através dos intervalos temporais considerados.

Na apresentação dos contextos significativos, os fatores são dispostos em ordem decrescente dos percentuais de realização do artigo. Cada tabela traz também o valor de qui-quadrado e o valor-p (ou o Fisher's p). A descrição está organizada em três blocos: aspectos relacionados à estrutura linguística, aspectos relacionados aos documentos e aspectos relacionados aos *scriptores*.

### 6.3.1 Aspectos relacionados à estrutura linguística

#### 6.3.1.1 Presença de artigo definido no sintagma possessivo e possibilidade de contração da preposição

O grupo *possibilidade de contração da preposição* aponta a relação entre a realização do artigo definido antes do pronome possessivo e o tipo de preposição que antecede esse pronome ou a ausência de preposição. Para tanto, esse contexto abrange três fatores: possessivos antecidos por preposição com a qual o artigo definido pode se contrair; possessivos antecidos por preposição que não permite a contração, e possessivos não antecidos por preposição, todos ilustrados abaixo:

#### (6.24) Sintagmas possessivos precedidos por preposição que aceita a contração

- a. “{...} cuja solicitação fez o *dito*| religioso a ella denunciante estando pouzado em **sua** ca|za hauerá seis *para* sette annos, querendo ella denuncian|te confessar se em **sua** caza por ter nella o *dito* religioso {...}” (M\_2);
- b. “{...} *que* sempre ouvi, *que* ha de render cada anno de quatro|centos mil reis *para* sima, tracta se com todo aceio, e decensia devida| ao **seu** estado, e com Cadeira, *que* he a carroage, *que* se practica nesta| Cidade.” (M\_7);
- c. “{...} o que não sucede asim| aos que vem de fora porque a estes se manda justi-|ficar o serem solteyros do **seo** natural {...}” (M\_22);
- d. “{...} a| buscar os remedios da Igreja, prinçipalmente no-| Convento dos Capuchinhos, e *que* por **seo** Confessor| chamado *Frei* Francisco Maria, ou Ama Deus hé a o-|brigara a vir dár esta denuncia.||” (M\_75).

## (6.25) Sintagmas possessivos precedidos por preposição que não aceita a contração

- a. “{...} com o qual tambem rogo a Vossas Senho= | rias Illustrissimas, que se sirvaõ de me par= | ticularizar entre os **seus** criados, impondo | muy frequentes preceitos a minha ode[d]iencia. ||” (D\_2)<sup>84</sup>;
- b. “{...} e não crê, porem sab[e] | pela tractarem, *que* he crioula criada com brancos, | e baptizada desde o **seo** nascimento declara enten[dimento], e juizo igual a capacidade das Pessoas de sua quallidade e cor; e em d[†]scargo de sua consciencia, e pe[la] obrigação *que* ignorava, [e] lhe fes saber o seo Confes|sor a vinha denunciar, sem r[a]zaõ de odio ou ma|licia {...}” (M\_39);
- c. “{...} e hé o *que* diçe ella Denunçiante em-| feé do *que* asinou com – o **seo** sinal costumado| {...}” (M\_75);
- d. “{...} estando com elle de porta| a dentro nesta Vila por des-avensas *que* tiveraõ a mandou *para* caza| de sua mãy, e o dito Padre se abzentou *para* a **sua** fazenda e deichando o dito Padre| a chave das cazas {...}” (M\_76).

## (6.26) Sintagmas possessivos não preposicionados

- a. “{...} a *que* | hé certo não auia de intentar, se dolozamente se ouuesse caza|do, e tiuesse certeza, de estar uiua **sua** primeira mulher {...}” (M\_1);
- b. “{...} brevidade, para com-a mesma remetter a Vossas Senhorias| esta inquiriçaõ, que por ser de prezo, se fas maes| attendivel a **sua** averiguação {...}” (M\_20);
- c. “{...} más *que* confessando s[†] ella Denunçiante lhe di|cera o **seo** Confessor, *que* sempre estava obrigada a de|nunciar ao Santo Officio {...}” (M\_39);
- d. “{...} entre| as quaes repreendendo a hũ pardo chamado Ioaõ Francisco| lhe respondeo logo a Denunçiada *que* [...] ninguem importava| a **sua** alma *que* fosse *para* o inferno, deste facto dá ella De|nunçiante por Testemunhas o *que* o prezençiarãõ {...}” (M\_82).

Os valores percentuais para os fatores do grupo *possibilidade de contração da preposição* são expostos na tabela 6.1:

<sup>84</sup> Para diferenciá-las dos dados extraídos do *Corpus I* (identificados com M\_ mais o número do manuscrito do qual foram retirados), as ocorrências do *Corpus II* são identificadas com D\_ mais o número do documento no qual foram localizadas, considerando a numeração adotada pela pesquisadora que fez a edição – Santos (sair).



Tabela 6.1 – Presença do artigo definido e possibilidade de contração da preposição

	Presença de artigo/ Subtotal	Subtotal/ Total
Preposição que não permite a contração	24/31 77,4%	31/314 9,9%
Ausência de preposição	74/103 71,8%	103/314 32,8%
Preposição que permite a contração	103/180 57,2%	180/314 57,3%
		$X^2=8.764$ , $p=0.012$

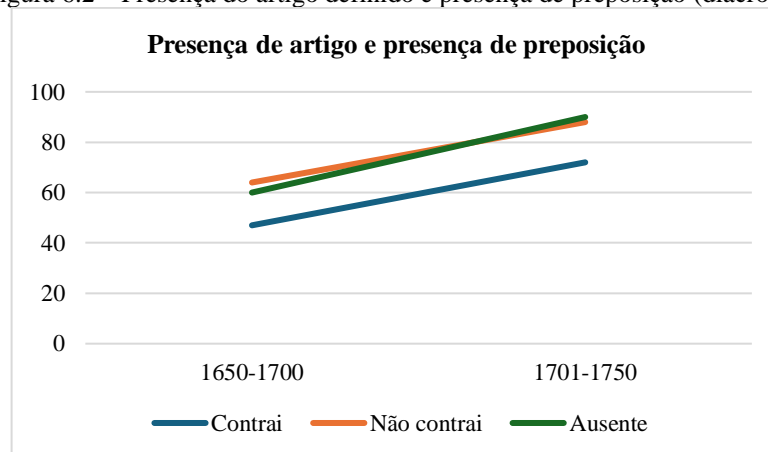
Fonte: elaboração própria.

O artigo definido foi mais realizado nos sintagmas possessivos antecidos por preposições com as quais o artigo não pode se contrair. Nos *corpora*, essas preposições foram *com* (16 ocorrências); *para* (9 ocorrências); *entre* (2 ocorrências), e *até*, *desde*, *contra* e *sobre*, com uma ocorrência cada uma<sup>85</sup>.

Os contextos sem preposição também apresentam percentual elevado de realização do artigo (71,8%), ultrapassando, inclusive, os contextos com preposição passível de contração. Este último abrange a maior parte dos dados (57,3%), mas apresenta a menor taxa de marcação do artigo definido (57,2%). Dentre as preposições com as quais o artigo pode se contrair, *de* exibe a maior produtividade, com 113 registros, em seguida têm-se *em* (35 ocorrências) e *a* (17 ocorrências) e, por último, *por* (15 ocorrências).

Os resultados do grupo *possibilidade de contração da preposição* observados em relação à *data de nascimento* dos *scriptores* são apresentados no gráfico abaixo:

Figura 6.2 – Presença do artigo definido e presença de preposição (diacronia)



Fonte: elaboração própria.

<sup>85</sup> Não se apresentam os percentuais de realização do artigo por preposição identificada nos *corpora* porque esse não foi um contexto com relevância estatística.

Os três fatores exibem um aumento na realização do artigo definido entre os séculos 17 e 18. Nos dois intervalos temporais considerados, a presença do artigo foi menor quando o pronome possessivo foi precedido por uma preposição que aceita a contração. Na primeira metade do século 18, o percentual de marcação do artigo foi praticamente o mesmo com preposições que não se contraem com o artigo e nos contextos em que não há preposição.

### 6.3.1.2 Presença de artigo definido no sintagma possessivo e animacidade do elemento possuído

Para o grupo *animacidade*, só foi possível comparar os fatores *inanimado* e *animado humano*. Sintagma possessivo em contexto de variação do artigo definido com núcleo representado por nome com referente animado não humano não ocorreu nos *corpora*:

#### (6.27) Sintagmas possessivos com referentes inanimados

- a. “Acompanha esta a Lista dos Familiares que| ao presente [e]xistem vivos nesta cidade, e suas anexas, e tem até gora apresentado as| **suas** Cartas de Familiares, com todas as de|clarações {...}” (M\_42);
- b. “Gastey nesta deligencia| hum dia, sem sahir de| **minha** morada.” (M\_49);
- c. “{...} me m[...]|n|dou entregar Frei Prudente do Sacramento Re|ligiozo de boa nota Frade Capucho desta Pro|vincia assistente no **Seu** Covento que tem Sito| na mesma villa.” (M\_52);
- d. “{...} o Denunciado costumava for-|mar em **sua** propria caza huã collegiada fazendo çe Pontifi-çe e os mais Socios Cardeaes, e Bispos dando o Denunciado a to-|dos, e a cada hũ depe[rsy] os seos títulos {...}” (M\_77).

#### (6.28) Sintagmas possessivos com referentes animados humanos

- a. “{...} que com a certeza de haver| o dito Manoel Soares cazado segunda vês neste Arce=|bispado, sendo viua **sua** primeyra mulher no Bispa-|do do Rio de Ianeyro {...}” (M\_24);
- b. “Nos pa|peis que achey, por obito de **meo** companheyro| o Reverendo chantre Ioaõ Calmon, foraõ huñs man-|dados de prizaõ de varias pessoas {...}” (M\_31);
- c. “{...} como por se livrar da practi|ca lhe respondera que já cria [e] era ella Denuncia|nte e a mesma lhe dicera **sua** Irmãã, que na Den|unciada ficava o mesmo erro ou duvida {...}” (M\_39);
- d. “{...} nomeando pára Cirurgioens Luiz da Gama,| e Manoel Nunes Guerra, e juntamente fazendo aos **seos** collegas| bejar lhe o pé quando entrava algũ, e entaõ mandando-o levantar| hé lhes dava a cada hũ o seo titulo.” (M\_77).

Os resultados para o grupo *animacidade* foram estes:

Tabela 6.2 – Presença do artigo definido e animacidade do núcleo do sintagma possessivo

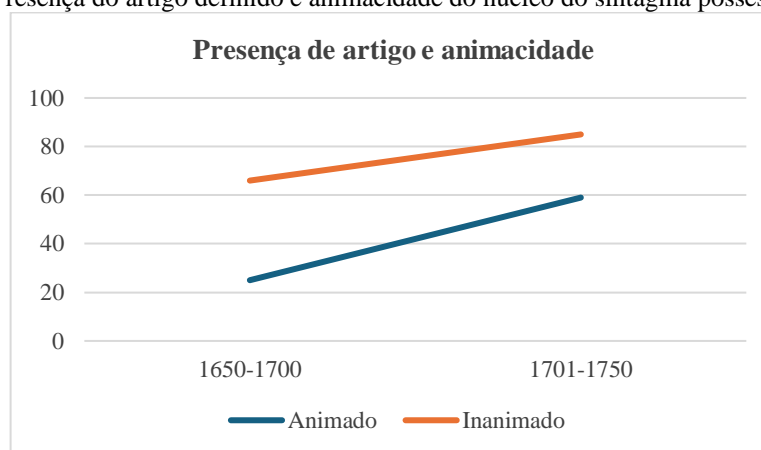
	Presença de artigo/ Subtotal	Subtotal/ Total
Inanimado	170/227 74,9%	227/314 72,3%
Animado humano	31/87 35,6%	87/314 27,7%
$X^2=40.391, p=0.000$		

Fonte: elaboração própria.

Para esse grupo de fatores, os valores percentuais destacam uma diferença nítida entre a realização do artigo com referentes animado humano e inanimado, sendo a presença do artigo com os últimos duas vezes maior do que com os primeiros. Esse resultado confirma o que tem sido observado em muitos estudos sobre a marcação do artigo definido no sintagma possessivo, tanto em amostras do PB quanto em dados do PE. No geral, os nomes com referente animado humano têm se mostrado o contexto mais resistente à implementação do artigo definido.

Quando os resultados do grupo *animacidade* são observados em relação à *data de nascimento* dos *scriptores*, nota-se que tanto os nomes com referente animado humano quanto os nomes com referente inanimado fazem crescer a taxa de uso do artigo ao longo do tempo:

Figura 6.3 – Presença do artigo definido e animacidade do núcleo do sintagma possessivo (diacronia)



Fonte: elaboração própria.

Embora os dois fatores elevem a taxa de uso do artigo diacronicamente, com os nomes com referente inanimado a taxa de uso do artigo é nitidamente maior nos dois períodos.

### 6.3.1.3 Presença de artigo definido no sintagma possessivo e estatuto informacional

Em um primeiro momento, a ideia foi diferenciar três fatores para o grupo *estatuto informacional*: *dado*, *novo* e *acessível*. Contudo, no curso de classificação das ocorrências, constatou-se que, em sintagmas possessivos, não havia elementos totalmente novos na base de dados.

Na classificação desse contexto, consideraram-se as definições que Götze *et al.* (2007) oferecem para os estatutos *dado*, *novo* e *acessível* de um referente, respectivamente: “The expression has an explicitly mentioned antecedent in the previous discourse<sup>86</sup>” (Götze *et al.*, 2007, p. 153), “The referent is new to the hearer and to the discourse<sup>87</sup>.” (Götze *et al.*, 2007, p. 160) e “The referent of the expression has not been mentioned, but is accessible via some kind of relational information, the situative context, or the assumed world knowledge of the hearer<sup>88</sup>.” (Götze *et al.*, 2007, p. 157).

Partindo do que propõem Götze *et al.* (2007), verificou-se que os referentes dos nomes núcleos dos sintagmas possessivos, isto é, os referentes dos elementos possuídos, quando não eram *dados* e estavam apenas sendo reinseridos no discurso, tinham relação com algum elemento já referido no contexto anterior, circunstância que estimula sua classificação como *acessível*. Dessa forma, referentes *novos* não foram identificados.

A seguir, alguns exemplos de constituintes com referentes com estatuto *acessível*:

#### (6.29) Constituintes com referentes com estatuto *acessível*

a. “Com est[a] remetto á *Vossas Senhorias* | ás listas com a informa-|ção que achei das pes[†]as *que* | nellas Se declaraõ, e me fica | á de Niculao Viegas de | Proença, que pela *muita* antigui-|dade não achei ainda quem | me desse informação, ou *noticia* alguma | [de **seu** Avo materno George | da Costa Soares] { ... }” (M\_59);

b. “Remetto á *Vossas Senhorias* o traslado | da Culpa *que* rezultou contra Manoel Alves Delgado, | a qual mandou [áo **meu** Prelado d[e]sta Bahia] | o Reverendo Antonio Soares Barbosa Visitador | em o anno passado naquelle destrit[†] da villa | do Penedo Bispa do de Pernambuco” (M\_64).

Em (6.29a), o referente de “avo” está acessível por sua relação com “Niculao Viegas de Proença”. Trata-se, no contexto, do avô de Nicolau. Já em (6.29b), o Prelado em questão é o Prelado do próprio *scriptor*, o Comissário João de Oliveira Guimarães, representado pelo pronome “Eu”, sujeito oculto da forma verbal “Remetto”.

<sup>86</sup> A expressão tem um antecedente explicitamente mencionado no discurso anterior. [tradução nossa]

<sup>87</sup> O referente é novo para o ouvinte e para o discurso. [tradução nossa]

<sup>88</sup> O referente da expressão não foi mencionado, mas é acessível por meio de alguma informação relacional, pelo contexto situacional ou pelo conhecimento de mundo presumido do ouvinte. [tradução nossa]

Para visualização de constituintes com referentes classificados como *dado*, considere-se o que segue:

(6.30) Constituintes com referentes com estatuto *dado*

a. “{...} e como filho da Igreja se acuzava, e denunciava de [sy] mesmo, de estar| cazado segunda vez nesta cidade, com Francisca de Barros| da cunha, sendo viua sua *primeira* mulher Maria Marques| na cidade de Vizeu, cuja culpa elle denunciante commetteu sem malicia por ignorar *que* era viua [sua primeira mulher] {...}.” (M\_1);

b. “{...} cuja solicitação fez o dito| religioso a ella denunciante estando pouzado em sua casa|za hauerá seis para sette annos, querendo ella denunciante confessar se [em sua casa] por ter nella o dito religioso {...}” (M\_2).

No exemplo (6.30a), “mulher” no constituinte entre colchetes retoma um referente já inserido no contexto, isto é, está dado. Em (6.30b), a ocorrência de “casa” no sintagma destacado também já foi explicitamente citada no contexto anterior e, portanto, é dada.

Os resultados da distribuição do artigo definido entre referentes *dados* e *acessíveis* foram estes:

Tabela 6.3 – Presença do artigo definido e estatuto informacional

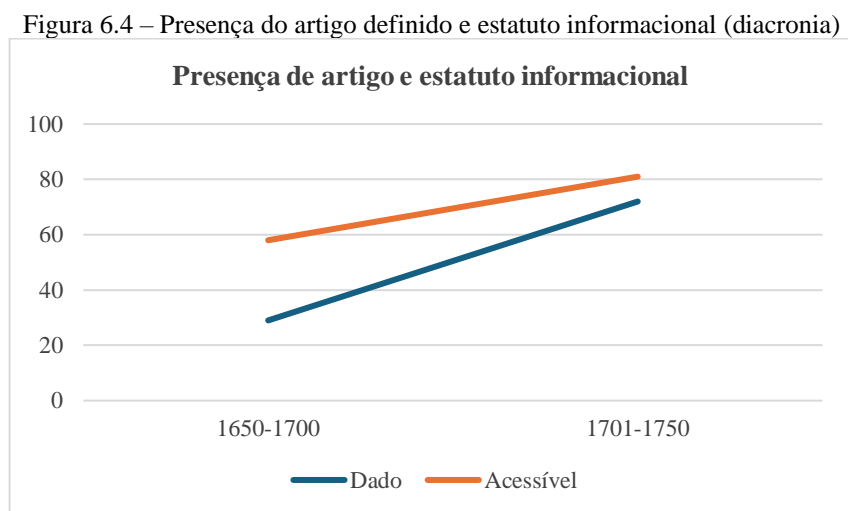
	Presença de artigo/ Subtotal	Subtotal/ Total
Acessível	178/262 67,9%	262/314 83,4%
Dado	23/52 44,2%	52/314 16,6%
		$X^2=9.582, p=0.002$

Fonte: elaboração própria.

Há diferenças significativas na quantidade de dados e na realização do artigo definido com cada fator. Sintagmas possessivos com referentes acessíveis são mais de 80% dos dados analisados e realizam o artigo em 67,9% das ocorrências. Por outro lado, os constituintes com referentes dados realizam o artigo em apenas 44,2% dos casos.

A retomada de um elemento no contexto linguístico poderia lhe conferir maior saliência discursiva, impulsionando a realização do artigo definido com elementos classificados como dado. Porém, não foi esse o comportamento observado nos *corpora*. A relação que o possessivo estabelece entre o elemento possuído e o possuidor, conferindo o estatuto de acessível àquele, foi mais determinante para a realização do artigo definido diante de possessivo nos *corpora* consultados.

No eixo temporal, a variável *estatuto informacional* tem a disposição ilustrada na figura 6.4:



Fonte: elaboração própria.

A marcação do artigo cresce com sintagmas *acessíveis* e *dados* no curso do tempo, mas nos dois intervalos considerados, a presença do artigo é superior em sintagmas com estatuto de *acessível*.

#### 6.3.1.4 Presença de artigo definido no sintagma possessivo e presença de modificadores

Para o grupo *presença de modificadores*, a distribuição dos dados por fator foi bastante irregular. A maioria dos dados, 72,9% do total, não apresenta nenhum tipo de modificação. E, entre os modificadores dos sintagmas possessivos, há predomínio de adjuntos adnominais:

Tabela 6.4 – Presença do artigo definido em constituintes com e sem modificadores

	Presença de artigo/ Subtotal	Subtotal/ Total
Oração restritiva	6/8 75%	8/314 2,5%
Adjunto adnominal	34/50 68%	50/314 15,9%
Sem modificação	152/229 66,4%	229/314 72,9%
Oração explicativa	3/5 60%	5/314 1,6%
Aposto	6/22 27,3%	22/314 7%

$X^2=14.245$ , Fisher's  $p=0.004$

Fonte: elaboração própria.

A modificação por oração restritiva é o fator que mais estimula a realização do artigo definido no sintagma possessivo. Dos oito dados com esse tipo de modificação, seis apresentaram o artigo:

(6.31) Constituintes modificados por orações restritivas

- a. “{...} e commettendo a mesma diligensia ao *Reverendo Vigario della*, *que* he| o Padre Pedro Barboza Gondim, este a fes na forma, *que* se| le na **sua** imformasaõ, *que* remetto, e ha poucos dias recebi {...}” (M\_7);
- b. “{...} que com a certeza de haver| o dito Manoel Soares cazado segunda vês neste Arce|=bispado, sendo viua sua primeyra mulher no Bispa|-do do Rio de Ianeyro, como me constou da certidaõ| do **seo** recebimento, que remetti {...}” (M\_24);
- c. “Todas as sobre|didas Cartas, nam obstante a minha molestia,| foraõ por mim lidas, examinadas, e lança|das pela minha propria mão, e tirada a| **sua** copia que remetto. Deos a *Vossas Senhorias* guarde| como a sua Igreja há mister.” (M\_42);
- d. “{...} a| buscar os remedios da Igreja, prinçipalmente no-| Convento dos Capuchinhos, e *que* por **seo** Confessor| chamado *Frei Francisco Maria*, ou Ama Deus hé a o-|brigara a vir dár esta denuncia.||” (M\_75).

Modificação por adjunto adnominal é o segundo fator que mais estimula a realização do artigo definido, com 68% de marcação desse determinante:

(6.32) Constituintes modificados por adjuntos adnominais

- a. “Todas as sobre|didas Cartas, nam obstante a minha molestia,| foraõ por mim lidas, examinadas, e lança|das pela **minha** propria mão, e tirada a| sua copia que remetto.” (M\_42);
- b. “Acompanha esta a Lista dos Familiares que| ao presente [e]xistem vivos nesta cidade, e su|as anexas, e tem athé gora apresentado as| **suas** Cartas de Familiares, com todas as de|clarações {...}” (M\_42);
- c. “{...} huã das pessoas a *quem* o tinha dito| foi a *Antoni*[...] da Costa homem cazado *que* vive do **seo** officio de| marçineyro de idade *que* diçe ter trinta e seis anos {...}” (M\_83);
- d. “{...} o diçe tambem a Iozé Carvalho| homem cazado e *morador* as portas do Carmo freguezia da Seé *que* vive| do **seo** officio de serralheyro presente hũ seo official chamado *Domingos*| *Martins* Calçado {...}” (M\_83).

O artigo definido foi mais realizado em constituintes sem modificação do que em dados modificados por oração explicativa ou aposto. 152 dos 229 sintagmas possessivos sem modificação apresentam o artigo definido, o que corresponde a 66,4% de realização:

(6.33) Constituintes sem modificadores

- a. “{...} o *que* foi a mesma verdade *pelo que* tam|bem experimentei, e sem duvida se apartaria no estado de menina| com **seus** Pais pasando dessa freguezia *para* a de São Pedro da Moriti-|ba {...}” (M\_7);
- b. “{...} brevidade, para com-a mesma remetter a *Vossas Senhorias*| esta inquiriçaõ, que por ser de prezo, se fas maes| attendivel a **sua** averiguação {...}” (M\_20);
- c. “{...} remetto a *Vossas Senhorias*, todas as diligencias| judiciais, e extrajudiciais, que me foraõ coñettidas; sem que| em **minha** mão pare papel algũ.||” (M\_25);
- d. “{...} e só ter noticia certa| de ser o pay da dita Maria Dias de Souza chamado Gaspar| Rodrigues Adorno, por o ouvir diser a **meu** pay *que* era natural| da mesma Cachoeira.” (M\_69).

Sintagmas possessivos modificados por *orações explicativas* foram os menos recorrentes nos *corpora*, com cinco dados apenas, três deles precedidos por artigo definido:

(6.34) Constituintes modificados por oração explicativa

- a. “{...} e *que* he *natural* dessa freguesia de São Pedro da Moritiba, ed[...]| re[s]ultar da **sua** imformasaõ, *que* a haverá de pessoas da *qualidade* referid[...]| e apontada na mesma Lista {...}” (M\_6);
- b. “{...} por descargo de sua consciencia disse que vinha denvnciar de **seu** pai Francis | co cardozo o qual sendo cazado com sua mai Anna da Conceicaõ moradora | na dita Alagoa e sendo e estando ella viva se cazou segunda ves {...}” (D\_20);
- c. “{...} poderá ter | mais noticias das habitaçoens dos culpados, e meyo *para* as **suas** prizoens, em *que* também | ponho toda a deligencia fazendo a que cabe no possivel. ||” (D\_45);
- d. “{...} pello *Dezembargador* Juiz Conservador, pessoa| de boa vida, e costumez, poez hé cazado, fazendo boa| armonia, com **sua** *mulher* com quem vive de portas adentro {...}” (M\_49);
- e. “{...} *que* tambem diçe que o referido *Frei*| Manoel da Resurreiçam estimava em muito ao *dito*| preto, e *que* este era o seu oraculo pára todas as ac,|çoens *que* intentava, e de tanta forma *que* nunca o lar-|gava da **sua** sela, onde inda de presente o conservava|{...}” (M\_73).



Constituintes modificados por aposto, como ilustrado em (6.35), é o fator que menos realiza o artigo definido antes de pronome possessivo. Em apenas 6 dos 22 dados desse tipo, o artigo está presente, o que corresponde a 27,3% de realização desse determinante:

(6.35) Constituintes modificados por aposto

a. “{...} apareceu| presente urbano Cardozo de Amaral morador nesta| mesma cidade, [...] por elle foy dito em minha presença| *que* elle por descargo de sua consciencia, e como filho da Igreja se acuzava, e denunciava de [sy] mesmo, de estar| cazado segunda ues nesta cidade, com Francisca de barros| da cunha, sendo uiua **sua primeira** mulher Maria Marques| na cidade de Vizeu {...}” (M\_1);

b. “{...} alem de outras| de que me encarreguey por impedimento de **meo**| Companheyro o Reverendo Chantre Ioaõ Calmon.||” (M\_21);

c. “{...} não achey ainda quem| me desse informação, ou noticia alguma| de **seu** Avo materno George| da Costa Soares, nem nos livros| ou assentos dos baptizamentos antigos| feytos na Freguezia da Sé desta Cidade| {...}” (M\_59);

d. “{...} não diçesse a pessoa alguã, o *que* fêz ella Denun-çiante, e somente o diçe ao **seu** Confessor Frei Francisco| Maria, o[...] Ama Deus religioso Capuchinho no Con-vento de Nossa Senhora da Piedade desta Çidade||” (M\_75).

Observando o comportamento destoante do *aposto* frente aos demais modificadores, realizou-se um segundo teste, amalgamando os fatores em *modificação por aposto, sem modificação e demais tipos de modificação*<sup>89</sup>. Os resultados foram estes:

Tabela 6.5 – Presença do artigo definido e modificação do sintagma possessivo

	Presença de artigo/ Subtotal	Subtotal/ Total
Demais modificadores	43/63 68,3%	63/314 20,1%
Sem modificação	152/229 66,4%	229/314 72,9%
Aposto	6/22 27,3%	22/314 7%

$X^2=13.938, p=0.001$

Fonte: elaboração própria.

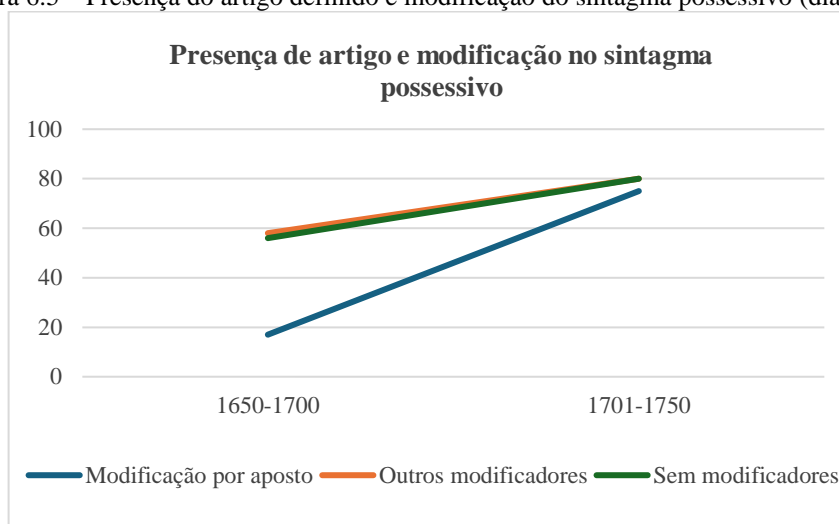
A presença do artigo definido é significativamente bloqueada em constituintes modificados por aposto. Todos os apostos identificados como modificadores do nome núcleo do sintagma possessivo são do tipo designativo, como se confere na listagem em (6.35). Os nomes designativos, nesses registros, são relacionais (nomes que remontam a relações

<sup>89</sup> Foi realizado, ainda, um teste opondo apenas os fatores constituintes com modificadores e constituintes sem modificadores, mas o resultado não foi estatisticamente relevante.

humanas, como os nomes de parentesco) ou próprios. A influência de nomes desse tipo para a realização ou omissão do artigo também foi evidenciada para a variável *animacidade*. Como discutido na subseção 6.3.1.2, nomes com referente animado humano desfavorecem a realização do artigo definido antes de pronome possessivo.

A partir da amalgamação dos dados apresentada na tabela 6.5, os resultados do grupo *presença de modificadores* foram cruzados com a *data de nascimento* dos *scriptores*:

Figura 6.5 – Presença do artigo definido e modificação do sintagma possessivo (diacronia)



Fonte: elaboração própria.

Todos os fatores fazem crescer a presença do artigo definido no curso do tempo, mas essa elevação é acentuada nos sintagmas modificados por aposto. Nesses, a realização do artigo foi bem reduzida na segunda metade do século 17 e se amplia substancialmente na primeira metade do século seguinte, aproximando-se dos percentuais exibidos pelos constituintes sem modificação e com outros tipos de modificação. Em sintagmas modificados por *adjuntos adnominais* e *orações relativas* e em constituintes sem modificação, quando se separam os dados por intervalos de meio século, os percentuais de realização do artigo são praticamente os mesmos nos dois períodos considerados, sugerindo que não há diferença para a marcação do artigo definido o sintagma possessivo ser modificado por algum elemento que não um aposto ou não ter nenhum tipo de modificação.

#### 6.3.1.5 Presença de artigo definido no sintagma possessivo e pessoa do discurso

Os dados tiveram uma distribuição pouco equilibrada entre os fatores do grupo *pessoa do discurso*. As taxas de realização do artigo em relação a esse contexto foram as que seguem:

Tabela 6.6 – Presença do artigo definido e pessoa do discurso

	Presença de artigo/ Subtotal	Subtotal/ Total
Terceira do plural	39/47 83%	47/314 15%
Primeira do plural	3/4 75%	4/314 1,3%
Primeira do singular	29/39 74,4 %	39/314 12,4%
Segunda do singular	3/5 60%	5/314 1,6%
Terceira do singular	125/215 58,1%	215/314 68,5%
Segunda do plural	2/4 50%	4/314 1,3%

$X^2=12.956$ , Fisher's  $p=0.007$

Fonte: elaboração própria.

*Pronomes de terceira pessoa do plural*, exemplificados a seguir, representam 15% do total dos dados analisados e são os que mais realizam o artigo definido, com 83% de presença desse determinante:

(6.36) Pronomes possessivos de terceira pessoa do plural

- a. “{...} menos as duas listas de| Antonio dos Santos Villas boas, e Manoel Machado| Carmona que não couberaõ no tempo a **sua** averi=|guaçaõ {...} (M\_22);
- b. “{...} o que não sucede asim| aos que vem de fora porque a estes se manda justi-|ficar o serem solteyros do **seo** natural {...} (M\_22);
- c. “Com esta remetto as diligencias, que constaõ| da lista junta: alguãs ficaõ por concluir; porem naõ| coube em tempo taõ breve a **sua** expediçaõ, sem embargo| de lhe aplicar os meyos necessarios, por serem de partes| muito remotas a mayor porssaõ dellas.||” (M\_27);
- d. “*Vossas Senhorias se sirv[aõ]*| ordenar me, se devo vzar delles, no cazo de ter| noticia dos Reos, e certeza das **suas** pessoas.||” (M\_31).

A segunda maior taxa de realização do artigo definido em relação à *pessoa do discurso* foi a dos *pronomes de primeira pessoa do plural*, que marcam o artigo em 75% das ocorrências, embora só representem 1,3% do total dos dados analisados, com apenas quatro ocorrências:

(6.37) Pronomes possessivos de primeira pessoa do plural

- a. “{...} das quais propoziçoiñs por escandalozas| malsoantes e pouco solidas, na uerdade da **nossa** santa fe, et| no rigor da [V]eologia se escandalizaraõ **muito** os circunstan|tes {...}” (M\_3);

b. “Consta, e he notorio nesta| Cidade, que aos ditos familiares se não guardaõ os privilegios que| pelos **Nossos** Monarchas lhes Saõ Concedidos, e outorgados {...}” (D\_16);

c. “{...} a reconhecia por verdadeira, em *que* só cria, negando todos os misterios | Os misterios principaes de **nossa** santa Fé catholica publicamente ||” (D\_50);

d. “Denunçia mais *que* tudo julga ell[...] Denunçiante ser feito| em despre[z]o da **nossa** Santa Feé por ser o Denunçiado neto ma-|terno de hũ fulano de Azevedo {...}” (M\_77).

*Pronomes de primeira pessoa do singular* marcam o artigo em 74,4% das ocorrências, exibindo, com esse número, a terceira maior taxa de uso desse determinante:

#### (6.38) Pronomes possessivos de primeira pessoa do singular

a. “Gastey nesta deligencia| hum dia, sem sahir de| **minha** morada.” (M\_49);

b. “{...} alem de outras| de que me encarreguey por impedimento de **meo**| Companheyro o Reverendo Chantre Ioaõ Calmon.||” (M\_21);

c. “{...} e se necessitar de pessoas antigas, *que*| as não ha: e saõ as diligencias que paraõ na **minha**| maõ Remetto taõbem os termos de juramento| {...} (M\_26);

d. “{...} tirou| o Padre Ioaõ Mendes allí vigario geral e Encomen-|dado na *ditta* Igreja do Caso *que* nella se declara;| os quais papeis me entregou o **meu** Prelado| desta Bahia para os remetter a esse Tribunal {...} (M\_66).

*Pronomes possessivos de segunda pessoa do singular* ocorreram apenas cinco vezes e exibiram 60% de presença do artigo definido:

#### (6.39) Pronomes possessivos de segunda pessoa do singular

a. “Por serviço do mesmo *Santo* Tribunal rogo a *Vossa merce* seja servido eu [...] a brevidade possivel imforma sse sobre todo o contheudo na mesma Lista copid[...] e principalmente a resposta da qualidade de Roza Maria do Nascimento Ma[...] do habilitando e *que* he *natural* dessa freguesia de São Pedro da Moritiba, ed[...] re[s]ultar da **sua** imformasaõ, *que* a haverá de pessoas da qualidade referid[...] e apontada na mesma Lista, o expenderá na meia folha seguinte {...}” (M\_5);

b. “Antonio Velho Maciel, familiar do *santo* officio,| notifique da parte do mesmo Tribunal a Leonor| Bernal de Miranda {...} para que se embarque para a Cidade de Lisboa {...} e de como fes esta notificação em **sua** propria| pessoa, passará Certidaõ ao pé desta do dia| mes, e Anno, em *que* fes esta diligencia {...}” (M\_18);

c. “O Capitaõ Thomas de Payva Rola familiar do Sancto Officio, notifique | a Manoel Furtado Orobio {...} pera que se embarque nesta pre- | zente frota que ha de partir pera

a Cidade de Lisboa {...} e de como assim o notificou em **sua** propria pes- | soa passará certidãõ ao pé desta.” (D\_29);

d. “Fico sciente no *que Vossa merce* | dis a respeito do que lhe pedi, fico  *muito* | Satisfeito com a **sua** resposta, de- | zejando *que* tenha perfeitiscima saude | *para* me dar occasioẽns do seo serviço. ||” (D\_58).

e. “Fico sciente no *que Vossa merce* | dis a respeito do que lhe pedi, fico  *muito* | Satisfeito com a sua resposta, de- | zejando *que* tenha perfeitiscima saude | *para* me dar occasioẽns do **seo** serviço. ||” (D\_58).

O dado em (6.39a) foi extraído de um documento escrito pelo Comissário Antônio da Costa de Andrada, destinado a Pedro Barboza Gondim, vigário da freguesia de São Pedro da Muritiba. No manuscrito, o Comissário solicita que o vigário levante as informações contidas em uma lista que lhe enviou e que responda com os dados que conseguir. Um olhar inicial poderia sugerir que o pronome “seu” faz referência a Roza Maria do Nascimento e, portanto, seria de terceira pessoa. Contudo, a interpretação feita aqui é que se trata da informação que o vigário Pedro Barboza Gondim, o interlocutor do Comissário, fará a partir da consulta a pessoas cujos perfis também estão informados na lista que Antônio da Costa de Andrada lhe enviou. O pronome, sob essa ótica, faz referência ao destinatário, ou seja, é de segunda pessoa. Nas outras quatro ocorrências de pronomes de segunda pessoa do singular, a identificação do referente do pronome é mais direta.

*Pronomes possessivos de terceira pessoa do singular* foram os mais frequentes nos *corpora*, 68,5% dos 314 dados computados, mas apresentam o segundo menor percentual de realização do artigo definido, estando esse determinante presente em 58,1% das ocorrências:

#### (6.40) Pronomes possessivos de terceira pessoa do singular

a. “{...} e *que* he capax| de ser encarregado de negocios de importansia, e segredo, e de ser|vir ao Tribunal do Santo Officio no cargo de Commissario| e *quanto* a perseveransa do bom procedimento do habilitando para com os-| **seus** Parochianos na dita sua freguezia, me informaraõ as pessoas| seguintes||” (M\_7);

b. “{...} que com a certeza de haver| o dito Manoel Soares cazado segunda vês neste Arce=|bispado, sendo viua **sua** primeyra mulher no Bispa-|do do Rio de Ianeyro, como me constou da certidãõ| do seo recebimento, que remetti: {...}” (M\_24);

c. “{...} por depender do depoimento do *Padre Frei*| Francisco Xavier da Conceyção Frigueyros *que* se acha auzente| pelos Certoẽs e se espera brevemente se ache presente *para* a| celebração do **seu** capitolo {...}” (M\_35);

d. “{...} apareço perante| mim Paula Teixeira mulher parda cazada com| Ioaõ Gomes Gonsalves que vive de **suas** lavouras moradora| em São Pedro da Marotiba Comarca {...}” (M\_75).

Assim como os *possessivos de primeira do plural*, os *possessivos de segunda pessoa do plural* representam 1,3% dos dados computados, mas estes, aparentemente, têm um comportamento diferente daqueles em relação à sua combinação com o artigo definido, já que realizam esse determinante em apenas metade dos casos:

#### (6.41) Pronomes possessivos de segunda pessoa do plural

a. “{...} portanto favor, com hum ardentissimo affe= | cto: com o qual tambem rogo a Vossas Senho= | rias Illustrissimas, que se sirvaõ de me par= | ticularizar entre os **seus** criados, impondo | muy frequentes preceitos a minha ode[d]iencia. ||” (D\_2);

b. “Destá, e de outras deligencias *que* agora remeto, vay a lista incluza, | e hyrei continuando com as que ficaõ, *para* que possaõ hyr nas primeiras [embarçoens] | *que* daqui partirem, e em todo o tempo me teraõ Vossas senhorias a **seos** pes, com a mais prompta | obediencia.” (D\_36);

c. “{...} e como senaõ offereca couza de *que* possa dar parte a Vossas senhorias | fico a **seos** pes com os mayores rendimentos da minha obediencia.” (D\_38);

d. “{...} e de joelhos pedia perdaõ aos Muito Illustres | Senhor[es] Inquizidores, pezando lhe de todo o coraçãõ de ter cometidos taõ in[...]me cul | pas, esperando da **sua** piedade se hajaõ com comizeraçaõ, sugeitandos se a toda pe | nite[n]cia *que* forem servidos impor lhe {...}” (D\_56).

Nos dados (6.41a-c), é nítida a referência do pronome possessivo destacado a “vossas senhorias”, que no contexto é a pessoa com quem se fala, mais especificamente, os oficiais da Mesa Inquisidora em Lisboa. Em (6.41d), a referência é a mesma, mas a associação do possessivo ao possuidor não é tão direta, porque o Comissário, nesse caso, se reporta aos oficiais da Mesa em terceira pessoa.

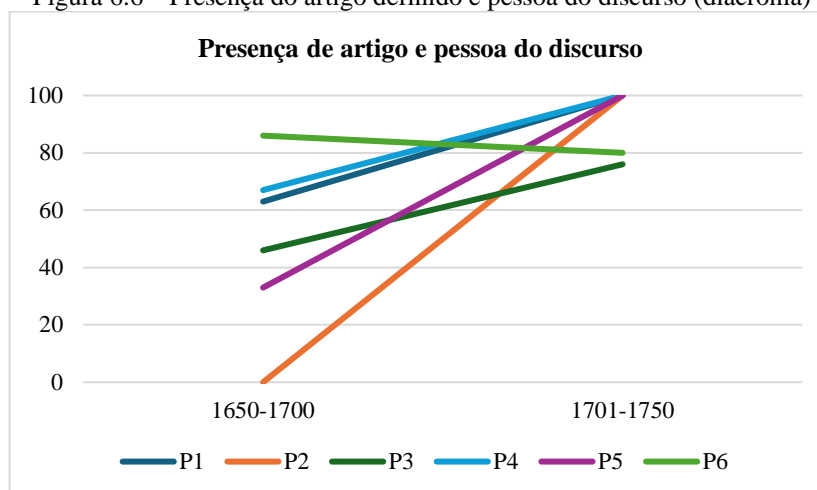
Quando observado em uma dimensão diacrônica, os resultados do grupo *pessoa do discurso* são os seguintes<sup>90</sup>:

---

<sup>90</sup> LEGENDA DO GRÁFICO:

P1: possessivo de primeira pessoa do singular  
 P2: possessivo de segunda pessoa do singular  
 P3: possessivo de terceira pessoa do singular  
 P4: possessivo de primeira pessoa do plural  
 P5: possessivo de segunda pessoa do plural  
 P6: possessivo de terceira pessoa do plural

Figura 6.6 – Presença do artigo definido e pessoa do discurso (diacronia)



Fonte: elaboração própria.

Com pronomes de P1, P2, P3, P4 e P5, há ampliação no uso do artigo no eixo temporal. Quatro pronomes exibiram uso categórico do artigo na primeira metade do século 18, mas só para os pronomes de primeira pessoa do singular esse resultado é informativo, já que esse fator conta com 12 dados nos manuscritos desse período. Pronomes de segunda pessoa do singular têm apenas três dados em textos de *scriptores* nascidos no século 18; já pronomes de primeira e segunda pessoa do plural têm um dado cada.

Os pronomes de terceira pessoa do plural apresentam um decréscimo discreto no uso do artigo. No primeiro intervalo, esses pronomes realizam o artigo em 86% dos casos; no século 18, esse percentual é de 80%.

### 6.3.2 Aspectos relacionados aos documentos

#### 6.3.2.1 Presença de artigo definido no sintagma possessivo por tipologia documental

Os resultados desse grupo mostram que há diferenças significativas na frequência de realização do artigo definido antes de pronome possessivo quando se considera o tipo documental do manuscrito:

Tabela 6.7 – Presença do artigo definido por tipologia documental

	Presença de artigo/ Subtotal	Subtotal/ Total
Certificado de ausência justificada	2/2 100%	2/314 0,6%
Mandado de reconhecimento	1/1 100%	1/314 0,3%
Carta de informe	31/41 75,6%	41/314 13,1%
Carta de remessa	75/105 71,4%	105/314 33,4%
Depoimento reportado de denúncia	65/96 67,7%	96/314 30,6%
Atestado de desempenho de função	5/8 62,5%	8/314 2,5%
Depoimento reportado de confissão	9/20 45%	20/314 6,4%
Informe para habilitação	10/26 38,5%	26/314 8,3%
Certificado de consulta de livros	3/11 27,3%	11/314 3,5%
Mandado de notificação	0/2 0%	2/314 0,6%
Relação de diligências	0/2 0%	2/314 0,6%

$X^2=31.231$ , Fisher's  $p=0.001$

Fonte: elaboração própria.

Dois tipos documentais – *certificado de ausência justificada* e *mandado de reconhecimento* – exibiram marcação categórica do artigo definido antes de pronome possessivo. Porém, a quantidade limitada de dados desses fatores não permite que se associe a frequência de realização do artigo ao tipo de documento.

(6.42) Sintagmas possessivos em *certificado de ausência justificada*

a. “Ioaõ Calmon chantre da Sé da *Bahya* Commissario do *santo* officio, certifico<↑>, que Antonio Affonso | da Costa testemunha *que* havia ser repreguntada, hé morador na Villa de Iaguaripe, e | me consta *que* está *muíto* enfermo com [to]nturas de azogue, e impossibilitado a vir a esta *Cidade* | nem ainda a *que* se lhe possa tomar o *seo* depoimento por estar mal, como me fez *prezente* pessoa | fidedigna a *quem* recomendei esta deligencia {...}” (D\_40);

b. “{...} de saber onde moravaõ e existiaõ asim a sobre- | dita pessoa, como as duas mais *que* vaõ preguntadas, a saber Domingos da Costa Maciel e Pedro | Pedro Ribeyro da Fonseca *que* per estarem bons logo vieraõ a minha presença | *que* tambem me certificaraõ a incapacidade e impossibilidade com *que* se achava | o sobredito Antonio



Affonso da Costa, por cuja cauza não se lhe tirou o **seo** juramento; e de como assim passa na verdade fis esta de minha letra e sinal.” (D\_40).

(6.43) Sintagma possessivo em *mandado de reconhecimento*

a. “{...} e *que* he *natural* dessa freguesia de São Pedro da Moritiba, ed[...] re[s]ultar da **sua** imformasaõ, *que* a haverá de pessoas da qualidade referid[...] e apontada na mesma Lista, o expenderá na meia folha seguinte {...}” (M\_6).

*Carta de informe* representa 13,1% dos dados analisados e apresenta a terceira maior taxa de uso do artigo definido, realizando-o em 75,6% das ocorrências. As *cartas de remessa* concentram o maior percentual dos dados, 33,4% do total, e marcam o artigo em 71,4% dos casos. Os dados também são robustos com o tipo *depoimento reportado de denúncia*, que recobre 30,6% do total dos dados e exhibe 67,7% de presença do artigo definido antes de pronome possessivo:

(6.44) Sintagmas possessivos em *carta de informe*

a. “{...} o farey por avizo aos de| São Gonçallo dos Campos e| ao da villa de Maragogipe| por ficarem muy distan|tes, e eu a observarey da| **minha** parte. (M\_46);

b. “{...} pello *Dezembargador* Juiz Conservador, pessoa| de boa vida, e costumez, poez hé cazado, fazendo boa| armonia, com **sua** *mulher* com quem vive de portas adentro {...}” (M\_49);

c. “Vay tambem á Copia desta| carta que tirey fielmente do que sentido| o ditto Barros rompeo no excesso que Se ve| da **sua** resposta, a vista da qual es-| pero de *Vossas Senhorias* Se dignem mandar| fazer demonstração {...}” (M\_57);

d. “{...} torno asegurar| a *Vossas Senhorias* que o **meo** procedimento foi mais nascido da igno-|rancia, do que outro qualquer respeito, que não acom-|panhace o zelo de Deos {...}” (M\_87).

(6.45) Sintagmas possessivos em *carta de remessa*

a. “{...} para com-a mesma remetter a *Vossas Senhorias*| esta inquirição, que por ser de prezo, se fas maes| attendivel a **sua** averiguação {...}” (M\_20);

b. “{...} recebi a carta| de *Vossas Senhorias* de 15 de Julho deste presente anno, e com ella| as diligencias extrajudiciaes; das quaes logo tratey,| e remetto nesta occaziaõ; menos as duas listas de| Antonio dos Santos Villas boas, e Manoel Machado| Carmona que não couberaõ no tempo a **sua** averi-|guação {...}” (M\_22);

c. “Agora rogo a *Vossas Senhorias* entendendo ser justa a **minha**| supplica, que iraõ ser servidos mandar me huns editaes dos cazos *que* se devem de|nunciar ao *Santo Tribunal* {...}” (M\_84);

d. “Vive o dito pobre-mente do **seo** curativo, e porque nas curas que tem feito mostra capacidade e for-tuna se tem curado com elle hũ Irmaõ meo, e hũ escravo seo {...}” (M\_88).

(6.46) Sintagmas possessivos em *depoimento reportado de denúncia*

a. “{...} pore[m] sab[e] pela tractarem, que he crioula criada com brancos, e baptizada desde o **seo** nascimento declara enten[dimento], e juizo igual a capacidade das Pessoas de sua qua[lidade] e cor {...}” (M\_39);

b. “Informando me dos Reverendos Padres e principalmente do- Reverendo Padre Frei Pedro da Purificaçam secretario ao- presente da **sua** Provincia se inda estava em ser a dita partícula {...}” (M\_78);

c. “{...} hindo a Vila da Cachoeyra infor-mar me da lista que pára a dita Vila me mandaraõ Vossas Senhorias volun-ariamente me appareço Miguel Paes de Souza morador na mesma Vila homem cazado que vive da **sua** advocaçia de idade que diçe ter trinta e sinco annos pouco mais, ou menos {...}” (M\_79);

d. “Denunçia mais que estando o Denunçiado jogando em **sua** casa e mais outras pessoas mandara o Denunçiado buscar huã pada de pam {...}” (M\_81).

No *atestado de desempenho de função*, foram localizados apenas oito sintagmas possessivos em contexto de variação do artigo definido. Esse determinante se combinou com o pronome em 62,5% das ocorrências:

(6.47) Sintagmas possessivos *atestado de desempenho de função*

a. Consta, e he notorio nesta Cidade, que aos ditos familiares se não guardaõ os privilegios que pelos **Nossos** Monarchas lhes Saõ Concedidos, e outorgados, Co[...]= [...]ndo os a Servirem Contra as Suas Vontades nos officios de Thezoureiro, e Almojarifado, e outros empregos mais populares.” (D\_16);

b. “Consta, e he notorio nesta Cidade, que aos ditos familiares se não guardaõ os privilegios que pelos Nossos Monarchas lhes Saõ Concedidos, e outorgados, Co[...]= [...]ndo os a Servirem Contra as **Suas** Vontades nos officios de Thezoureiro, e Almojarifado, e outros empregos mais populares.” (D\_16);

c. “O Padre Bernardo Germano de Almeida, Commissario do Santo Officio, Conego Prebendado na Santa Sé desta Cidade, Dezembargador da Relaçam ecclesiastica, e nella, e em todo o **seu** Arcebispado Iuiz dos Cazamentos {...}” (M\_41);

d. “{...} sempre tenho achado os ditos Familiares prontos e muito Zelozos no serviço do Santo Officio, sem athe gora me constar que dos gastos de **suas** pessoas, e dias contados levem, ou procurem estipendi[?] algum.” (M\_41).

20 dos 314 dados contabilizados foram extraídos de documentos do tipo *depoimento reportado de confissão*. O percentual de realização do artigo definido com esse fator é de 45%:

(6.48) Sintagmas possessivos em *depoimento reportado de confissão*

- a. “{...} apareceu| presente urbano Cardozo de Amaral morador nesta| mesma cidade, [...] por elle foy dito em minha prezença| *que* elle por descargo de sua consciencia, e como filho da Igreja se acuzava, e denunciava de [sy] mesmo, de estar| cazado segunda ues nesta cidade, com Francisca de barros| da cunha, sendo uiua **sua** primeira mulher Maria Marques| na cidade de Vizeu {...}” (M\_1);
- b. “{...} e affirmava ser verdade | todo o referido *debaixo* do juramento dos Santos evangelhos em hum livro del. | les *que* lhe foi dado em *que* pôs **sua** maõ direyta, de *que* de tudo fis este ter- | mo *que* asinou com hua crux {...}” (D\_27);
- c. “{...} e *que* hyndo huã menha a Igreja | com Marianna da Sylva Cardozo pedira ao **seo** Reverendo Vigario Antonio de | Souza Castello branco *que* os recebesse {...}” (D\_27);
- d. “{...} e *que* dando parte des- | te successo ao **seo** confeçor, e lhe aconselhara este *que* se fizesse acuzar ao *santo* officio {...}” (D\_30).

O tipo *informe para habilitação* concentrou 8,3% do total dos dados e exibiu 38,5% de presença do artigo definido antes de pronome possessivo:

## (6.49) Sintagmas possessivos em informes de habilitação

- a. “{...} o *que* foi a mesma verdade pelo *que* tam|bem experimentei, e sem duvida se apartaria no estado de menina| com **seus** Pais pasando dessa freguezia *para* a de São Pedro da Moriti-|ba {...}” (D\_7);
- b. “{...} e achei ser o dito habilitando o *Padre* Affonço da Franqua| Adorno natural da dita villa e bautizado na dita freguezia, e ser **seo** Pay Ioaõ Rodrigues da Fran|qua natural tambem da mesma freguesia desta villa da *Cachoeira* {...}” (M\_68);
- c. “{...} e na forma que deposeram, e razão que deraõ de| **seos** ditos, julgo juraram a verdade, e se deve dar fé, e cre|dito aos seus juramentos {...}” (M\_70);
- d. “{...} e na forma que deposeram, e razão que deraõ de| seos ditos, julgo juraram a verdade, e se deve dar fé, e cre|dito aos **seus** juramentos {...}” (M\_70).

No *certificado de consulta de livros*, estão 11 dos 314 dados analisados. Esse tipo documental realiza o artigo definido antes de possessivo em apenas 27,3% dos casos:

(6.50) Sintagmas possessivos em *certificado de consulta de livros*

- a. “E não se acharem do depoi|mento de Iassom de Guilhardaõ Avô materno do habilitan|do para constar de **sua** naturalidade quando se recebeu com| a primeira mulher com que foi casado {...}” (D\_67);

b. “{...} e nos livros da fregue|zia de Santhiago do Iguápe, nelles não achei o dito assento,| assim por ser bautizado antes de ser creada a dita fregue|zia da Cacho|eira, como se mostra do assento de **seu** casamento em Fevereiro| de mil e seiscentos e noventa e três {...}” (D\_67);

c. “{...} e só ter noticia certa| de ser o pay da dita Maria Dias de Souza chamado Gaspar| Rodrigues Adorno, por o ouvir diser a **meu** pay *que* era natural| da mesma Cachoeyra.” (D\_67);

d. “{...} se bautizava na capella de Nossa *Senhora* do Rosario da Cachoeira *que* era| de Gaspar *Rodrigues* Adorno, e depois de **seo** filho o capitam Ioaõ *Rodrigues* Ador|no {...}” (D\_67).

Os tipos *mandado de notificação* e *relação de diligências* apresentaram dois dados cada um e ausência categórica do artigo definido:

#### (6.51) Sintagmas possessivos em *mandado de notificação*

a. “Antonio Velho Maciel, familiar do *santo* officio,| notifique da parte do mesmo Tribunal a Leonor| Bernal de Miranda {...} para que se embarque *para* a Cidade de Lisboa {...} e de como fes esta notificação em **sua** propria| pessoa, passará Certidaõ ao pé desta do dia| mes, e Anno, em *que* fes esta diligencia {...}” (M\_18);

b. “O Capitaõ Thomas de Payva Rola familiar do Sancto Officio, notifique | a Manoel Furtado Orobio *crixtão novo* {...} e de como asim o notificou em **sua** propria pes- | soa passará certidaõ ao pé desta.” (D\_29).

#### (6.52) Sintagmas possessivos em *relação de diligências*

a. “As deligencias de *Domingos Luis Leme* e supervivencia de **sua** *mulher* Izabel Bicuda |” (D\_42).

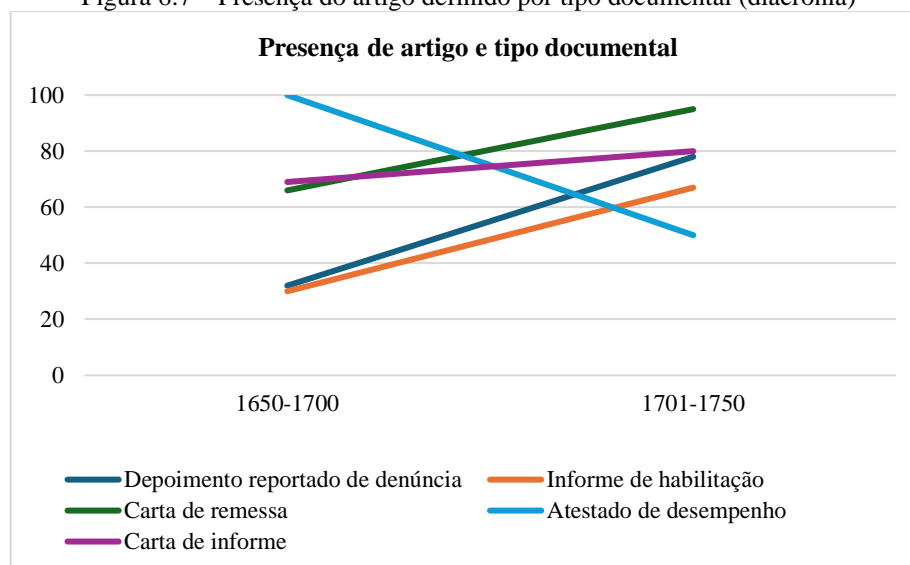
b. “A 2ª via das deligencias de *Domingos Luis Leme* e supervivencia de **sua** *mulher* Izabel Bicuda |” (D\_42).

Em suma, ficou nítido que há diferenças notáveis entre os percentuais de realização do artigo definido para alguns tipos documentais. Em relação à formalidade, os textos desenvolvem registros muito próximos. Acrescenta-se ainda que a imensa maioria dos documentos tem o mesmo destinatário, os oficiais da Mesa Inquisidora. Por tudo isso, não há razões para se associar as diferenças na marcação do artigo à formalidade sugerida pelo tipo documental. Buscou-se, então, investigar se os resultados do grupo *tipo documental* estariam associados aos *scriptores*. De fato, a tabulação cruzada desses contextos revelou que os tipos que exibem as maiores taxas de uso do artigo – quando considerados apenas os fatores com

mais de cinco dados – foram produzidos pelos Comissários que mais marcam o artigo definido. Assim, os tipos *carta de informe*, *carta de remessa*, *depoimento reportado de denúncia* e *atestado de desempenho de função* foram mais recorrentes nos manuscritos de Bernardo Germano, Manoel Vellozo e Manoel de Almeida Sande. E como era de se esperar, os tipos documentais com os menores percentuais de realização do artigo foram produzidos pelos *scriptores* que menos utilizaram o artigo definido antes de pronome possessivo. João Rodrigues de Figueiredo, por exemplo, que realiza o artigo em 29,6% dos casos, escreveu textos dos tipos *certificado de consulta de livros* e *informe para habilitação*.

Cinco tipos documentais – *certificado de ausência justificada*, *depoimento reportado de confissão*, *certificado de consulta de livros*, *mandado de notificação* e *relação de diligências* – ocorreram apenas em documentos escritos por agentes inquisitoriais nascidos na primeira metade do século 18. De forma análoga, o único *mandado de reconhecimento* foi produzido por um Comissário nascido na segunda metade do século 17. Por isso, esses tipos documentais não são computados para observar a distribuição do uso do artigo definido no curso do tempo. Nos manuscritos restantes, à exceção dos *atestados de desempenho de função*, há uma elevação do uso do artigo definido antes de pronome possessivo ao longo dos intervalos temporais investigados:

Figura 6.7 – Presença do artigo definido por tipo documental (diacronia)



Fonte: elaboração própria.

No primeiro momento, há marcação categórica do artigo definido no *atestado de desempenho de função*. É esse também o único fator que faz decrescer o uso do artigo no curso do tempo. Entretanto, esses resultados não são significativos, visto que, nos dois intervalos

temporais considerados, há apenas, respectivamente, dois e seis dados extraídos de *atestado de desempenho de função*. Na primeira metade do século 18, as *cartas de remessa* são o fator que mais realizam o artigo definido antes de possessivo e o *atestado de desempenho* é o que menos realiza.

### 6.3.2.2 Presença de artigo definido no sintagma possessivo por data de escrita do manuscrito

Como comentado no início desta seção, os dados analisados neste estudo foram localizados em documentos escritos entre 1698 e 1809 por Comissários do Santo Ofício, nascidos na Bahia. A distribuição da totalidade dos manuscritos consultados nesta pesquisa por data de escrita é esta:

Quadro 6.1 – Datação cronológica dos manuscritos dos *Corpora* I e II

PERÍODO	ANO/DÉCADA	QUANTIDADE DE MANUSCRITOS <i>Corpus</i> I	QUANTIDADE DE MANUSCRITOS <i>Corpus</i> II	TOTAL
Final do século 17	1698	-	1	1
Primeira metade do século 18	1700-1725	4	9	13
	1726-1750	54	35	89
Segunda metade do século 18	1751-1772	30	11	41
	1778-1796	4	11	15
Início do século 19	1802-1809	-	12	12
Sem datação	-	1	5	6
TOTAL	-	93 documentos	84 documentos	177 documentos

Fonte: elaboração própria.

Em relação ao período de escrita, os documentos não estão distribuídos equitativamente entre os intervalos considerados, concentrando-se, sobretudo, entre o segundo e o terceiro quartel do século 18, que abarcam 130 dos 177 textos consultados. Como era de se esperar, essa assimetria se reflete nos resultados obtidos para a variável *data de escrita*. Os períodos com maior volume de textos são também os que agrupam a maior parte dos dados.

Entre os documentos em que se localizaram dados para análise, há apenas dois datados no final do século 17, um escrito em 1698 e o outro com a datação estabelecida por inferência, ambos pertencentes ao *Corpus* II e produzidos pelo Comissário Ignacio de Souza Brandão. Apenas dois dados ocorreram nesses manuscritos, ambos sem a presença do artigo definido:

## (6.53) Sintagmas possessivos nos manuscritos do Comissário Ignacio de Souza Brandão

a. “{...} apareceu perante mim como commissario do santo officio | Vicente cardozo morador na Alagoa do sul termo de Pernambuco o qual | por descargo de sua consciencia disse que vinha denunciar de **seu** pai Francis | co cardozo o qual sendo cazado com sua mai Anna da Conceição moradora | na dita Alagoa e sendo e estando ella viva se cazou segunda {...}” (D\_20);

b. “{...} apareceu perante mim como commissario do santo officio | Vicente cardozo morador na Alagoa do sul termo de Pernambuco o qual | por descargo de sua consciencia disse que vinha denunciar de seu pai Francis | co cardozo o qual sendo cazado com **sua** mai Anna da Conceição moradora | na dita Alagoa e sendo e estando ella viva se cazou segunda {...}” (D\_20);

Os registros supracitados foram somados às ocorrências dos manuscritos com datação de 1700 a 1725, os quais somavam 32 sintagmas possessivos e 40,6% de presença do artigo definido, antes da junção dos dados.

Para o último quartel do século 18, foram identificados cinco dados apenas, todos em um único documento, datado de 1796, escrito pelo Comissário José Nunes Cabral Castelo Branco:

## (6.54) Sintagmas possessivos nos manuscritos do Comissário José Nunes Cabral Castelo Branco

a. “Por obito do *Reverendo Padre Frei Phelippe de Meyrelles, Coñissario do Santo Officio, Monge | de Saõ Bento, conventual do Mosteiro desta Cidade, achou entre os seus* papeis o | *Reverendo Padre Frei Ioaõ de Santa Gertrudes Carnoto* esse masso feyxado {...}” (D\_67);

b. “{...} appareseo em | minha prezença pessoalmente Francisco Xavier Barcellar, solteyro, *morador na Freguesia | da Se desta Cidade da Bahia, o qual vive de seo* officio de Marceneyro, de idade de | vinte, e sinco annos, homem pardo, forro, dizendo me *que* indo a confessarre o seo | *Reverendo Confessor* o mandará vir denunciar {...}” (D\_67);

c. “{...} appareseo em | minha prezença pessoalmente Francisco Xavier Barcellar, solteyro, *morador na Freguesia | da Se desta Cidade da Bahia, o qual vive de seo* officio de Marceneyro, de idade de | vinte, e sinco annos, homem pardo, forro, dizendo me *que* indo a confessarre o **seo** | *Reverendo Confessor* o mandará vir denunciar {...}” (D\_67);

d. “{...} e lhe disse *que* elle denunciante tinha na cabesseyra da **sua** | cama hum paynel da *Senhora da Conceyção* {...}” (D\_67);

e. “Tudo jurou pondo **sua** mã direyta em hum livro dos | *Santos Evangelhos*, e assignou commigo.” (D\_67).

Os dados em (6.54) realizam o artigo três vezes, isto é, há 60% de presença do artigo definido. Como os dados do intervalo temporal mais próximo a 1796 – 1802-1809 – apresentam uma taxa bem superior de marcação desse determinante (88,2%), não se realizou amalgamação dos dados nesse caso.

Organizando os dados coletados, de acordo com a data de escrita, em intervalos de aproximadamente um quarto de século, encontra-se a distribuição a seguir:

Tabela 6.8 – Presença do artigo definido e data de escrita

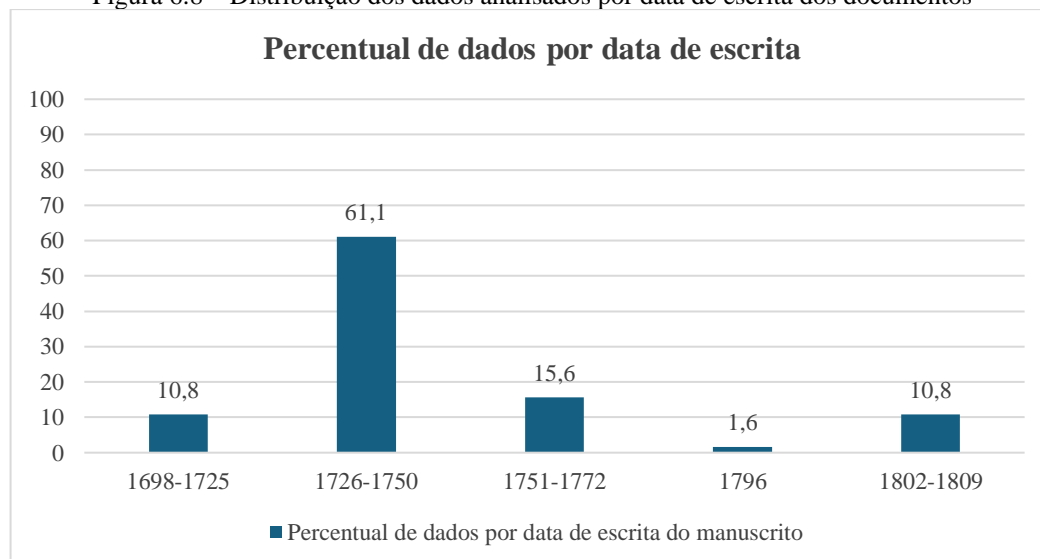
	Presença de artigo/ Subtotal	Subtotal/ Total
1802-1809	30/34 88,2%	34/314 10,8%
1726-1750	127/192 66,1%	192/314 61,1%
1796	3/5 60%	5/314 1,6%
1751-1772	28/49 57,1%	49/314 15,6%
1698-1725	13/34 38,2%	34/314 10,8%

$X^2=19.885$ , Fisher's  $p=0.001$

Fonte: elaboração própria.

Especialmente para o grupo *data de escrita* interessa considerar o percentual que cada fator reúne do total dos dados analisados, já que isso mostra os períodos em que há concentração de ocorrências e, por conseguinte, representatividade da amostra. Para uma melhor visualização disso, observe-se o gráfico a seguir:

Figura 6.8 – Distribuição dos dados analisados por data de escrita dos documentos



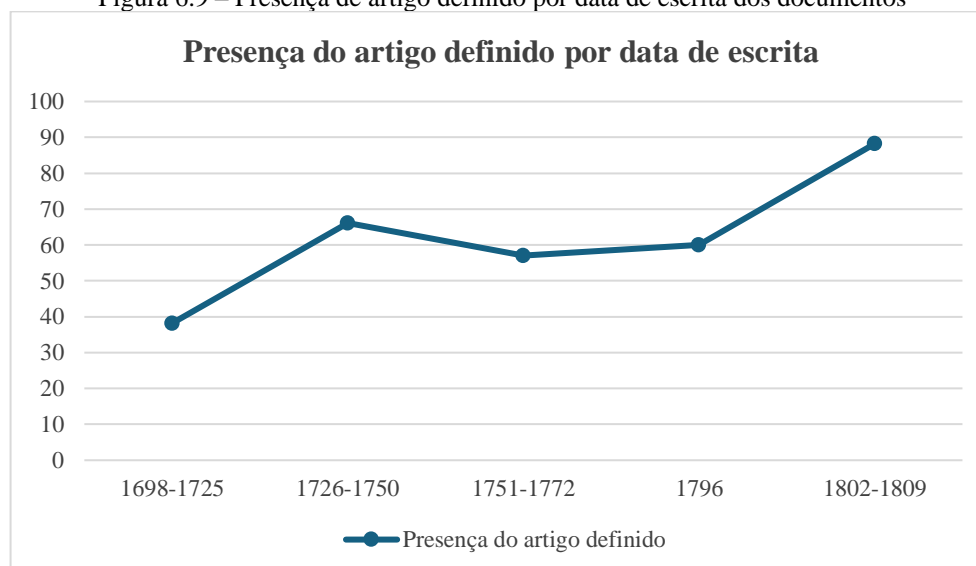
Fonte: elaboração própria.



A primeira metade do século 18 concentra a maior parte dos dados. Destaca-se aí, especialmente, o intervalo 1726-1750, que abarca 61,1% das ocorrências analisadas. O recorte temporal com o menor número de dados é o último quartel do século 18, que tem apenas cinco registros (1,6% do total), todos extraído de um documento produzido em 1796 (manuscrito 67, do *Corpus II*).

Embora a distribuição dos dados não esteja equilibrada entre os intervalos temporais considerados, é possível identificar uma tendência discreta de ampliação no uso do artigo definido antes de pronome possessivo de acordo a data de escrita do documento. A menor taxa de uso do determinante nos *corpora* está nos documentos escritos há mais tempo, datados de 1698-1725. Por outro lado, os documentos que possuem a datação mais recente, escritos na primeira década do século 19, são os que apresentam o maior índice de ocorrência do artigo definido antes do pronome possessivo. Isso está bem ilustrado na figura 6.9:

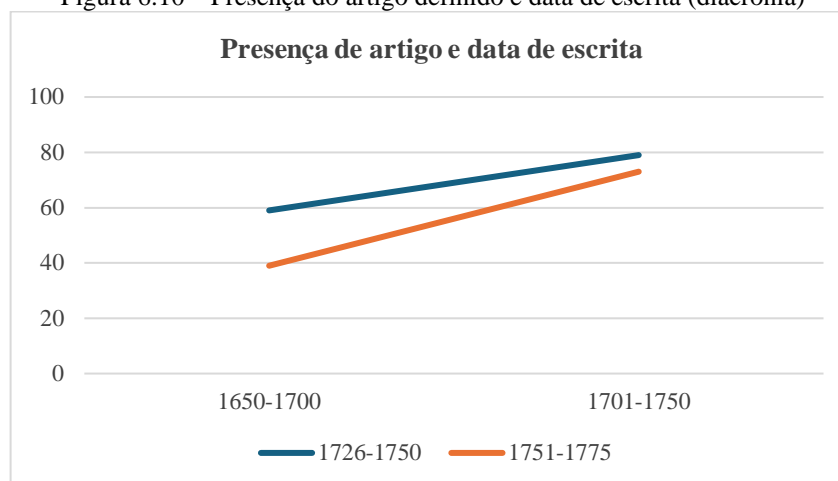
Figura 6.9 – Presença de artigo definido por data de escrita dos documentos



Fonte: elaboração própria.

Quando se considera a data de escrita dos documentos, nota-se uma elevação superior a 20% no uso do artigo definido diante de pronome possessivo entre o começo e a metade do século 18. Na segunda metade desse século, os dados sugerem um quadro de variação estabilizado, mas as ocorrências registradas na primeira década do século 19 exibem uma elevação expressiva do uso do artigo no contexto estudado. Esse perfil de aparente implementação da presença do artigo é sugerido também quando os resultados do grupo *data de escrita* são cruzados com a variável *data de nascimento*:

Figura 6.10 – Presença do artigo definido e data de escrita (diacronia)



Fonte: elaboração própria.

Foi possível observar apenas dois fatores da *data de escrita* em relação à *data de nascimento* porque os demais contêm dados de apenas um dos intervalos do período de nascimento. Nos dois intervalos de escrita dos manuscritos (1726-1750; 1751-1775), o artigo é mais frequente em textos de *scriptores* nascidos na primeira metade do século 18 do que nos manuscritos dos Comissários que nasceram na segunda metade do século 17.

### 6.3.3 Aspectos relacionados aos *scriptores*

#### 6.3.3.1 Presença do artigo definido por data de nascimento dos *scriptores*

A descrição das variáveis apresentadas até aqui em relação à data de nascimento dos *scriptores* revelou uma tendência regular de elevação diacrônica do uso do artigo definido antes de pronome possessivo. Era de se esperar, então, que a *data de nascimento*, observada isoladamente, também exibisse relevância estatística. De fato, esse grupo de fatores foi identificado como significativo através do teste de qui-quadrado.

Como será observado na subseção seguinte, os dados descritos nesta seção foram coletados em manuscritos de 18 Comissários. Para oito deles, não há confirmação da data de nascimento. Por outro lado, conta-se com um dado importante para uma aproximação a essa data: a data de provisão dos processos de habilitação. Como, segundo Souza (2009), a faixa etária dos habilitandos variava entre 26 e 45 anos, partindo da data de provisão, estipulou-se um intervalo para o nascimento dos oito Comissários:

Quadro 6.2 – *Scriptores* com data de nascimento estabelecida por inferência

<b>Comissário</b>	<b>Data de provisão</b>	<b>Data de nascimento inferida</b>
Amaro Pereira Payva	09/03/1756	Entre 1711 e 1730
Antão de Faria Monteiro	22/03/1692	Entre 1647 e 1666
Antônio Pirez Gião	21/03/1696	Entre 1651 e 1670
Antônio Rodrigues Lima	02/03/1719	Entre 1667 e 1686
Francisco Martins Pereira	25/07/1726	Entre 1681 e 1700
Ignacio de Souza Brandão	16/09/1692	Entre 1647 e 1666
José Alves da Fonseca	01/03/1804	Entre 1759 e 1778
José Nunes Cabral Castelo Branco	20/11/1787	Entre 1742 e 1761

Fonte: elaboração própria.

Para observar a relação entre a data de nascimento dos *scriptores* e as taxas de realização e omissão do artigo definido nos manuscritos, os dados foram agrupados em intervalos de meio século. O único *scriptor* nascido na segunda metade do século 18 é José Alves da Fonseca. Entretanto, como esse Comissário teve a data de nascimento estabelecida por inferência e apenas dois dados foram localizados em seus manuscritos, esses são computados com os dados da primeira metade do século 18. Com esse ajuste, tem-se que os Comissários nasceram entre a segunda metade do século 17 e a primeira metade do século 18, conforme relação abaixo, com os nomes apenas dos *scriptores* dos documentos em que se localizaram dados para análise:

Quadro 6.3 – Relação de Comissários por período de nascimento

<b>Nascidos na segunda metade do século 17</b>	<b>Nascidos na primeira metade do século 18</b>
Francisco Martins Pereira	Antônio da Costa de Andrada
Francisco Pinheiro Barreto	Bernardo Germano de Almeida
João de Oliveira Guimarães	Manoel Vellozo Paez
Antônio Rodrigues Lima	Amaro Pereira Payva
Antão de Faria Monteiro	Manoel Anselmo de Almeida Sande
Ignacio de Souza Brandão	José Alves da Fonseca
João Rodrigues de Figueiredo	José Ignacio de Passos Ribeiro
Antônio Pirez Gião	José Nunes Cabral Castelo Branco
Bernardo Pinheiro Barretto	
João Calmon	

Fonte: elaboração própria.

A distribuição dos dados por *data de nascimento* dos Comissários é a que segue:

Tabela 6.9 – Presença do artigo definido por data de nascimento dos *scriptores*

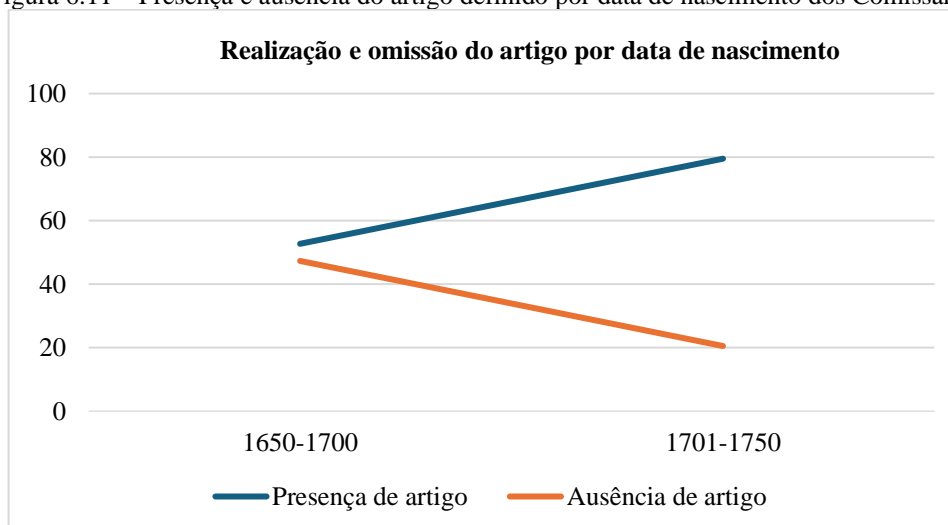
	Presença de artigo/ Subtotal	Subtotal/ Total
Primeira metade do século 18	105/132 79,5%	132/314 42%
Segunda metade do século 17	96/182 52,7%	199/314 58%

$X^2= 22.702, p=0.000$

Fonte: elaboração própria.

O artigo definido foi muito mais realizado nos dados dos Comissários nascidos na primeira metade do século 18 do que nos textos dos que nasceram no século anterior. A diferença na taxa de realização do determinante fica nítida na ilustração seguinte:

Figura 6.11 – Presença e ausência do artigo definido por data de nascimento dos Comissários

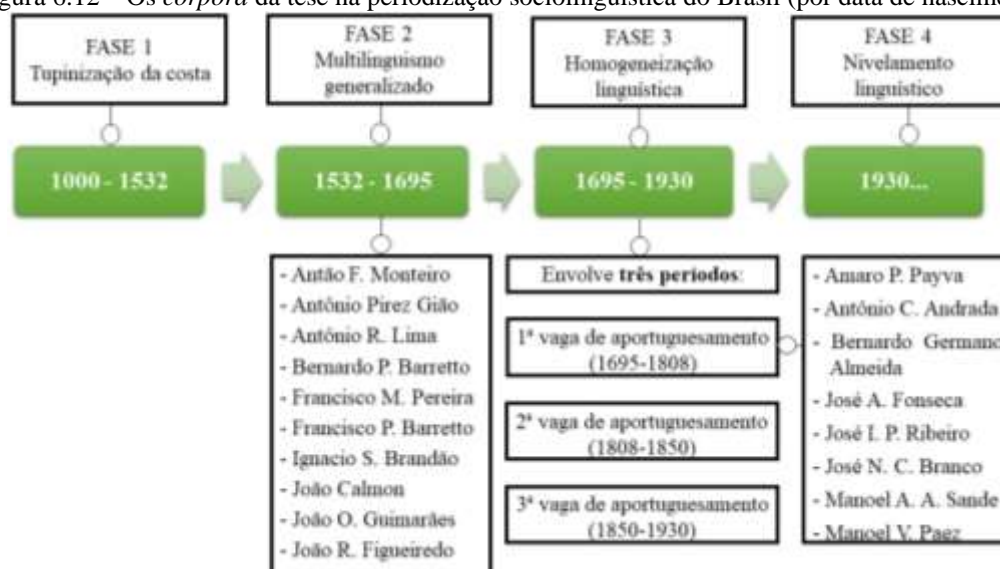


Fonte: elaboração própria.

O crescimento da taxa de realização do artigo definido é bem perceptível entre a segunda metade do século 17 e a primeira metade do século 18. Esse resultado confirma uma das hipóteses desta pesquisa, apresentada na seção 2, quando se localizou o *corpus* constituído nesta tese na proposta de periodização sociolinguística do Brasil, elaborada por Lucchesi (2017): os Comissários nascidos em uma e outra fase da periodização sociolinguística do Brasil podem ter adquirido variedades, ao menos, parcialmente diferentes.

Pela periodização de Lucchesi (2017), os dados analisados nesta tese (extraídos dos *corpora* I e II), quando observados em relação à data de nascimentos dos *scriptores*, abrangem duas fases da história sociolinguística nacional, conforme a ilustração seguinte:

Figura 6.12 – Os *corpora* da tese na periodização sociolinguística do Brasil (por data de nascimento)



Fonte: elaborado a partir de Lucchesi (2017).

Os resultados do grupo *data de nascimento dos scriptores* mostram que os Comissários nascidos no período em que ainda vigorava o multilinguismo generalizado, mesmo que nos momentos finais dessa fase, utilizam um padrão com marcação reduzida do artigo definido no sintagma possessivo. Esse padrão, ao menos em termos quantitativos, é diferente do que foi adquirido pelos *scriptores* nascidos na fase de homogeneização linguística, durante a primeira vaga de aportuguesamento, uma vez que esses realizam bem mais o artigo definido antes de pronome possessivo. Com isso, os dados extraídos dos *corpora* consultados exibem um quadro de implementação da presença do artigo no sintagma possessivo no curso do tempo.

### 6.3.3.2 Presença do artigo definido por scriptor

A análise dos índices de marcação do artigo definido antes de pronome possessivo por *scriptor* resultou em um grupo com muitos fatores. Como a amostra tem poucos dados, para alguns Comissários, a quantidade de ocorrências foi bem reduzida. Apesar disso, é possível notar que os percentuais de marcação do artigo definido variam significativamente entre os *scriptores*:

Tabela 6.10 – Presença do artigo definido por *scriptor*

	Presença de artigo/ Subtotal	Subtotal/ Total
Francisco Martins Pereira	3/3 100%	3/314 1%
José Alves da Fonseca	2/2 100%	2/314 0,6%
Manoel Anselmo de Almeida Sande	27/30 90%	30/314 9,6%
Antônio da Costa de Andrada	5/6 83,3%	6/314 1,9%
Bernardo Germano de Almeida	13/16 81,2%	16/314 5,1%
Francisco Pinheiro Barreto	4/5 80%	5/314 1,6%
Manoel Vellozo Paez	50/63 79,4%	63/314 20,1%
João Calmon	60/93 64,5%	93/314 29,6%
José Nunes Cabral Castelo Branco	3/5 60%	5/314 1,6%
João de Oliveira Guimarães	6/11 54,5%	11/314 3,5%
Antônio Rodrigues Lima	8/15 53,3%	15/314 4,8%
Amaro Pereira Payva	4/8 50%	8/314 2,5%
José Ignacio de Passos Ribeiro	1/2 50%	2/314 0,6%
Antão de Faria Monteiro	4/10 40%	10/314 3,2%
João Rodrigues de Figueiredo	8/27 29,6%	27/314 8,6%
Antônio Pirez Gião	3/14 21,4%	14/314 4,5%
Bernardo Pinheiro Barretto	0/2 0%	2/314 0,6%
Ignacio de Souza Brandão	0/2 0%	2/314 0,6%

 $X^2=58.205$ , Fisher's  $p=0.000$ 

Fonte: elaboração própria.

Para os *scriptores* cuja amostra tem menos dados, é difícil identificar um perfil para a marcação do artigo definido antes pronome possessivo. É esse o caso, por exemplo, de Bernardo Pinheiro Barretto, Ignacio de Souza Brandão, José Ignacio de Passos Ribeiro, José Alves da Fonseca e Francisco Martins Pereira. Os quatro primeiros com dois dados cada um, e o último

com três. Nesses casos, diante da quantidade escassa de ocorrências, os percentuais de presença do artigo são pouco informativos:

(6.55) Sintagmas possessivos nos manuscritos do Comissário Bernardo Pinheiro Barretto

- a. “{...} hé cazado, fazendo boa| armonia, com **sua** mulher com quem vive de portas a dentro {...}” (M\_49);
- b. “Gastey nesta deligencia| hum dia, sem sahir de| **minha** morada.” (M\_49).

(6.56) Sintagmas possessivos nos manuscritos do Comissário Ignacio de Souza Brandão

- a. “{...} o qual | por descargo de sua consciencia disse que vinha denunciar de **seu** pai Francis | co Cardozo o qual sendo cazado com sua mai Anna da Conceição moradora | na dita Alagoa e sendo e estando ella viva se cazou segunda ves no Porto | Seguro com Phelipa da S[i]lua (D\_20);
- b. “{...} o qual | por descargo de sua consciencia disse que vinha denunciar de seu pai Francis | co Cardozo o qual sendo cazado com **sua** mai Anna da Conceição moradora | na dita Alagoa e sendo e estando ella viva se cazou segunda ves no Porto | Seguro com Phelipa da S[i]lua (D\_20).

(6.57) Sintagmas possessivos nos manuscritos do Comissário José Ignacio de Passos Ribeiro

- a. “{...} certifico; e atesto co | mo Comissario do Santo Tribunal, *que* oz Familiares desta cidade, e seoz | districtos cumprem inteiramente com a obrigação de **seos** officioz, | executando prontamente os mandados, e ordens *que* pelo Santo Tri | bunal, e por mim lhe tem sido coñettidos {...}” (D\_66);
- b. “{...} me consta se não Vtilizaõ dos dias *que* gastaõ naz deligencias, e menoz pro= | curaõ recuperar o dizpendio *que* fazem com az **suaz** Pessoaz. ||” (D\_66).

(6.58) Sintagmas possessivos nos manuscritos do Comissário José Alves da Fonseca

- a. “Fico sciente no *que* Vossa merce | dis a respeito do que lhe pedi, fico  *muito* | Satisfeito com a **sua** resposta, de- | zejando *que* tenha perfeitissima saude | *para* me dar occasioẽs do seo serviço. ||” (D\_58);
- b. “Fico sciente no *que* Vossa merce | dis a respeito do que lhe pedi, fico  *muito* | Satisfeito com a sua resposta, de- | zejando *que* tenha perfeitissima saude | *para* me dar occasioẽs do **seo** serviço. ||” (D\_58).

(6.59) Sintagmas possessivos nos manuscritos do Comissário Francisco Martins Pereira

- a. “{...} e só me fi- | ca outra deligencia extrajudicial do Capitam Antonio Ferreira da Cunha, | *que* por ser ardua a **sua** averiguação a deixei *para* outra oc- | caziaõ. ||” (D\_10);
- b. “Ao dito Reverendo Arcadiago meo Companheiro | e Coñissario encarreguei por ser seguida a urgencia alguas de- | ligencias *que* pelas **minhas** occupaões de Provedor da Mezericordia | as não pude concluir;” (D\_10);

c. “Fico entregue das *que* agora vieraõ, *que* cuidarei na **sua** | execução *para* as expeder no *proximo* Navio. ||” (D\_11).

Por uma questão de representatividade dos resultados, deixando de lado os *scriptores* cujas amostras tiveram 10 ou menos dados, é possível identificar dois padrões de realização do artigo definido antes de pronome possessivo: em um, o artigo está mais presente; no outro, é sistematicamente reduzido. O primeiro é observado nos manuscritos de Manoel Anselmo de Almeida Sande (90% de presença do artigo), Bernardo Germano de Almeida (81,2% de presença do artigo), Manoel Vellozo Paez (79,4% de presença do artigo) e João Calmon (64,5% de presença do artigo). Já o segundo padrão é representado pelos documentos escritos por João Rodrigues de Figueiredo (29,6% de presença do artigo) e Antônio Pirez Gião (21,4% de presença do artigo). Os manuscritos de João de Oliveira Guimarães e Antônio Rodrigues Lima situam-se entre os dois padrões, com respectivamente, 54,5% e 53,3% de presença do artigo.

Não faz sentido cruzar o grupo *scriptor* com a variável *data de nascimento* pelo motivo lógico de que cada Comissário só teria dados para análise em um dos intervalos temporais considerados. Mesmo assim, a data de nascimento ajuda a entender os diferentes padrões de realização do artigo definido antes do pronome possessivo identificados nos *corpora*. Os *scriptores* que desenvolvem o padrão com maior marcação de artigo são, em sua maioria, nascidos na primeira metade do século 18, período que manifestou os índices mais elevados de presença do artigo definido para a maior parte dos fatores das variáveis controladas neste estudo. A exceção é João Calmon, nascido no século 17 e com uma taxa de 63,8% de presença do artigo antes do pronome possessivo. Já o padrão que reduz sistematicamente a presença do artigo antes de pronome possessivo, quando se consideram apenas os *scriptores* com mais de dez dados para análise, é identificado exclusivamente nos manuscritos dos Comissários nascidos na segunda metade do século 17.

#### 6.4 ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS

O grupo *possibilidade de contração da preposição* mostra um favorecimento à presença do artigo definido em sintagmas possessivos antecidos por preposição que não aceita a contração. Esse resultado diverge do que tem sido observado em dados mais recentes do PB (Callou; Silva, 1997).

A variável *animacidade* trouxe resultados que vão na direção de outros estudos sobre o tema (cf. subseções 5.2 e 5.3), com nomes com referente animado humano bloqueando a



presença do artigo no sintagma possessivo. Brito, Lacerda e Carneiro (2022), observando o mesmo contexto em cartas brasileiras do século 20, explicam que esse resultado está associado a uma escala semântica de animacidade, proposta por Lyons (1999), que prevê maior proeminência dos referentes animados humanos em relação aos referentes inanimados. Ao que parece, os resultados apresentados nesta tese ilustram a mesma coisa. Referentes humanos, sendo mais salientes, dispensam a presença do artigo definido para garantir a leitura definida do sintagma, enquanto os inanimados fomentam a presença desse determinante.

Para o grupo *estatuto informacional*, diferente do esperado, são os elementos *acessíveis* no contexto que mais realizam o artigo e não os elementos *dados*. Seriam os elementos *dados* suficientemente definidos e, por isso, capazes de dispensar a presença do artigo? Sendo esse o caso, os elementos *acessíveis*, por serem menos definidos, demandariam mais a presença do artigo para que uma leitura definida seja possível. Outro ponto a ser destacado é que essa variável não se mostrou produtiva para mensurar a saliência discursiva. Pela relação que o pronome possessivo estabelece com algum elemento no discurso precedente ou no contexto extralinguístico, a maioria dos dados foi classificada como *acessível*, sem que isso refletisse propriamente níveis de saliência. É preciso destacar, também, que foi classificado o nome do núcleo do sintagma possessivo, isto é, o elemento possuído. A saliência de referente do pronome (o possuidor) não foi considerada. Possivelmente, por essa razão, essa variável não capta a saliência como desejado. Como será discutido na seção 7 deste volume, ao se observar a definitude do possuidor, identifica-se uma relação entre o uso do artigo definido e a saliência discursiva, mas essa relação vai na direção contrária à sugerida pelos grupos *animacidade* e *estatuto informacional*, já que, quando o possuidor é identificado como mais definido, há maior realização do artigo definido.

A hierarquia de animacidade não foi observada em relação à *pessoa do discurso* neste trabalho, em virtude da quantidade de dados. Ao isolar os pronomes com referente animado humano, a amostra se reduz significativamente. Somente através de investigações com amostras maiores será possível verificar se a tendência observada para os grupos *animacidade* e *estatuto informacional* – de os elementos mais definidos, quando se observa o item possuído, dispensarem a realização do artigo para marcação da definitude – é mantida para a *pessoa do discurso*. Por ora, sem separar os possessivos com referentes animados dos demais possessivos, o que os dados mostram contraria a hierarquia proposta por Lyons (1999), com os pronomes de terceira pessoa do plural realizando mais o artigo. Na tentativa de constatar alguma tendência nos resultados dessa variável, os dados foram amalgamados de diferentes modos: primeiro separando primeira, segunda e terceira pessoa, mas sem fazer distinção entre singular e plural;

depois opondo apenas a primeira pessoa (amalgamando singular e plural) aos demais possessivos juntos, mas esses testes não foram significativos.

O grupo *presença de modificadores no sintagma possessivo* confirma parcialmente o comportamento observado em relação à *animacidade* e ao *estatuto informacional*. De um lado, tem-se os sintagmas possessivos modificados por aposto – mais especificamente, por apostos designativos, que nos *corpora* em análise são nomes próprios e relacionais, ou seja, elementos altamente salientes, considerando a escala de Lyons (1999) – bloqueando sistematicamente a realização do artigo no sintagma possessivo, corroborando, portanto, a tendência observada para os grupos *animacidade* e *estatuto informacional*. Em contrapartida, têm-se os constituintes sem modificação – por conseguinte, menos especificados e, em consequência disso, menos determinados – restringindo mais a marcação do artigo do que os sintagmas modificados por algum elemento que não um aposto, embora em termos percentuais, a diferença seja pequena. Se os elementos menos definidos são os que mais atraem a presença do artigo definido, o esperado era que esse determinante fosse mais realizado nos constituintes simples.

Os grupos *tipo documental* e *data de escrita* parecem exibir relevância estatística mais pela relação que estabelecem com outros grupos do que pelo comportamento dos seus fatores. São os *scriptores* que mais realizaram o artigo definido que produziram os manuscritos dos tipos em que predomina a presença desse determinante. Da mesma forma, são os *scriptores* nascidos na primeira metade do século 18 os que mais marcaram o artigo definido e que escreveram nos períodos em que há os maiores índices de presença de artigo antecedendo o possessivo.

O controle da *data de nascimento dos scriptores* a partir de intervalos de meio século revelou um incremento da realização do artigo no sintagma possessivo no curso do tempo, que sugere um possível quadro de mudança em progresso. Essa elevação no uso do artigo entre a segunda metade do século 17 e a primeira metade do século 18 está refletida na maioria dos fatores dos contextos identificados como estatisticamente relevantes.

## 6.5 SÍNTESE

Através de testes de qui-quadrado, os grupos *possibilidade de contração da preposição*, *animacidade*, *pessoa do discurso*, *estatuto informacional*, *presença de modificadores no sintagma possessivo*, *tipologia documental*, *data de escrita*, *data de nascimento* e *scriptor* foram identificados como estatisticamente relevantes para a marcação do artigo definido diante de pronome possessivo pré-nominal. A quantidade reduzida de ocorrências levou a uma

distribuição irregular dos dados entre os fatores de alguns grupos, mas foi possível observar algumas tendências nos *corpora*: o artigo é mais realizado quando o pronome possessivo é antecedido por uma *preposição que não aceita contração*, com *pronomes possessivos de terceira pessoa do plural* e quando o estatuto informacional do nome núcleo do sintagma é *acessível*. *Nomes com referente animado humano* marcam menos o artigo; e em relação à presença de modificadores no sintagma possessivo, com exceção dos dados com modificação por *aposto*, o artigo se faz mais presente em *sintagmas em que há modificador* do que em *sintagmas sem modificação*. Os grupos *data de nascimento* e *data de escrita* sugerem um crescimento da taxa de uso do artigo no curso do tempo, e parece haver estreita relação entre os resultados dos grupos *tipo documental*, *data de escrita* e *scriptor*.

## 7 O ARTIGO DEFINIDO ANTES DE PRONOME POSSESSIVO PRÉ-NOMINAL E A SALIÊNCIA DISCURSIVA

O objetivo desta seção é apresentar uma análise qualitativa dos dados descritos na seção 6. Para tanto, recorre-se à Teoria da Saliência da Definitude (von Heusinger, 2013) para uma interpretação semântica que correlaciona a presença ou ausência do artigo definido diante de pronome possessivo à noção semântico-pragmática de definitude, compreendida em termos de saliência discursiva. Inicialmente, expõem-se as motivações para adoção dessa teoria na pesquisa; na sequência, apresentam-se os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria do Centramento (Walker; Iida; Cote, 1994; Grosz; Joshi; Weinstein, 1995; Wuyun, 2020), assumidos como um suporte para mensurar a saliência nos textos, e por fim, são expostos os resultados encontrados ao se observar a relação entre a realização do artigo definido e a saliência discursiva.

### 7.1 A SALIÊNCIA DISCURSIVA COMO UMA ABORDAGEM MAIS GERAL PARA A DEFINITUDE

A presença do artigo definido se correlaciona com a possibilidade de leitura definida das expressões nominais. Parte dos contextos descritos na seção 6 desta tese, com destaque para a *animacidade*, sugere isso. Tais contextos, todavia, observaram a definitude em relação ao referente do nome do núcleo do sintagma possessivo, isto é, o elemento possuído. Nesta seção, o olhar se volta para o referente do pronome possessivo, ou seja, o possuidor, para verificar se a definitude das unidades discursivas no contexto que precede o pronome possessivo interfere na realização do artigo definido.

O ponto de partida para essa investigação foi assumir uma noção de definitude que desse conta dos diferentes usos do artigo definido. A compreensão proposta pela Teoria da Saliência da Definitude forneceu as bases para isso, por conciliar características da teoria da unicidade e da teoria da familiaridade<sup>91</sup> com um novo conceito de definitude, que se desenvolve a partir da noção pragmática de saliência (von Heusinger, 2013).

---

<sup>91</sup> Pela *unicidade*, o emprego do artigo definido sinaliza que há apenas uma entidade contemplando uma expressão definida; já pela *familiaridade*, a compreensão é que a referência de um elemento definido é compartilhada pelo falante e pelo ouvinte (Lyons, 1999). Essas definições – às quais podem se unir, ainda, a inclusividade e identificabilidade –, quando tomadas de modo isolado, não dão conta da noção de definitude. Isso reforça a visão proposta pela Teoria da Saliência da Definitude, já que esta combina diferentes teorias de definitude e se apresenta como uma proposta unificada dos principais usos de expressões definidas (uso situacional, anafórico e relacional), convertendo-se, assim, em uma abordagem mais abrangente da definitude.

Como discutido na seção 3, a Teoria da Saliência da Definitude recorre a informações contextuais para representar as expressões definidas. Entende-se que cada contexto está associado a uma ordenação entre os elementos de subconjuntos do domínio discursivo (uma hierarquia de saliência desses elementos). Desse modo, uma expressão é definida não apenas pela associação que estabelece com um referente discursivo já introduzido, mas principalmente pela relação com o referente do mesmo tipo mais saliente até então. Nessa direção, von Heusinger (2013) mostra que a reconstrução da saliência em uma teoria formal pode ser realizada através de funções de escolha.<sup>92</sup> Uma função de escolha é definida como a operação de atribuir a um conjunto não vazio um de seus elementos; nesse caso, o mais saliente no contexto em questão.

Para a análise desenvolvida nesta seção, é preciso dimensionar a definitude de todos os referentes discursivos de um enunciado para organizá-los em uma escala de saliência, na qual o referente do pronome possessivo também está situado. Como as funções de escolha não possibilitam isso, assume-se, com von Heusinger (2013), que a Teoria da Saliência é uma abordagem mais geral da definitude, mas adapta-se o modo de mensurar a saliência nos textos, utilizando, para tanto, a Teoria do Centramento (Walker; Iida; Cote, 1994; Grosz; Joshi; Weinstein, 1995; Wuyun, 2020), que dimensiona melhor a saliência, por uma série de algoritmos em que estão implicadas as noções de centro *prospectivo*, *preferido* e *retrospectivo*.

## 7.2 A CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS EM RELAÇÃO À TEORIA DO CENTRAMENTO

As noções basilares da Teoria do Centramento podem ser instanciadas de diferentes formas (Poesio *et al.*, 2004). Os pesquisadores que trabalham com essa teoria argumentam que, embora conceitos como *enunciado*, *enunciado anterior*, *ranqueamento*, *realização* etc. desempenhem um papel central em qualquer teoria da coerência e da saliência do discurso, sua caracterização específica ainda está por ser feita e cada trabalho tem de tomar decisões específicas sobre tais temas. Assim, ao se adotar a Teoria do Centramento, é preciso ter clareza sobre como cada conceito será assumido e avaliar as consequências dessas escolhas para os resultados do estudo.

---

<sup>92</sup> Para entender como as funções de escolha conformam a saliência das entidades discursivas, ver subseção 3.2.2.

Nesta pesquisa, as decisões foram tomadas levando em conta as reivindicações centrais da Teoria do Centramento<sup>93</sup> (Walker; Iida; Cote, 1994; Grosz; Joshi; Weinstein, 1995; Wuyun, 2020) e as características do *corpus*.<sup>94</sup>

Antes de explicitar como cada conceito foi assumido, considere-se a notação utilizada aqui para abordagem dessa teoria:

1. “E” abrevia enunciado. Assim,  $E_1$  corresponde ao enunciado inicial de uma sequência discursiva (SD).  $E_{n-1}$  se refere ao enunciado anterior a um enunciado “n” ( $E_n$ ), sendo “n” o número que representa a ordem do enunciado na SD ( $E_4$  é o quarto enunciado de uma sequência, por exemplo);
2. o centro retrospectivo ( $C_b$ ) de um enunciado  $E_n$  é representado como  $C_b(E_n)$ ;
3. o conjunto dos centros prospectivos ( $C_f$ ) de um enunciado  $E_n$  é representado como  $C_f(E_n)$  e tem seus elementos apresentados entre chaves ( $\{ \}$ ) e dispostos em ordem decrescente de ranqueamento (o primeiro elemento do conjunto  $C_f(E_n)$  é o centro preferido ( $C_p$ ) de  $E_n$ , e o último é o centro com menor ranqueamento).

Relativamente às definições assumidas para aplicação da Teoria do Centramento, tem-se o que segue:

1. os *enunciados* são estabelecidos como orações finitas matrizes, incluindo as orações subordinadas que as integram (adaptado de Poesio *et al.*, 2004)<sup>95</sup>. Assim, os centros que aparecem nas orações não finitas e nas orações subordinadas (finitas e não finitas) são tratados como os centros das orações principais, tendo-se notado que, ao excluí-los, uma quantidade expressiva de ocorrências ficaria de fora da análise e, em alguns casos, não seria possível identificar adequadamente o  $C_b$  e os  $C_f$  com base apenas nas informações contidas nas orações finitas matrizes;
2. cada parágrafo corresponde a uma SD separada, a menos que o primeiro enunciado contenha um pronome na posição de sujeito ou um pronome cujas características de

<sup>93</sup> A Teoria do Centramento é apresentada em maiores detalhes na subseção 3.2.3.

<sup>94</sup> Uma das dificuldades para abordagem da Teoria do Centramento nesta tese foi a ausência de pesquisas que adotem em análises do português e, de modo especial, para estudar os usos do artigo definido em relação à definitude. Os trabalhos que consideram essa teoria, no geral, lidam com a coerência, a partir da análise da co-referenciação pronominal, a exemplo dos estudos de Queiroz (2009) e Silva, Carvalho e Roman (2010).

<sup>95</sup> Poesio *et al.* (2004) notaram que identificar enunciados como sentenças – isto é, todas as unidades de texto que terminam com ponto final, de interrogação ou de exclamação –, ao invés de orações finitas, leva a resultados mais consistente com a preferência por discursos mais coerentes. Como nos documentos do *corpus* desta tese não há uso regular dos sinais de pontuação, procedeu-se à adaptação aqui apresentada para a noção de enunciado.

concordância não correspondam a outro  $C_f$  do enunciado (Walker, 1989). Essa noção é necessária porque os enunciados não são observados isoladamente. Na análise aqui delineada, consideram-se o enunciado em que o pronome possessivo é realizado e, quando possível, os dois enunciados anteriores. Os demais enunciados da SD não precisaram ser observados para os objetivos desta pesquisa;

3. os centros são construções discursivas e objetos semânticos que conectam os enunciados de um segmento discursivo; podem estar realizados direta ou indiretamente (Grosz; Joshi; Weinstein, 1995) ou não se apresentar abertamente (Wuyun, 2020), como acontece com os sujeitos nulos;
4. cada enunciado, à exceção do enunciado inicial, tem apenas um  $C_b$ . O  $C_b$  de  $E_n$  corresponde ao elemento de maior ranqueamento no conjunto dos  $C_f$  de  $E_{n-1}$  que é realizado em  $E_n$  (Grosz; Joshi; Weinstein, 1995);
5. para ranqueamento dos  $C_f$ , observa-se a função gramatical, a partir da seguinte disposição: SUJEITO > OBJETO DIRETO > OBJETO INDIRETO > OUTROS (Wuyun, 2020). Quando mais de um elemento desempenha a mesma função gramatical, considera-se a ordem linear no enunciado para determinar o mais bem ranqueado (Poesio *et al.*, 2004).

Os aspectos supracitados são ilustrados no exemplo seguinte:

(7.1) *Illustrissimos Senhores*|

Aprezentey aos comisa|rios todos desta cidade e ao| Vigario de Santo Amaro da Ipitan|ga novamente creado por se| achar de presente nesta cidade| esta ordem de *Vossas Senhorias Illustrissimas*| e o farey por avizo aos de| São Gonçallo dos Campos e| ao da villa de Maragogipe| por ficarem muy distan|tes, e eu a observarey da| minha parte. Deos *guarde*| a *Vossas Senhorias*. Bahia 8 de Mayo de| 1765|

Humilde subdito|

O Comissario Bernardo Germano de Almeida| (M\_46)

A partir da instanciação adotada neste trabalho, identifica-se nesse exemplo, quando se exclui a fórmula de saudação final, uma SD constituída por três enunciados, que são separados a seguir, com os verbos nucleares destacados:

$E_1$ : “**Aprezentey** aos comisa|rios todos desta cidade e ao| Vigario de Santo Amaro da Ipitan|ga novamente creado por se| achar de presente nesta cidade| esta ordem de *Vossas Senhorias Illustrissimas*| {...}”

E<sub>2</sub>: “{...} e o **farey** por avizo aos de| São Gonçallo dos Campos e| ao da villa de Maragogipe| por ficarem muy distan|tes {...}”

E<sub>3</sub>: “{...} e eu a **observarey** da| minha parte.”

Os conjuntos dos C<sub>f</sub> desses enunciados são representados a seguir:

– C<sub>f</sub>(E<sub>1</sub>): {eu, vigário, ordem, comissários}

– C<sub>f</sub>(E<sub>2</sub>): {eu, comissários, aviso}

Comissários = comissários de São Gonçalo dos Campos e da Vila de Maragogipe

– C<sub>f</sub>(E<sub>3</sub>): {eu, ordem, parte} a= “ordem” (realizada no E<sub>1</sub>)

Sobre a hierarquização dos C<sub>f</sub>, em E<sub>1</sub>, tem-se “eu”, sem realização morfológica, ocupando a primeira posição de *sujeito*, sendo, por conseguinte, o centro mais saliente; na segunda posição, está “vigário”, *sujeito* do verbo “achar” e *objeto indireto* de “apresentar”. Em ocorrências como essa, o ranqueamento do centro observou a função gramatical mais alta na escala de saliência (nesse caso, a de *sujeito*). “ordem” atua como *objeto direto*; por isso, é menos saliente que “eu” e “vigário”, mas é mais proeminente que “comissários”, que tem função de *objeto indireto*.

Em E<sub>2</sub>, “eu”, novamente sem realização morfológica, sendo o primeiro *sujeito*, é o centro preferido; “comissários”, ocupando a segunda posição de *sujeito* na ordem linear do enunciado e de *objeto indireto*, é o segundo elemento mais saliente, e “aviso” é o centro menos saliente, com a função de *adjunto adverbial*, que é classificada como *outros* na escala de proeminência das funções gramaticais considerada por Grosz, Joshi e Weinstein (1995) e Wuyun (2020). O pronome “o” em E<sub>2</sub> (“{...} e o farey por avizo aos de| São Gonçallo {...}”) retoma toda a ação descrita em E<sub>1</sub> (apresentar aos comissários a ordem enviada pelos oficiais da Mesa Inquisidora de Lisboa) e não corresponde a nenhum centro.

Em E<sub>3</sub>, novamente “eu” é *sujeito* e o centro preferido, mas dessa vez, com realização morfológica. “ordem” (retomada pelo pronome “a”) tem a função de *objeto direto* e é o segundo elemento mais saliente; “parte” é *adjunto adverbial* e o centro menos proeminente.

Estabelecida a hierarquia dos C<sub>f</sub> dos enunciados, pode-se identificar o C<sub>b</sub>. E<sub>1</sub>, sendo o enunciado inicial, não tem C<sub>b</sub>. O elemento de maior ranqueamento no conjunto C<sub>f</sub>(E<sub>1</sub>) realizado em E<sub>2</sub> é “eu”. É esse, portanto, o C<sub>b</sub> de E<sub>2</sub>. O elemento mais bem ranqueado de E<sub>2</sub> realizado em



$E_3$  também é “eu”, que, por conseguinte, é o  $C_b$  de  $E_3$ .<sup>96</sup> Destaca-se, assim, a proeminência de “eu” em  $E_3$ , o que pode favorecer a realização do artigo no constituinte “da minha parte”, que através do pronome possessivo “minha”, retoma “eu”.

Na proposta de análise que se apresenta nesta seção, para observar a saliência do referente do pronome possessivo, idealmente consideram-se os centros do enunciado em que esse pronome é realizado e dos dois enunciados anteriores. Retomando a SD em (7.1), por exemplo, nota-se que, para identificar o  $C_b$  de  $E_2$ , parte-se do ranqueamento dos  $C_f$  de  $E_1$ ; e para especificar o  $C_b$  de  $E_3$ , observa-se a disposição dos  $C_f$  de  $E_2$ . A opção poderia ser por observar apenas  $E_2$  e  $E_3$ , já que isso seria suficiente para classificar o centro representado pelo referente do pronome possessivo em  $E_3$ . Todavia, isso omitiria uma informação importante para a análise: verificar se o  $C_b$  do enunciado em que o pronome possessivo é realizado também é o  $C_b$  do enunciado anterior, disposição que confere um índice de saliência ainda maior para esse centro, como ilustrado pelos enunciados de (7.1). Nesse caso, entre  $E_2$  e  $E_3$ , ocorre continuação do centro (o  $C_b$  de  $E_2$  é o  $C_b$  e o  $C_p$  de  $E_3$ ). Como o referente do pronome possessivo em  $E_3$  é o próprio  $C_b$  do enunciado, que também é  $C_b$  em  $E_2$ , tem-se que esse referente é aí bastante proeminente.

Quando o pronome possessivo é realizado no primeiro enunciado de uma SD, a possibilidade de analisar a relação entre o referente do possessivo e o  $C_b$  está ausente, e é considerada apenas a hierarquização dos  $C_f$ . Já quando o pronome observado ocorre no segundo enunciado da SD, é possível examinar a relação entre o referente do possessivo e o  $C_b$  do enunciado, mas essa relação não pode ser considerada em termos de retenção ou continuação do  $C_b$ , porque enunciados iniciais não têm um  $C_b$  estabelecido que possa ser continuado ou retido no  $E_2$ .

Foi com base nas orientações e decisões descritas nesta subseção que os dados foram classificados e descritos em relação à Teoria do Centramento.

---

<sup>96</sup> Em  $E_3$ , o  $C_b$  está realizado diretamente através do pronome “eu” e indiretamente através do pronome possessivo “minha”. Se a redação de  $E_3$  fosse a apresentada abaixo, “eu” ainda seria o  $C_b$ , estando realizado apenas indiretamente através do pronome possessivo:

(1) Da minha parte, tudo será feito.

### 7.3 A REALIZAÇÃO OU OMISSÃO DO ARTIGO DEFINIDO ANTES DE PRONOME POSSESSIVO PRÉ-NOMINAL E A SALIÊNCIA DISCURSIVA: RESULTADOS

Os apontamentos da subseção anterior são bastante sugestivos da complexidade do tratamento dos dados em relação à Teoria do Centramento. Dado o tempo necessário para classificação e revisão das ocorrências, apenas o *corpus* editado nesta tese foi consultado para a análise da relação entre a presença do artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal e a saliência discursiva. Para evitar viés nos resultados, não se examinaram sintagmas possessivos localizados em constituintes encaixados (7.2-7.3) nem que apresentaram algum tipo de modificação, incluindo adjetivos e sintagmas preposicionados, por exemplo (7.4-7.5), porque esses aspectos poderiam concorrer com o efeito da saliência, que é o fator que se quis isolar:

(7.2) “{...} e fica me hua comis|saõ da justiça para se provar o 1º e 2º matrimonio de Vit|tal Pereira Lobo, por depender do depoimento do Padre Frei| Francisco Xavier da Conceyçaõ Frigueyros que se acha auzente| pelos Certoês e se espera brevemente se ache prezente para a| celebraçaõ do seu capitolo;” (M\_35);

(7.3) “Certifico e atesto como Comissario do Santo Tribunal, que os Familia|res desta Cidade, e seos districtos cumprem inteiramente com a obri|gaçaõ de seos Officios, executando prontamente os mandados e ordeñs| que pelo Santo Tribunal, e por mim lhe são coñtidos {...}” (M\_41);

(7.4) “{...} de como fes esta notificaçaõ em sua propria| pessoa, passará Certidaõ ao pé desta do dia| mes, e Anno, em que fes esta diligencia {...}” (M\_18);

(7.5) “Acompanha esta a Lista dos Familiares que| ao prezente [e]xistem vivos nesta cidade, e su|as anexas, e tem athé gora apresentado as| suas Cartas de Familiares, com todas as de|claraçoẽs que Vossas Senhorias me ordenaõ {...}” (M\_42).

Com isso, nos 93 documentos que compõem o *corpus* editado nesta tese, foram levantadas 66 realizações de pronomes possessivos para análise<sup>97</sup>, número que exibiu 68,2% de presença do artigo definido (45/66).

Para mensurar os níveis de saliência nos textos, assumiu-se como critério a aplicação da Teoria do Centramento, observando o referente do elemento possessivo, ou seja, o *possuidor*, porque é esse elemento que está no contexto discursivo. O *possuído* usualmente é introduzido pelo constituinte possessivo e, por isso, não reflete o contexto discursivo que precede esse

<sup>97</sup> Esses dados são apresentados no Apêndice E.

constituente. Assim, considerar o *possuidor* possibilitou a comparação entre os tipos de centro e, conseqüentemente, entre os usos do artigo em diferentes níveis de saliência.

Partindo da hipótese de que o uso do artigo definido no sintagma possessivo, de alguma forma, espelha a saliência das unidades discursivas, espera-se que os maiores índices de realização do artigo definido estejam relacionados aos centros que exibem a maior carga de saliência. Nesse sentido, em escala crescente, os resultados devem ter a seguinte disposição:

(7.7) Escala de saliência discursiva de acordo com os tipos de centro

$$C_{f[-p]} < C_p < C_b$$

Quando o referente do sintagma possessivo é um  $C_f$  (excluído aí o  $C_f$  mais ranqueado, o  $C_p$ ), o artigo definido tenderá a ser menos realizado porque esse tipo de centro é o menos proeminente do enunciado. Se o possuidor for o  $C_p$ , espera-se maior uso do artigo em relação aos  $C_f$  que não são  $C_p$ , exatamente por ele liderar o ranque de saliência entre os  $C_f$ . Já se o referente do pronome possessivo for o  $C_b$ , o elemento mais bem ranqueado de  $E_{n-1}$  que é realizado  $E_n$ , uma unidade discursiva, portanto, dotada de grande saliência, o artigo tenderá a estar mais presente do que com  $C_f$  e  $C_p$ . Considera-se que a saliência do centro retrospectivo em relação ao prospectivo seja maior devido à presença do referente do possessivo no contexto discursivo anterior.

Os resultados encontrados confirmam essas hipóteses:

Tabela 7.1 – Uso do artigo definido diante de pronome possessivo no *corpus* editado e a saliência discursiva

Tipo de centro	Presença de artigo/ Subtotal	Subtotal/ Total
Centro retrospectivo ( $C_b$ )	19/22 86,4%	22/66 33,3%
Centro preferido ( $C_p$ )	7/11 63,6	11/66 16,7%
Centro prospectivo ( $C_f$ )	19/33 57,6%	33/66 50%

Fonte: elaboração própria.

O fator  $C_b$  – que inclui tanto os dados em que o referente do pronome possessivo é o  $C_b$  do enunciado em que o possessivo é realizado quanto as ocorrências em que esse referente é, além do  $C_b$ , o  $C_p$  – apresenta a maior taxa de realização do artigo definido antes de pronome possessivo. Esse resultado corrobora a expectativa inicial de que, sendo altamente saliente no contexto discursivo, o  $C_b$  elevaria a presença do artigo. Isso está demonstrado nas sequências discursivas a seguir:

(7.8) “**E**<sub>1</sub> Com esta remetto as diligencias, que constaõ| da lista junta: **E**<sub>2</sub> alguãs ficaõ por concluir; **E**<sub>3</sub> porem não| coube em tempo taõ breve a **sua** expedição, sem embargo| de lhe aplicar os meynos necessarios, por serem de partes| muito remotas a mayor porssaõ dellas.||” (M\_27);

(7.9) **E**<sub>1</sub> Phelippe de Barros morador em| Angola he homem pardo, **E**<sub>2</sub> e como nas Irman-|dades de Nossa *Senhora* do Amparo costuma| regularmente entrar nestas partes esta| casta de gente, por modo honesto lhe veyo| a chamar mulato o *ditto* meu Cunhado no| fim de huma Carta que lhe escreveo escan-|delizado dos seus maos *termos* e má corres-|pondencia. **E**<sub>3</sub> Vay tambem á Cópia desta| carta que tirey fielmente do que sentido| o *ditto* Barros rompeo no excesso que Se ve| da **sua** resposta, a vista da qual es-|pero de *Vossas Senhorias* Se dignem mandar| fazer demonstraçaõ tal, que com ella Se| repare esta infamia, e lhe peze á este hom[...]| de ter sido taõ ouzado, e descomedido.|| (M\_57)

Em (7.8), o referente do possessivo analisado (“sua” em “a sua expedição”) é “diligencias”. Esse centro é referido desde o **E**<sub>1</sub> e ocupa aí o segundo lugar na escala de saliência, ficando atrás apenas do centro expresso por “eu”, que é o **C**<sub>p</sub> por ser o primeiro sujeito na ordem linear de **E**<sub>1</sub>. “diligencias” é o único **C**<sub>f</sub> do **E**<sub>2</sub> e o seu **C**<sub>b</sub>. Sendo o único **C**<sub>f</sub> de **E**<sub>2</sub>, ao ser retomado indiretamente no **E**<sub>3</sub>, através no pronome possessivo “sua”, “diligencias” é o **C**<sub>b</sub> desse enunciado e é aí um elemento bastante proeminente por ser **C**<sub>b</sub> do enunciado anterior também. A centralidade desse referente na sequência discursiva em (7.8) explica, assim, a presença do artigo definido no constituinte possessivo de **E**<sub>3</sub>.

O percurso do referente do pronome possessivo na SD em (7.9) até se tornar bastante saliente no **E**<sub>3</sub> é semelhante ao exibido em (7.8). “Phelippe” é o possuidor do pronome possessivo realizado em **E**<sub>3</sub> (o referente desse pronome, portanto). É esse o único **C**<sub>f</sub> de **E**<sub>1</sub> e, ao ser retomado diretamente em **E**<sub>2</sub>, torna-se o seu **C**<sub>b</sub>. Em **E**<sub>2</sub>, “Phelippe” não é o **C**<sub>p</sub>, mas é o centro mais saliente desse enunciado realizado em **E**<sub>3</sub>. Por isso, é o **C**<sub>b</sub> de **E**<sub>3</sub>, isto é, seu centro mais proeminente, o que favorece o emprego do artigo definido antes do pronome possessivo.

As SD em (7.8) e (7.9) são ilustrativas da produtividade de se observar, além do enunciado em que o pronome possessivo é realizado, os dois enunciados anteriores, para identificar uma possível ampliação da saliência do referente do pronome possessivo dentro da sequência discursiva. Esses dados mostram, ainda, que a proeminência dos referentes discursivos está sugerida na noção de centro, com os **C**<sub>f</sub> espelhando os menores índices de saliência e o **C**<sub>b</sub>, por ser o elemento ao qual o enunciado diz respeito mais centralmente, os maiores.

O tipo de transição de centro observado entre os enunciados, por outro lado, pode não ser decisivo para mensurar a saliência discursiva dos referentes do pronome possessivo. Tanto

na sequência em (7.8) quanto em (7.9), o tipo de transição observado entre  $E_1$  e  $E_2$  é *estabelecimento* (o enunciado inicial, que por introduzir a SD ainda não tem um  $C_b$  estabelecido, é seguido de um enunciado com  $C_b$ ). Nas duas sequências, entre  $E_2$  e  $E_3$  ocorre transição do tipo *retenção de centro*: o  $C_b$  de  $E_2$  é o  $C_b$  de  $E_3$ , mas não é o seu  $C_p$ . Como em (7.8) e (7.9) o referente do pronome possessivo é o  $C_b$  do enunciado, a informação de que o centro está retido, isto é, de que essa entidade discursiva também foi  $C_b$  do enunciado anterior, é demonstrativa de que esse referente é altamente proeminente em  $E_3$ . Mas se o referente do pronome possessivo não fosse  $C_b$  do enunciado em que é realizado, o tipo de transição de centro não traria qualquer informação sobre a maior ou menor saliência desse referente. Por isso, o tipo de transição não é um dado relevante para dimensionar a saliência do possuidor.

Seguindo com a interpretação dos resultados apresentados na tabela 7.1, tem-se que as ocorrências em que o referente do pronome possessivo é o  $C_p$  do enunciado é o segundo fator que mais realiza o artigo definido, com 63,3% de presença desse determinante antes de pronome possessivo. Em termos de saliência, o  $C_p$  se situa entre os demais  $C_f$  e o  $C_b$ . É mais proeminente que aqueles porque é o  $C_f$  mais bem ranqueado de um enunciado, mas é menos saliente que este, porque não é a entidade discursiva sobre a qual o enunciado versa mais centralmente<sup>98</sup>. Por isso, o comportamento desse fator nos dados analisados confirma a hipótese inicial. Para observar sua atuação, considerem-se as SD seguintes:

(7.10) Meos *senhores* Com esta remetto a *Vossas Senhorias*, todas as diligencias| judiciais, e extrajudiciais, que me foraõ coñettidas; sem que| em **minha** maõ pare papel algũ.|| (M\_25);

(7.11) **E<sub>1</sub>** E recorrendo aos autos de genere do *dito* ha|bilitando *para* a naturalidade de sua may, e *para* examinar se nelles se declara quem foraõ os| Pays de seo avô materno Ioam de Galhardaõ, achei *que* delles consta ser o Pay do habilitan|do *natural* da dita freguezia da Cachoeira, e sua may *natural* da dita freguezia da Purificação e seo Avô| Paterno da dita freguezia do Iguape, e sua avó Paterna da dita freguezia da Cachoeira, e seo| E seo avô materno chamado Iasson de Galhardaõ *que* se declarou ser de nacaõ Francês da| Provincia da Rochela e só pela boa fama e reputação de pureza de seo sangue se habilitou| o *dito* habilitando seo neto. E sua avó materna *Dona* Ignacia de Proença *natural* desta cidade| da Bahia freguezia da Sé. **E<sub>2</sub>** E nam pude descobrir mais *quem* se dicessem ser os pays do *dito*| Ioam ou Iasson de Galhardaõ, **E<sub>3</sub>** e só Domingos Cardozo dos Santos *morador* nesta cidade que| me disse *que* elle corra com as diligencias da habilitação *para* ordeñs do *dito* habilitando o *Padre*| Affonço da Franqua, e entaõ só ouvira dizer aos **seoz** descendentes *que* o *dito* Iasson| de Galhardaõ dizia *que* seos Pays se chamavaõ Paulo de Galhardaõ e sua mulher| Izabel de tal, ambos Francezes de naçaõ

<sup>98</sup> Para evitar problemas de compreensão, lembra-se aqui que, na análise desta tese, os dados em que o  $C_b$  é, ao mesmo tempo, o  $C_p$  do enunciado foram classificados apenas como  $C_b$ . Por isso, nos resultados da tabela 7.1, os  $C_p$  reportam a entidades discursivas menos salientes que o  $C_b$ .

*que vieraõ para a cidade de Lisboa onde nacera| o dito Iasson ou Ioaõ de Galhardaõ na freguezia de Sam Paulo, o que tinha ouvido; (M\_68).*

A SD apresentada em (7.10) é composta por um único enunciando. Por conseguinte, a observação da saliência do referente do pronome possessivo depende exclusivamente da disposição dos  $C_f$  nesse enunciando. Nessa disposição, o referente do pronome possessivo, “eu”, é o  $C_p$ , ocupando a primeira posição de sujeito. Apesar disso, o pronome possessivo não foi antecedido pelo artigo definido.

Na SD (7.11), o referente do pronome possessivo em destaque é “Domingos”. Esse referente não foi mencionado nos enunciados iniciais ( $E_1$  e  $E_2$ ), mas é apresentado como o centro preferido de  $E_3$ , ao ocupar a primeira posição de sujeito. A saliência desse centro pode estar estimulando a marcação do artigo definido no sintagma possessivo em  $E_3$ .

Por fim, apresentam-se os dados em que o referente do pronome possessivo é um  $C_f$  (diferente do centro preferido) do enunciando em que o possessivo é realizado, fator que menos realiza o artigo definido, conforme as SD seguintes:

(7.12)  $E_1$  e com effeyto a dita| sua Irmãã chamada Maritanna Francisca das chagas| lhe déra por resposta *que* com effeyto inquirindo a lhe res|pondera a dita Denunciada [‡] crioula Vrsula com a| mesma duvida ou erro, de naõ poder ser hum só Deos,|  $E_2$  e querendo esta tira lla do dito erro [o]u duvida com [‡]lguãs| demonstraçoẽs ou similes, como por se livrar da practi|ca lhe respondera *que* já cria [e] era ella Denuncia|nte  $E_3$  e a mesma lhe dícera **sua** Irmãã, *que* na Den|unciada ficava o mesmo erro ou duvida (M\_39);

(7.13)  $E_1$  Represento a *Vossas Senhorias* em como chegando eu a Vila da| Cachoeyra termo da Çidade a cumprir as ordens de *Vossas Senhorias*| *que* na prezente frota receby, entre os famaliars do Santo| Officio que n[‡] dita Vila achei, me appareço Patrício Pereira| de Souza e Lima dizendo me tambem o era,  $E_2$  e ocu-|pando-o em alguãs notificasoens, que satisfes, das re-|feridas deligencias como famaliar, me diçeraõ entaõ| os mais famaliars, *que* morando o referido nesta Vila ha-|via tempos bastantes, onde elles os mais famaliars| tambem saõ moradores, nunca ouviraõ dizer fosse| o dito Patrício Pereira de Souza, e Lima famaliar,  $E_3$  e cres-|çendo tambem a murmuraçoõ do povo, pára evitar| esta opiniaõ, tomei por meyo o apresentarem os fa-|maliars as **suas** cartas pára as ver, o *que* fizeraõ todos| menos o dito dando me por desculpa a tinha na Çidade| mas *que* a mandava buscar (M\_74)

A análise do exemplo em (7.12) demanda especial cuidado para que não se confundam as pessoas mencionadas. A leitura cuidadosa do documento do qual se extraiu a SD em questão mostra que essas são três: a que faz a denúncia reportada no documento, “Mitilde”; sua irmã “Maritanna”, e a pessoa denunciada. O referente do pronome possessivo em  $E_3$  é a denunciante, “Mitilde”. Esse referente é realizado diretamente em  $E_1$  (através do pronome “lhe”), e

indiretamente como um dos  $C_f$  de  $E_2$ , pela relação que estabelece com “irmã” (essa retomada pelo pronome “lhe”). Em  $E_3$ , permanece como  $C_f$ , realizado diretamente pelo pronome “lhe” e indiretamente através do possessivo “sua”, em “sua irmã”. Embora mencionado nos três enunciados, não ocupa papel de destaque na escala de saliência dos  $C_f$  em  $E_2$  e  $E_3$ , o que se reflete na ausência do artigo definido diante do pronome possessivo nesse último.

Na SD em (7.13), o referente do pronome possessivo destacado é “famaliares”. Esse referente é realizado diretamente como um dos  $C_f$  de  $E_1$  e de  $E_2$ , mas em nenhum dos casos é o  $C_p$ . Em  $E_3$ , é realizado diretamente pela repetição da expressão nominal presente, também, nos enunciados anteriores, “os famaliares”, e indiretamente pelo pronome possessivo “sua”, em “as suas cartas”. Apesar de esse centro não ser o mais proeminente na SD em análise, o pronome possessivo a ele associado ocorre combinado com o artigo definido.

Embora os resultados não sejam categóricos, a distribuição apresentada na tabela 7.1 é um forte indício de que a realização do artigo definido diante de pronome possessivo se correlaciona com a definitude expressa pelo referente do pronome possessivo. Essa definitude pode ser compreendida em termos de saliência discursiva, e sua mensuração nos textos pode ser feita a partir da noção de centro *prospectivo*, *preferido* e *retrospectivo*, conforme concebida no âmbito da Teoria do Centramento.

#### 7.4 SÍNTESE

Os dados analisados mostram que a realização do artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal é influenciada pela saliência discursiva do referente desse pronome, isto é, do possuidor. A mensuração da saliência nos textos foi mediada pelo instrumental teórico-metodológico da Teoria do Centramento, com destaque para a noção de *centro*. Os diferentes tipos de centro, refletindo graus distintos de saliência discursiva, possibilitaram o rastreamento dos níveis de saliência dos referentes dos pronomes possessivos. Isso mostrou que os referentes mais proeminentes ( $C_b$  e  $C_p$ ) estimulam mais a realização do artigo definido no sintagma possessivo.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, realizou-se o estudo dos padrões de marcação/omissão do artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal, em textos escritos por religiosos baianos letrados, nascidos entre a segunda metade do século 17 e a primeira metade do século 18. Para desenvolvimento da pesquisa, três campos da agenda de trabalho do PHPB foram contemplados – a reconstrução da história social linguística do país; a constituição de *corpora* diacrônicos, e o estudo gramatical com base nos materiais constituídos – e desenvolvidos a partir das seguintes questões:

1. Como o *corpus* constituído se situa na dinâmica da formação sócio-histórica das variedades do PB?
2. O *corpus* constituído reúne características suficientes para ser representativo de uma variedade do PB?
3. A realização ou omissão do artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal nos *corpora* consultados está relacionada à definitude do referente do pronome possessivo?

As discussões desenvolvidas, sobretudo nas seções 2.1, 4.1, 4.2 e 4.3, mostram que se dispõe de dados suficientes para evidenciar como o *corpus* constituído se insere na história sociolinguística do PB.

Partindo da compreensão de que a formação sócio-história das variedades do PB abrange duas vertentes e considerando o perfil social dos *scriptores* dos manuscritos editados nesta tese – homens brancos, letrados, detentores de posses e prestígio social; o grupo dos *brancos brasileiros*, nos dados da demografia histórica do Brasil fornecidos por Mussa (1991) –, demonstrou-se que o *corpus* constituído se situa na vertente das variedades que, no Brasil colonial, se desenvolveram em maior proximidade aos modelos do português europeu. Os textos editados refletem, assim, os contornos iniciais do que Mattos e Silva (2004) denominou de *português culto brasileiro*, que na compreensão da pesquisadora, começaria a se formar a partir da segunda metade do século 18.

Ao se considerar a proposta de periodização sociolinguística do Brasil, de Lucchesi (2017), em relação à data de escrita dos manuscritos, o *corpus* constituído reflete uma variedade utilizada na terceira fase da história sociolinguística do país, na primeira vaga de



aportuguesamento, momento em que o português começa a se impor como primeira língua para a maioria da população.

Quando se observa a data de nascimentos dos *scriptores*, a amostra constituída abrange momentos diferentes da periodização linguística proposta por Lucchesi (2017). Parte dos Comissários nasceu na segunda metade do século 17, na fase do multilinguismo generalizado, período em que as situações de contato entre o português e as línguas indígenas e africanas eram mais frequentes. A outra parte nasceu na primeira metade do século 18, durante a primeira vaga de aportuguesamento, quando o multilinguismo generalizado do passado tornava-se cada vez mais localizado (Mattos e Silva, 2004), ao mesmo tempo em que aumentava a população de brancos europeus e brasileiros e a língua portuguesa, conseqüentemente, ia sendo mais difundida pela Colônia.

No que concerne ao trabalho de preparação dos textos, o *corpus* da pesquisa foi elaborado com o objetivo principal de contribuir com novos dados para o estudo da história do português brasileiro colonial setecentista. Por isso, além da leitura atenta e da devida observação dos critérios adotados para edição, levantaram-se informações para controle do perfil sócio-biográfico dos *scriptores*. Como a máquina inquisitorial era muito rigorosa na seleção de seus oficiais, esses eram submetidos a longo processo para revelação de sua genealogia, nacionalidade e naturalidade, escolaridade, hábitos familiares e mesmo bens patrimoniais. Com isso, a documentação legada pela candidatura dos agentes inquisitoriais foi a base para a caracterização do perfil dos homens que agiam na Bahia em nome da Inquisição de Lisboa.

Localizaram-se, dessa forma, dados confiáveis e suficientes para caracterização dos *scriptores* e dos documentos. Acrescenta-se que o *corpus* editado é composto por textos autógrafos (cf. subseção 2.2); reconhece-se a tradição discursiva em que foram produzidos (cf. subseção 4.1.2), e há um volume razoável de manuscritos, com uma tipologia documental diversa (cf. subseção 4.2.2). Por tudo isso, a amostra constituída é, nos termos de Mattos e Silva (2002) e Barbosa (2006), significativa e representativa da **variedade do português utilizada por clérigos brancos letrados da Bahia setecentista**.

Sobre o fenômeno gramatical analisado, os resultados da pesquisa mostram que a presença do artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal está relacionada à definitude. Adotando-se a proposta da Teoria da Saliência da Definitude (von Heusinger, 2013), assumiu-se que a definitude é melhor compreendida em termos de saliência das unidades discursivas (cf. subseções 3.2.2 e 7.1). E para mensurar a saliência dessas unidades nos textos, seguiu-se o instrumental analítico da Teoria do Centramento (cf. subseções 3.2.3 e 7.2).

De posse desse aporte teórico, constatou-se que, quando o referente do pronome possessivo (o elemento possuidor) é definido, isto é, saliente no contexto discursivo – sendo representado especialmente pelo *centro retrospectivo* do enunciado em que o sintagma possessivo é realizado –, o artigo definido é mais realizado diante de pronome possessivo pré-nominal (cf. subseção 7.3).

Ressalta-se, portanto, que desenvolvendo a edição cuidadosa dos manuscritos, localizando o *corpus* constituído no contexto da formação sócio-histórica das variedades do PB, caracterizando adequada e seguramente seus *scriptores* e reunindo fatores que comprovam **a representatividade da amostra para o estudo de uma variedade prestigiada no português utilizada por brancos letrados na Bahia setecentista, esta tese colabora significativamente para a pesquisa linguística em perspectiva histórica no Brasil**. Este estudo também avança na compreensão do fenômeno gramatical investigado, considerando que, com *corpora* diacrônicos sistematicamente constituídos, poucos trabalhos observaram a variação no uso do artigo definido diante de pronome possessivo em documentos brasileiros e que o referencial teórico consultado ainda não foi explorado em análises desse fenômeno linguístico em dados do PB.

Como é natural do fazer científico, no desenvolvimento desta tese, também se identificaram aspectos que poderão ser analisados em trabalhos futuros para um aprofundamento dos campos abordados. Relativamente ao estudo da história social linguística e à construção de *corpora* diacrônicos, ainda é latente a escassez de investigações que contemplem a vertente de formação das variedades estigmatizadas do PB. A pesquisa linguística no país muito se beneficiará de iniciativas – como a de Souza (2022) – que consigam localizar textos representativos dessa vertente e informações suficientes para caracterização das mãos que escreveram. Com isso, no campo gramatical, será possível, por exemplo, desenvolver trabalhos comparativos sobre a presença do artigo definido diante de pronome possessivo em variedades das duas vertentes constitutivas do PB, em perspectiva histórica. Ainda sobre o fenômeno linguístico em estudo, outra agenda para trabalhos futuros é a comparação diacrônica entre os usos do artigo definido no sintagma possessivo em textos escritos por brasileiros e portugueses, sobretudo para períodos anteriores ao século 19.

Por fim, ressalta-se que, da mesma forma que esta tese desenvolve um dos pontos sugeridos como agendas para pesquisas futuras na Dissertação de Mestrado da autora (Brito, 2019), espera-se que trabalhos de outras mãos – e das mãos da própria autora – possam partir das contribuições oferecidas nesta tese para ampliar os conhecimentos sobre os campos observados, tanto no que concerne aos aspectos apontados no parágrafo anterior quanto em

relação a aspectos diversos, pouco ou nada explorados. Isso é essencial para o crescimento da pesquisa sobre a formação sócio-histórica do PB, uma vez que, como proficuamente lembra Mattos e Silva (2004, p. 12), “Muitas histórias têm de ser reconstruídas para que se venha a ter uma história do diversificado português brasileiro”.

## REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Site do ANTT. Lisboa: ANTT, 2005. Atualização diária. Disponível em: <<http://antt.dgarq.gov.pt/>>. Acesso em: 14 abr. 2022.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Tratamento dos corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide (Org.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. v. 6, t. 2. Salvador: EDUFBA, 2006. p.761-780.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 8.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O entendimento da espécie e do tipo documentais na teoria e na prática arquivísticas. *OFFICINA - Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo, [S. l.]*, v. 1, n. 1, 2022. DOI: 10.29327/263416.1.1-2. Disponível em: <<https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associação-de-arquivistas/article/view/11>>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- BERNARDES, Manuel. Exhortação ao Pio Leytor. In: BERNARDES, Manuel. *Obras Completas do Pe Manuel Bernardes*. São Paulo: Anchieta, 1947. v. 15.
- BRITO, Ana Maria. European Portuguese possessives and the structure of DP. *Cuadernos de Lingüística del I.U.I. Ortega Y Gasset*, v. 14, p. 27-50, 2007.
- BRITO, Rosana Carvalho. *Uso variável dos artigos definidos antes de possessivos em cartas pessoais do sertão baiano (século XX)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/1jw2a1AN-MdGsofKVNKR\\_ArxCTMPNIIMV/view](https://drive.google.com/file/d/1jw2a1AN-MdGsofKVNKR_ArxCTMPNIIMV/view)>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- BRITO, Rosana Carvalho; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. A combinação do artigo definido com pronome possessivo: análise de fatores semânticos. In: ARAÚJO, Silvana de Farias; OLIVEIRA JÚNIOR, Miguel; BARREIROS, Liliane Lemos Santana (Org.). *Linguagem e Sociedade: questões variacionistas, filológicas e discursivas*. Campinas: Pontes, 2022. p. 172-196.
- BRITO, Rosana Carvalho; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; LOSE, Alícia Duhá; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira (Org.). *Documentos de Comissários baianos da Inquisição portuguesa no Brasil (1700-1791)*. No prelo.
- CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Dermeval da (Org.). *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 11-27.

CAMBRAIA, César Nardelli. Crítica textual. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (Org.). *Ciências da linguagem: o fazer científico?* Campinas: Mercado das Letras, 2012. p. 293-319.

CARDINALETTI, Anna. On the deficient/strong opposition in possessive systems. In: ALEXIADOU, Artemis; WILDER, Chris (Ed.). *Possessors, predicates and movement in the determiner phrase*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1998. p. 17-53

CARDINALETTI, Anna; STARKE, Michal. The Typology of Structural Deficiency: a Case Study of Three Classes of Pronouns. In: RIEMSDIJK, Henk van (Ed.). *Clitics in the Languages of Europe*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999. p. 33-82.

CARDOSO, Lara da Silva; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira. Para um estudo da formação do português brasileiro: descrição, representatividade e potencialidades do corpus colonial do CE-DOHS. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v.7, p.330-355, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7iespec.41843>. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/41843>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira. Corpus eletrônico de Documentos Históricos do Sertão: etapa 1 (1750-2000). *Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências, [S. l.]*, v. 8, n. 1, p. 205-221, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22481/rbba.v8i1.5588>. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/5588>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Projeto de História do Português de São Paulo. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Para a História do Português Brasileiro: primeiras ideias*. São Paulo: Humanitas / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1998. v. 1. p. 61-76.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Produção científica do Projeto Para a História do Português Brasileiro, de 1988 a fevereiro de 2019*. Bancos de dados do CEDOCH. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://cedoch.fflch.usp.br/producao-cientifica-do-projeto-para-historia-do-portugues-brasileiro>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CASTRO, Ana. *On Possessives in Portuguese*. Dissertação de Doutorado, Universidade Nova de Lisboa/Université Paris 8. 2006a.

CASTRO, Ana. Possessivo e artigo definido expletivo em PE e PB. *Veredas*, v. 10, n. 1-2, 2006b. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25231>>. Acesso em: 5 maio 2021.

CASTRO, Ana; COSTA, João. Possessivos e advérbios: formas fracas como X<sup>o</sup>. In: *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa, APL, 2002, p.101-111.

CASTRO, Ivo. Vidas de santos de um manuscrito alcobacense. *Revista Lusitana, nova série* 4, p. 5-52, 1982/83.

CLUL (Org.). 2014. P.S. *Post Scriptum*. Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna. Disponível em: <<http://teitok.clul.ul.pt/postscriptum/>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CORDIALSIN. *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe*. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Disponível em: <<https://www.clul.ulisboa.pt/projeto/cordial-sin-corpus-dialectal-para-o-estudo-da-sintaxe>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

COSTA, Iraneide. O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e de possessivo do século XIII ao século XVI. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Org.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS EDITORA, 2002. p. 284-306.

COSTA, João. *Word order*. Leiden: HIL, 1998.

EÇA DE QUEIRÓS, José Maria. *Os Maias*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1888.

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias. *Os Arquivos da Inquisição*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990.

FLORUPI, Simone Azevedo. *Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos na história do português*. 2008. 271f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <[http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/9/94/FLORUPI\\_SA-Dr.pdf](http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/9/94/FLORUPI_SA-Dr.pdf)>. Acesso em: 23 maio 2020.

FLORUPI, Simone Azevedo. Português clássico e português brasileiro: uma visão diacrônica da evolução do artigo. In: XXV Jornada Nacional do Grupo de Estudos Linguísticos e Literários do Nordeste, 2014, Natal. *Anais...* Natal: EDUFRN, 2014.

GARRETT, João Baptista D'Almeida. *Opusculo à cerca da Origem da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844.

GIORGI, Alessandra; LONGOBARDI, Giuseppe. *The syntax of Noun Phrases: configuration, parameters and empty categories*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1991.

GÖTZE, Michael; WESKOTT, Thomas; ENDRISS, Cornelia; FIEDLER, Ines; HINTERWIMMER, Stefan; PETROVA, Svetlana; SCHWARZ, Anne; SKOPETEAS, Stavros; STOEL, Ruben. Information structure. In: DIPPER, Stefanie; GÖTZE, Michael; SKOPETEAS, Stavros Skopeteas (Ed.). *Interdisciplinary Studies on Information Structure*, volume 7 of Working Papers of the SFB 632. Universitätsverlag, Potsdam, 2007. p. 147–187.

GROSZ, Barbara; JOSHI, Aravind; WEINSTEIN, Scott. Centering: a framework for modelling the local coherence of discourse. *Computational Linguistics*, v. 21, n. 2, p. 203-

225, 1995. Disponível em: <<https://aclanthology.org/J95-2003.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

HATHERLY, Ana. *A preciosa de sóror Maria do Céu*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

HERCULANO, Alexandre. *Lendas e Narrativas*. Lisboa: Bertrand, 1851.

LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; SANTIAGO, Huda da Silva. Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão: as cartas de inábeis. *A Cor das Letras*, Feira de Santana. v.17, p.127-143, 2016. DOI: <https://doi.org/10.13102/cl.v17i1.1463>. Disponível em: <<https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasleytras/article/view/1463>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

LAPA, Manuel Rodrigues. *Cartas Familiares, D. Francisco Manuel de Melo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editoria, 1937.

LEMOS, Dayane Moreira. *ELiHS, um projeto para além do litoral: da constituição de corpus oral de comunidades afro-brasileiras à análise estatística da variação na concordância nominal de número na variedade da comunidade afro-brasileira de Volta do Angico*. 2023. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2023.

LONGOBARDI, Giuseppe. Reference and proper names: a theory of N-movement in Syntax and Logical Form. *Linguistic Inquiry*, v. 25, n. p.609-665, 1994.

LOSE, Alícia Duhá. Edições de documentos históricos: a quem interessam? a quem se destinam? *Revista da ABRALIN*, v.16, n.2, p. 71-86, 2017. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/463>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

LOSE, Alícia Duhá. *Critérios para transcrição e preparação de edição semidiplomática de textos manuscritos modernos*. Salvador: Memória em Papel, 2019.

LOSE, Alícia Duhá; TELLES, Célia Marques. Qual edição e o que editar. *A Cor das Letras*, Feira de Santana, v. 18, n. 2, p. 271-193, 2017. DOI: 10.13102/cl.v18i2.1863. Disponível em: <<https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasleytras/article/view/1863>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000). *DELTA*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-130, 2001. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/39812>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 41-73. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/209/4/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

LUCCHESI, Dante. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In: LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne; RIBEIRO, Silvana (Org.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 249-274. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16749/1/Rosae.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 347-382, 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/34369>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.

LYONS, Christopher. A possessive parameter. *Sheffield Working Papers in Language and Linguistics*, v. 2, p. 98-104, 1985.

LYONS, Christopher. On the origin of the Old French strong-weak possessive distinction. *Transactions of the Philological Society*, p. 1-41, 1986.

LYONS, Christopher. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MACEDO-COSTA, Tatiane. *Determinantes definidos: um estudo sobre a estrutura dos DPs na história do Português*. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

MAGALHÃES, Telma Vianna. O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX. *Leitura*, Maceió, n. 47, p. 123-143, 2011.

MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne; RIBEIRO, Silvana (Org.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 533-541. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16749/1/Rosae.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz; LOPES, Célia Regina dos Santos. Edição filológica: preparação de textos para o estudo da história da língua. In: MARCOTULIO, Leonardo Lennertz; LOPES, Célia Regina dos Santos; BASTOS, Mário Jorge de Motta; OLIVEIRA, Thiago Laurentino de (Org.). *Filologia, História e Língua: olhares sobre o português medieval*. São Paulo: Parábola, 2018. p. 33-53.

MARTINS, Ana Maria. *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: da Produção Primitiva ao Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. ALKMIN, Tânia Maria (Org.). *Para a história do*



*português brasileiro: novos estudos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. v. 3. p. 443-464.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Salvador: EDUFBA, 2010.

MIGUEL, Matilde. Para uma tipologia dos possessivos. In: *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, p.287-299, 2002.

MOTT, Luiz. Um nome... em nome do Santo Ofício: O Cônego João Calmon, Comissário da Inquisição na Bahia Setecentista. *Universitas*, Salvador, n. 37, p. 15-32, 1986. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/universitas/article/view/1169>>. Acesso em: 13 mar. 2024.

MOTT, Luiz. *Bahia: inquisição & sociedade*. Salvador: EDUFBA, 2010.

MUSSA, Alberto Baeta Neves. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. 1991. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

NOVINSKY, Anita Waingort. A Inquisição na Bahia: um relatório de 1632. *Revista de História*, [S. l.], v. 36, n. 74, p. 417-423, 1968. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1968.127394. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/127394>>. Acesso em: 15 mar. 2024.

NOVINSKY, Anita Waingort. *Cristãos Novos na Bahia: 1624-1654*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NOVINSKY, Anita Waingort. *A inquisição*. 10 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

PATIL, Indrajeet. Visualizations with statistical details: the ‘ggstatsplot’ approach. *Journal of Open Source Software*, v. 6, n. 61, p. 1-5, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21105/joss.03167>. Disponível em: <<https://www.theoj.org/joss-papers/joss.03167/10.21105.joss.03167.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2022.

PIEL, Joseph M. *Leal Conselheiro, o qual fez Dom Eduarte, Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1942.

POESIO, Massimo; STEVENSON, Rosemary; DI EUGÊNIO, Bárbara; HITZEMAN, Janet. Centering: a parametric theory and its instantiations. *Computational Linguistics*, v. 30, p. 309-363, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1162/0891201041850911>. Disponível em: <<https://aclanthology.org/J04-3003>>. Acesso em: 24 abr. 2022.

QUEIROZ, Karla Lima de. *Processamento da co-referência: pronomes lexicais, nomes repetidos, hiperônimos e hipônimos, como formas de retomada anafórica inter-sentencial do sujeito em Português Brasileiro*. 2009. 60f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for statistical computing, Vienna, Austria, 2021. Disponível em: <<https://cran.r-project.org/bin/windows/base/>>. Acesso em: 20 set. 2022.

RINKE, Esther. A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. *Estudos de Linguística Galega*, Santiago de Compostela, v. 2, p. 121-139, 2010. DOI: 10.3309/1989-578X-10-6. Disponível em: <<http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/article/view/1511>>. Acesso em: 11 set. 2022.

SANTIAGO, Huda da Silva. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos candidas” do sertão baiano*. 2012. 2v. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTIAGO, Huda da Silva; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira; BRITO, Rosana Carvalho; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. CE-DOHS: um banco de dados sociolinguísticos para a história do português brasileiro. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 311-329, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7iespec.41640>. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/41640>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SCHEI, Ane. O artigo definido frente a pronomes possessivos na literatura brasileira do século XIX. *Revista da ABRALIN*, v. 8, n. 2, p. 15-44, 2009. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1031>>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SCHOORLEMMER, Maaïke. Possessors, Articles and Definiteness. In: ALEXIADOU, Artemis; WILDER, Chris. *Possessors, Predicates and Movement in the Determiner Phrase*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1998. p. 56-86.

SILVA, Fernando José Vieira da; CARVALHO, Ariadne Maria Brito Rizzoni; ROMAN, Norton Trevisan. A Comparative Analysis of Centering-Based Algorithms for Pronoun Resolution in Portuguese. *Lecture Notes in Computer Science*, Heidelberg, v. 6433, p. 336-345, 2010. Disponível em: <[https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-642-16952-6\\_34](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-642-16952-6_34)>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. 1982. 457f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: INL, 1963 [1951].

SIQUEIRA, Sônia. A disciplina na vida colonial: os Regimentos da Inquisição. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 157, n. 392, p. 497- 571, 1996.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2009.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. “Em nome do Santo Ofício”: agentes da Inquisição portuguesa na Bahia setecentista. In: *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, 2011, Lisboa.

SOUZA, Márcia Silva de. *Documentos de Mamelucos no Brasil Colonial: edição e descrição dos aspectos gráficos*. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2022. Disponível em: <<http://www.mel.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=233>>. Acesso em: 30 maio 2024.

VIANA, Mário Gonçalves. *Cartas/ António Vieira*. Porto: Domingos Barreira Editor, 1950.

VILHENA, Luís Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969.

VON HEUSINGER, Klaus. The Salience Theory of Definiteness. In: CAPONE, Alessandro; LO PIPARO, Franco; CARAPEZZA, Marco (Ed.). *Perspectives on Linguistic Pragmatics*. 2 ed. Barcelona: Springer, 2013. p. 349-374.

WALKER, Marilyn. Evaluating discourse processing algorithms. In: *27ª Reunião Anual da Association for Computational Linguistics*, Vancouver, p. 251-261, 1989. DOI: 10.3115/981623.981654. Disponível em: <<https://aclanthology.org/P89-1031/>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

WALKER, Marilyn; IIDA, Masayo; COTE, Sharon. Japanese discourse and the process of centering. *Computational Linguistics*, v. 20, n. 2, p. 193-232, 1994. Disponível em: <<https://aclanthology.org/J94-2003.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

WUYUN, Saina. *Where Centering Meets Chinese Discourse*. Xian: Springer, 2020.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – OS SINTAGMAS POSSESSIVOS ANALISADOS DESTACADOS NOS MANUSCRITOS (*CORPUS I*)

Disponível em: [https://drive.google.com/drive/folders/1ezY5Gl3T9hG5l3nNCqH0bKe-h8c8\\_azm?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1ezY5Gl3T9hG5l3nNCqH0bKe-h8c8_azm?usp=drive_link).

APÊNDICE B – CONSTITUINTES ANALISADOS ACOMPANHADOS DOS FAC-  
SÍMILES (*CORPUS I*)

Disponível em:

[https://drive.google.com/drive/folders/1PE6LIDpy0UDgl5EsVHg5VzXP9ro0AyjF?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1PE6LIDpy0UDgl5EsVHg5VzXP9ro0AyjF?usp=drive_link).

APÊNDICE C – OS SINTAGMAS POSSESSIVOS ANALISADOS DESTACADOS NOS  
MANUSCRITOS (*CORPUS II*)

Disponível em:  
[https://drive.google.com/drive/folders/11oj1wMUVoaQQ5INjUaTmgE2lWIHVAtg?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/11oj1wMUVoaQQ5INjUaTmgE2lWIHVAtg?usp=drive_link).

APÊNDICE D – CONSTITUINTES ANALISADOS ACOMPANHADOS DOS FAC-  
SÍMILES (*CORPUS* II)

Disponível em: [https://drive.google.com/drive/folders/1rK8H\\_CGUwKQXtYx0dg-Hwr83wSwvLLuR?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1rK8H_CGUwKQXtYx0dg-Hwr83wSwvLLuR?usp=drive_link).

APÊNDICE E – SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS  
(ANÁLISE DA DEFINITUDE/SALIÊNCIA)

Disponível

em:

[https://drive.google.com/drive/folders/1kq7pFXpUnPiGcT1YQI7thOjnT3vFQjeX?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1kq7pFXpUnPiGcT1YQI7thOjnT3vFQjeX?usp=drive_link).



APÊNDICE E – SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS  
(ANÁLISE DA DEFINITUDE/SALIÊNCIA)

**ANEXOS**

ANEXO 1 – TERMO DE ANUÊNCIA PARA USO DO *CORPUS* II

**TERMO DE ANUÊNCIA**

Eu, Elane Santos e Santos, na qualidade de titular dos direitos de autoria da edição referente a 84 manuscritos produzidos por 15 comissários do Santo Ofício, a saber: Afonso da Franca Adorno, Amaro Pereira Payva, Antônio Pirez Gião, Francisco Martins Pereira, Francisco Pinheyro Barreto, Gonçalo de Sousa Falcão, Ignacio Pinto de Almeyda, Ignacio de Souza Brandão, João Calmon, José Alves da Fonseca, José da Sylva Freire, José Ignacio de Passos Ribeiro, José Nunes Cabral Castelo Branco, Manoel Anselmo de Almeida Sande e Rodrigo Gayoso de São José, tenho ciência e autorizo Rosana Carvalho Brito a veicular e realizar pesquisas, com base no material editado por mim no âmbito da tese intitulada: *Entre linhas e testemunhos: edição semidiplomática de manuscritos de comissários baianos do Santo Ofício e estudo descritivo de argumentos dativos* (a sair).

Feira de Santana-BA, 06 de junho de 2024.



---

Elane Santos e Santos

ANEXO 2 – FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS COMISSÁRIOS (*CORPUS II*)

Quadro 1 – Ficha de identificação do Comissário Afonso da Franca Adorno

<b>DADOS PESSOAIS</b>	
<b>Nome completo:</b> Afonso da Franca Adorno	
<b>Acervo correspondente:</b> Arquivo Nacional da Torre do Tombo	
<b>Filiação:</b> João Rodrigues de França e Dona Ana Proença	
<b>Naturalidade:</b> Cachoeira	<b>Nacionalidade:</b> Brasileiro.
<b>Data de nascimento:</b> 1720	<b>Data de falecimento:</b> -
<b>Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):</b> 44 anos	
<b>Moradia:</b> Cachoeira	
<b>Estado civil:</b> Solteiro	
<b>Escolaridade:</b> Graduado em Cânones e Direito Civil	
<b>Ofício:</b> Vigário Locado, protonotário apostólico	
<b>Tipo documental:</b> Carta de remessa	
<b>Data da escrita do documento:</b> 1764	
<b>Fontes:</b>	
ANTT, Arquivo Nacional Torre do Tombo. Diligência de habilitação de Afonso de França Adorno (Padre). Disponível em: <a href="https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2318961">https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2318961</a> . Acesso em: 10 nov. 2023.	
RH, Repositório Histórico. Diligências de habilitação do Santo Ofício: Afonso da Franca Adorno. Disponível em: <a href="https://repositoriohistorico.pt/fso/view?id=32">https://repositoriohistorico.pt/fso/view?id=32</a> . Acesso em: 10 nov. 2023.	
SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. <i>Para remédio das almas</i> : comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804). Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2009.	

Fonte: Santos (a sair).

Quadro 2 – Ficha de identificação do Comissário Amaro Pereira Payva

<b>DADOS PESSOAIS</b>	
<b>Nome completo:</b> Amaro Pereira Payva	
<b>Acervo correspondente:</b> Arquivo Nacional da Torre do Tombo	
<b>Filiação:</b> João Pereira Guimarães e Maria de Payva	
<b>Naturalidade:</b> Salvador	<b>Nacionalidade:</b> Brasileiro.
<b>Data de nascimento:</b>	<b>Data de falecimento:</b> -
<b>Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):</b>	
<b>Moradia:</b> Salvador	
<b>Estado civil:</b> solteiro	
<b>Escolaridade:</b> Cânones por Coimbra, Advogado	
<b>Ofício:</b> Protonotário Apostólico	
<b>Tipos documentais:</b> carta de informe; carta de remessa	
<b>Data da escrita dos documentos:</b> 1761; sem data e sem local	
<b>Fontes:</b>	
ANTT, Arquivo Nacional Torre do Tombo. Diligência de habilitação de Amaro Pereira Paiva (Padre). Disponível em: <a href="https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2319395">https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2319395</a> . Acesso em: 10 nov. 2023.	
RH, Repositório Histórico. <u>Diligências de habilitação do Santo Ofício</u> : Amaro Pereira Paiva. Disponível em: <a href="https://repositoriohistorico.pt/fso/view?id=486">https://repositoriohistorico.pt/fso/view?id=486</a> . Acesso em: 10 nov. 2023.	
SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. <i>Para remédio das almas</i> : comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804). Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2009.	

Fonte: Santos (a sair).

Quadro 3 – Ficha de identificação do Comissário Antonio Pirez Gião

<b>DADOS PESSOAIS</b>	
<b>Nome completo:</b> Antonio Pirez Gião	
<b>Acervo correspondente:</b> Arquivo Nacional da Torre do Tombo	
<b>Filiação:</b> Francisco Nunes Gião e Catherina Vieyra de Goes	
<b>Naturalidade:</b> Salvador	<b>Nacionalidade:</b> Brasileiro.
<b>Data de nascimento:</b>	<b>Data de falecimento:</b> 1717
<b>Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):</b>	
<b>Moradia:</b> Salvador	
<b>Estado civil:</b> solteiro	
<b>Escolaridade:</b>	
<b>Ofício:</b> Pregador e confessor geral do Arcebispo da Bahia	
<b>Tipos documentais:</b> informe para habilitação; depoimento reportado de denúncia	
<b>Data da escrita dos documentos:</b> 1700-1708	
<b>Fontes:</b>	
ANTT, Arquivo Nacional Torre do Tombo. Diligência de habilitação do Padre António Pires Gião. Disponível em: <a href="https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2322278">https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2322278</a> . Acesso em: 10 nov. 2023.	
RH, Repositório Histórico. <u>Diligências de habilitação do Santo Ofício</u> : António Pires Gião. Disponível em: <a href="https://repositoriohistorico.pt/fso/view?id=486">https://repositoriohistorico.pt/fso/view?id=486</a> . Acesso em: 10 nov. 2023.	
SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. <i>Para remédio das almas</i> : comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804). Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2009.	

Fonte: Santos (a sair).

Quadro 4 – Ficha de identificação do Comissário Francisco Martins Pereira

<b>DADOS PESSOAIS</b>	
<b>Nome completo:</b> Francisco Martins Pereira	
<b>Acervo correspondente:</b> Arquivo Nacional da Torre do Tombo	
<b>Filiação:</b> Francisco Martins Pereira e Antonia de Uzeda de Araujo	
<b>Naturalidade:</b> Salvador	<b>Nacionalidade:</b> Brasileiro.
<b>Data de nascimento:</b>	<b>Data de falecimento:</b> -
<b>Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):</b>	
<b>Moradia:</b> Salvador	
<b>Estado civil:</b> solteiro	
<b>Escolaridade:</b> Cânones (Coimbra) / Mestre em Artes (Coimbra)	
<b>Ofício:</b> Chanceler da relação eclesiástica	
<b>Tipos documentais:</b> carta de remessa; atestado de desempenho de função	
<b>Data da escrita dos documentos:</b> 1733-1737	
<b>Fontes:</b>	
ANTT, Arquivo Nacional Torre do Tombo. Diligência de habilitação de Francisco Martins Pereira (Padre). Disponível em: <a href="https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2327792">https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2327792</a> . Acesso em: 10 nov. 2023.	
RH, Repositório Histórico. <u>Diligências de habilitação do Santo Ofício</u> : Francisco Martins Pereira. Disponível em: <a href="https://repositoriohistorico.pt/fso/view?id=9185">https://repositoriohistorico.pt/fso/view?id=9185</a> . Acesso em: 10 nov. 2023.	
SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. <i>Para remédio das almas</i> : comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804). Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2009.	

Fonte: Santos (a sair).

Quadro 5 – Ficha de identificação do Comissário Francisco Pinheyro Barreto

<b>DADOS PESSOAIS</b>	
<b>Nome completo:</b> Francisco Pinheyro Barreto	
<b>Acervo correspondente:</b> Arquivo Nacional da Torre do Tombo	
<b>Filiação:</b> Manoel Gonçalves Pinheiro e Maria da Assunção	
<b>Naturalidade:</b> Salvador	<b>Nacionalidade:</b> Brasileiro.
<b>Data de nascimento:</b> 1685	<b>Data de falecimento:</b> -
<b>Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):</b> 55 a 66 anos	
<b>Moradia:</b> Salvador	
<b>Estado civil:</b> solteiro	
<b>Escolaridade:</b> Bacharel em Cânones (Coimbra)	
<b>Ofício:</b> Vigário na Igreja de S. Pedro; Desembargador da Relação eclesiástica; Cônego da Sé	
<b>Tipos documentais:</b> carta de remessa; atestado de desempenho de função	
<b>Data da escrita dos documentos:</b> 1740-1751	
<b>Fontes:</b>	
ANTT, Arquivo Nacional Torre do Tombo. Diligência de habilitação de Francisco Pinheiro Barreto. Disponível em: <a href="https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2328081">https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2328081</a> . Acesso em: 10 nov. 2023.	
RH, Repositório Histórico. <u>Diligências de habilitação do Santo Ofício</u> : Francisco Pinheiro Barreto. Disponível em: <a href="https://repositoriohistorico.pt/fso/view?id=9369">https://repositoriohistorico.pt/fso/view?id=9369</a> . Acesso em: 10 nov. 2023.	
SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. <i>Para remédio das almas</i> : comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804). Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2009.	

Fonte: Santos (a sair).

Quadro 6 – Ficha de identificação do Comissário Gonçalo de Sousa Falcão

<b>DADOS PESSOAIS</b>	
<b>Nome completo:</b> Gonçalo de Sousa Falcão	
<b>Acervo correspondente:</b> Arquivo Nacional da Torre do Tombo	
<b>Filiação:</b> Bernardo Vás Falcão e Catarina de Sousa	
<b>Naturalidade:</b> Salvador	<b>Nacionalidade:</b> Brasileiro.
<b>Data de nascimento:</b> 1713	<b>Data de falecimento:</b> -
<b>Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):</b> 53 e 56 anos	
<b>Moradia:</b> Salvador	
<b>Estado civil:</b> solteiro	
<b>Escolaridade:</b> Bacharel em Cânones (Coimbra)	
<b>Ofício:</b> Cônego da Sé da Ba; Vigário Geral; Juiz dos Resíduos; Desembargador da Relação Eclesiástica	
<b>Tipos documentais:</b> carta de informe; carta de remessa	
<b>Data da escrita dos documentos:</b> 1766/1769	
<b>Fontes:</b>	
ANTT, Arquivo Nacional Torre do Tombo. Diligência de habilitação de Gonçalo de Sousa Falcão. Disponível em: <a href="https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2329240">https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2329240</a> . Acesso em: 10 nov. 2023.	
SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. <i>Para remédio das almas</i> : comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804). Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2009.	

Fonte: Santos (a sair).

Quadro 7 – Ficha de identificação do Comissário Ignacio Pinto de Almeyda

<b>DADOS PESSOAIS</b>	
<b>Nome completo:</b> Ignacio Pinto de Almeyda	
<b>Acervo correspondente:</b> Arquivo Nacional da Torre do Tombo	
<b>Filiação:</b> -	
<b>Naturalidade:</b> Salvador	<b>Nacionalidade:</b> Brasileiro.
<b>Data de nascimento:</b> 1737	<b>Data de falecimento:</b> -
<b>Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):</b> 35 anos	
<b>Moradia:</b> Santíssimo Sacramento do Pilar	
<b>Estado civil:</b>	
<b>Escolaridade:</b> Formado em Estudos Gerais e Teologia nos estudos Jesuítas	
<b>Ofício:</b> Mestre em artes pelos estudos gerais	
<b>Tipo documental:</b> Carta de remessa	
<b>Data da escrita dos documentos:</b> 1772	
<b>Fontes:</b>	
SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. <i>Para remédio das almas</i> : comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804). Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2009.	

Fonte: Santos (a sair).

Quadro 8 – Ficha de identificação do Comissário Ignacio de Souza Brandão

<b>DADOS PESSOAIS</b>	
<b>Nome completo:</b> Ignacio de Souza Brandão	
<b>Acervo correspondente:</b> Arquivo Nacional da Torre do Tombo	
<b>Filiação:</b> Miguel Ferreira e Bernarda de Souza	
<b>Naturalidade:</b> Salvador	<b>Nacionalidade:</b> Brasileiro.
<b>Data de nascimento:</b>	<b>Data de falecimento:</b> -
<b>Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):</b>	
<b>Moradia:</b> Salvador	
<b>Estado civil:</b> solteiro	
<b>Escolaridade:</b> Licenciado, Teólogo	
<b>Ofício:</b> Pregador	
<b>Tipo documental:</b> depoimento reportado de denúncia	
<b>Data da escrita dos documentos:</b> 1698-1701	
<b>Fontes:</b>	
ANTT, Arquivo Nacional Torre do Tombo. <i>Diligência de habilitação de Inácio de Sousa Brandão</i> . Disponível em: <a href="https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2329941">https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2329941</a> . Acesso em: 10 nov. 2023.	
RH, Repositório Histórico. <i>Diligências de habilitação do Santo Ofício</i> : Inácio de Sousa Brandão. Disponível em: <a href="https://repositoriohistorico.pt/fso/view?id=10614">https://repositoriohistorico.pt/fso/view?id=10614</a> . Acesso em: 10 nov. 2023.	
SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. <i>Para remédio das almas</i> : comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804). Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2009.	

Fonte: Santos (a sair).

Quadro 9 – Ficha de identificação do Comissário João Calmon

<b>DADOS PESSOAIS</b>	
<b>Nome completo:</b> João Calmon	
<b>Acervo correspondente:</b> Arquivo Nacional da Torre do Tombo	
<b>Filiação:</b> João Calmon e Juliana de Almeida	
<b>Naturalidade:</b> Salvador	<b>Nacionalidade:</b> Brasileiro.
<b>Data de nascimento:</b> 1668	<b>Data de falecimento:</b> 6-7-1737
<b>Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):</b> 34 a 67 anos	
<b>Moradia:</b> Salvador	
<b>Estado civil:</b> solteiro	
<b>Escolaridade:</b> Doutor em Cânones (Coimbra)	
<b>Ofício:</b> Chantre, Cônego da Sé da Ba; Vigário Geral; Desembargador da Relação Eclesiástica	
<b>Tipos documentais:</b> carta de remessa; carta de informe; informe sobre processo; certificado de reconhecimento de letra; certificado de ausência justificada; depoimento reportado de confissão; mandado de notificação; relação de diligências	
<b>Data da escrita dos documentos:</b> 1702-1735	
<b>Fontes:</b>	
ANTT, Arquivo Nacional Torre do Tombo. Diligência de habilitação de João Calmon. Disponível em: <a href="https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2330492">https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2330492</a> . Acesso em: 10 nov. 2023.	
RH, Repositório Histórico. <u>Diligências de habilitação do Santo Ofício</u> : João Calmon. Disponível em: <a href="https://repositoriohistorico.pt/fso/view?id=11483">https://repositoriohistorico.pt/fso/view?id=11483</a> . Acesso em: 10 nov. 2023.	
SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. <i>Para remédio das almas</i> : comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804). Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2009.	

Fonte: Santos (a sair).

Quadro 10 – Ficha de identificação do Comissário José Alves da Fonseca

<b>DADOS PESSOAIS</b>	
<b>Nome completo:</b> José Alves da Fonseca	
<b>Acervo correspondente:</b> Arquivo Nacional da Torre do Tombo	
<b>Filiação:</b> Manoel Alves da Fonseca e Ritta Maria da Graça	
<b>Naturalidade:</b> Cachoeira	<b>Nacionalidade:</b> Brasileiro.
<b>Data de nascimento:</b>	<b>Data de falecimento:</b> 16-2-1811
<b>Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):</b>	
<b>Moradia:</b> Salvador	
<b>Estado civil:</b>	
<b>Escolaridade:</b>	
<b>Ofício:</b> Vigário locado na Igreja de Santo Antônio Além do Carmo	
<b>Tipos documentais:</b> Carta de remessa / Recibo de pagamento	
<b>Data da escrita dos documentos:</b> 1804-1809	
<b>Fontes:</b>	
ANTT, Arquivo Nacional Torre do Tombo. Diligência de habilitação de José Alves da Fonseca. Disponível em: <a href="https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2333221">https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2333221</a> . Acesso em: 10 nov. 2023.	
SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. <i>Para remédio das almas</i> : comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804). Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2009.	

Fonte: Santos (a sair).

Quadro 11 – Ficha de identificação do Comissário José da Sylva Freire

**DADOS PESSOAIS**

**Nome completo:** José da Sylva Freire  
**Acervo correspondente:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo  
**Filiação:** Manoel Francisco do Valle e Izabel da Silva Freire  
**Naturalidade:** Salvador **Nacionalidade:** Brasileiro.  
**Data de nascimento:** 1744 **Data de falecimento:** -  
**Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):** 52 anos  
**Moradia:** Salvador  
**Estado civil:** solteiro  
**Escolaridade:** Filósofo  
**Ofício:** Cônego Prebendado da Sé da Bahia  
**Tipo documental:** carta de remessa  
**Data da escrita do documento:** 1796

**Fontes:**

ANTT, Arquivo Nacional Torre do Tombo. Diligência de habilitação de José da Silva Freire. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2335368>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2009.

Fonte: Santos (a sair).

Quadro 12 – Ficha de identificação do Comissário José Ignacio de Passos Ribeiro

**DADOS PESSOAIS**

**Nome completo:** José Ignacio de Passos Ribeiro  
**Acervo correspondente:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo  
**Filiação:** Miguel de Passos Dias e Francisca de Oliveira Neves  
**Naturalidade:** Salvador **Nacionalidade:** Brasileiro.  
**Data de nascimento:** 1720 **Data de falecimento:** -  
**Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):** 31 anos  
**Moradia:** Salvador  
**Estado civil:** solteiro  
**Escolaridade:** Cânones (Coimbra)  
**Ofício:** Deão da Sé da Bahia  
**Tipos documentais:** carta de remessa; atestado de desempenho de função  
**Data da escrita dos documentos:** 1751

**Fontes:**

ANTT, Arquivo Nacional Torre do Tombo. Diligência de habilitação de José Inácio de Passos Ribeiro. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2334372>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2009.

Fonte: Santos (a sair).

Quadro 13 – Ficha de identificação do Comissário José Nunes Cabral Castelo Branco

**DADOS PESSOAIS**

**Nome completo:** José Nunes Cabral Castelo Branco  
**Acervo correspondente:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo  
**Filiação:** José Nunes Cabral Castelo Branco e Maria de Quadros Paes  
**Naturalidade:** Maragogipe **Nacionalidade:** Brasileiro.  
**Data de nascimento:** **Data de falecimento:** -  
**Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):**  
**Moradia:** Nossa Senhora de Brotas  
**Estado civil:** solteiro  
**Escolaridade:**  
**Ofício:** Vigário Colado de Nossa Senhora de Brotas do Caminho Grande  
**Tipo documental:** depoimento reportado de denúncia  
**Data da escrita dos documentos:** 1796

**Fontes:**

ANTT, Arquivo Nacional Torre do Tombo. Diligência de habilitação de José Nunes Cabral Castelo Branco. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2334846>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2009.

Fonte: Santos (a sair).

Quadro 14 – Ficha de identificação do Comissário Manoel Anselmo de Almeida Sande

**DADOS PESSOAIS**

**Nome completo:** Manoel Anselmo de Almeida Sande  
**Acervo correspondente:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo  
**Filiação:** Manoel de Almeida Sande e Ricarda Maria da Encarnação  
**Naturalidade:** Salvador **Nacionalidade:** Brasileiro.  
**Data de nascimento:** 1743 **Data de falecimento:** 16-10-1817  
**Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):** 29 a 60 anos  
**Moradia:** Salvador  
**Estado civil:** solteiro  
**Escolaridade:** Estudou filosofia e Teologia- conve. Carmo; Bacharel (Cânones)  
**Ofício:** Diácono; Religioso da Ordem de Cristo: Comissário das três Ordens Militares; Protonotário apostólico  
**Tipos documentais:** procuração de nomeação; carta de remessa; carta de informe; recibo de pagamento; depoimento reportado de denúncia  
**Data da escrita dos documentos:** 1772-1803

**Fontes:**

ANTT, Arquivo Nacional Torre do Tombo. Diligência de habilitação de Manuel Anselmo de Almeida. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2336880>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2009.

Fonte: Santos (a sair).



## Quadro 15 – Ficha de identificação do Comissário Rodrigo Gayoso de Sam José

**DADOS PESSOAIS****Nome completo:** Rodrigo Gayoso de Sam José**Acervo correspondente:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo**Filiação:** José Gayoso de Peralta e Maria Pereira**Naturalidade:** Salvador**Nacionalidade:** Brasileiro.**Data de nascimento:** 1728**Data de falecimento:****Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):** 40 e 41 anos**Moradia:** Recife**Estado civil:** solteiro**Escolaridade:** Cânones (Coimbra)**Ofício:** Secretário do Provincial e do Capítulo; Sacristão mor do Convento do Carmo; Vice-Comissário da Ordem Terceira do Carmo**Tipo documental:** carta de informe**Data da escrita dos documentos:** 1768-1769**Fontes:**

ANTT, Arquivo Nacional Torre do Tombo. Diligência de habilitação de Rodrigo Gaioso de São José (Frei). Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2342674>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2009.

Fonte: Santos (a sair).